



Ana Luísa Gaudêncio Simões

**O arquivo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu:
análise, tratamento arquivístico e difusão da informação**

2011



**Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra**

Ana Luísa Gaudêncio Simões

**O arquivo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu:
análise, tratamento arquivístico e difusão da informação**

Dissertação de Mestrado em Informação,
Comunicação e Novos Media, apresentada
à Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra, sob a orientação da Professora
Doutora Maria Manuel Borges e da
Professora Doutora Maria Cristina Vieira
de Freitas

2011



**Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra**

Agradecimentos

Agradeço todo o apoio que recebi da Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas pela disponibilidade manifestada, pela orientação científica deste projecto de dissertação e pelo estímulo dado prestado ao longo deste ano de trabalho.

Agradeço igualmente à Doutora Maria Manuel Lopes Figueiredo Costa Marques Borges por todo o aconselhamento e ensinamentos ao longo do meu percurso académico, pela orientação científica e pelo incentivo prestado ao longo do ano.

Ao Centro de Documentação 25 de Abril os meus agradecimentos por toda ajuda prestada ao longo do estágio, pelos conselhos e aprendizagem e pela motivação durante os seis meses em que trabalhei no arquivo.

À minha família quero igualmente agradecer todo o apoio que me deu ao longo deste ano de trabalho e por toda a disponibilidade mostrada.

Resumo:

O estudo em questão, “O arquivo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu: análise, tratamento arquivístico e difusão da informação” tem como principal objectivo proceder ao tratamento do acervo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, pertencente ao Centro de Documentação 25 de Abril, situado na cidade de Coimbra, e disponibilizá-lo à consulta do público em geral.

Do ponto de vista geral, usámos os métodos de pesquisa documental e entrevista semi-estruturada, que nos auxiliaram a construir o percurso biográfico da personalidade em questão.

Do ponto de vista específico, procedemos à análise e prospecção do fundo documental – enquadrado na categoria de um arquivo pessoal –, seguida da elaboração de uma proposta de tratamento adequada para o caso.

Deste modo, obtivemos um inventário analítico do acervo, instrumento de pesquisa que, nos arquivos, permite ao investigador ter acesso aos assuntos dos documentos tratados, até ao nível dos itens existentes no conjunto.

O inventário é, pois, o resultado de todo o processo de pesquisa, análise e interpretação da documentação referida, tornando-se a ferramenta a ser disponibilizada para o futuro investigador.

Com este estudo e, apesar de ainda haver um longo caminho a percorrer no campo da Arquivística, esperamos ter contribuído para dar uma maior visibilidade a este acervo pessoal, disponibilizando-o para conhecimento público pelos meios adequados.

Palavras-chave: arquivos pessoais, arquivos privados, Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, princípios e métodos arquivísticos, difusão da informação

Abstract:

The work in question, entitled “The Personal Archive of Maria Judite Pinto Mendes de Abreu: analysis, archival treatment and information diffusion”, owned by “Centro de Documentação 25 de Abril”, located at Coimbra (Portugal), has as its primal goals set on treating the referred private archive and make it available to the general and specific user. For this to be achieved, several investigations were conducted, due to the inner relevance and contribution of Maria Judite Pinto Mendes de Abreu to the portuguese political history.

Consequently, an interview to Maria's son was made, Pedro Mendes de Abreu, which was considered an efficient method to obtain the desired outcome (an analytical inventory with a document per document description), as well as to build her biography with chronological data.

Finally, the documents were analyzed, evaluated and selected in order to make available to the user the information contained in the archive, through an extremely important tool, the inventory.

Keywords: personal archives, private archives, Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, archival principles and methods, information diffusion

Sumário

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO- METODOLÓGICO DO ESTUDO	4
1. OS ARQUIVOS PRIVADOS E PESSOAIS NO ÂMBITO DA ARQUIVISTICA, DA ANÁLISE E DO TRATAMENTO DOCUMENTAL	5
1.1 <i>Considerações gerais sobre os arquivos, os princípios e as técnicas arquivísticas</i>	5
1.2 <i>Considerações gerais e específicas sobre os arquivos privados e pessoais</i>	12
1.3 <i>A análise e o tratamento documental: recomendações gerais e específicas</i>	22
2 METODOLOGIA ADOPTADA NO ESTUDO	30
PARTE II - TRATAMENTO ARQUIVISTICO DO FUNDO DE MARIA JUDITE PINTO MENDES DE ABREU	34
3 BREVES NOTAS HISTÓRICO-BIOGRÁFICAS DE MARIA JUDITE PINTO MENDES DE ABREU	35
4. <i>O fundo documental</i>	42
4.1 <i>Caracterização geral do fundo</i>	42
4.2 <i>Tratamento documental</i>	43
4.2.1 <i>Identificação e organização do fundo</i>	43
4.2.2 <i>Elaboração do plano e do quadro de classificação</i>	50
4.2.3 <i>Elaboração do inventário do fundo</i>	54
4.2.4 <i>Descrição normalizada do fundo</i>	55
4.2.5 <i>Difusão do fundo</i>	82
CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
INDICE DE FIGURAS.....	93
INDICE DE QUADROS.....	94
ANEXOS	95
ANEXO 1 - Tópicos gerais para a entrevista semi-estruturada	96
ANEXO 2 - Panfleto distribuído pelo Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, contendo dados biográficos de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu	97
ANEXO 3 - Panfleto biográfico de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu	99

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado “Informação e Comunicação e Novos Média” procedemos à prospecção documental e ao tratamento de raiz do acervo privado de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, actualmente sob a guarda do Centro de Documentação 25 de Abril localizado na cidade de Coimbra.

O Centro de Documentação 25 de Abril (doravante designado CD25A) foi criado a 7 de Dezembro de 1984 no âmbito da Reitoria da Universidade de Coimbra e tem como objectivo e missão organizar e disponibilizar ao investigador todos os tipos de documentação referentes à transição democrática portuguesa, ou seja, ao marco histórico anterior, pós e durante 25 de Abril de 1974.

Para cumprir esse objectivo, o CD25A procura todo o material disperso pelo país, na posse de organizações sociais, políticas, culturais e religiosas, ou pessoas, para depois o poder organizar e tornar acessível, disponível para os investigadores interessados em todos os acontecimentos associados a este que é um período tão discutido da nossa história.

O CD25A sendo então possuidor de todo este material foi sem dúvida um bom auxílio para este projecto, pois, por seu intermédio, conseguimos conceber e desenvolver uma proposta coerente de tratamento de um arquivo pessoal durante seis meses de estágio colocando-nos em contacto com a realidade arquivística, nas suas técnicas subjacentes e métodos.

O arquivo pessoal de que trataremos neste estudo possui um valor histórico e tem uma memória registada que se conecta à ideia e ao desejo de que as sociedades futuras um dia possam ter acesso à documentação privada de determinadas personalidades.

Os arquivos são veículos de informação que nascem com a necessidade de preservar, guardar, para mostrar amanhã e manter a memória da actividade humana.

São autênticos armazéns da informação produzida pelo Homem ao longo da vida, através da escrita, que perpetuam a memória de uma existência, para além do inegável valor probatório que pode ser atribuído à documentação que armazenam.

Os arquivos pessoais têm particular importância social e política, pois divulgam personalidades como Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, marcante na sua actividade pública e privada, sendo de todo o interesse que o seu acervo pessoal se torne objecto de estudo para os investigadores interessados.

O objectivo geral deste estudo será dar a conhecer a figura de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu e o seu percurso ao longo da vida, por meio do tratamento arquivístico dos seus documentos, tornando-se um material precioso para o potencial investigador. Como arquivo estritamente pessoal, procurámos fazer uma análise e prospecção documental, com o levantamento dos tipos documentais existentes bem como da sua cronologia, para, em seguida, propor o tratamento arquivístico adequado.

Este estudo tem como objectivos específicos os seguintes:

- efectuar a prospecção documental do acervo reconhecendo e identificando os diversos conjuntos documentais e arquivísticos existentes;
- propor e aplicar um plano de tratamento arquivístico condizente com a realidade verificada;
- avaliar e questionar os resultados atingidos, propondo, se for caso disso, melhorias nas situações verificadas;
- dar conhecimento dos resultados obtidos, através da melhor divulgação e disseminação do acervo tratado.

Este estudo se divide em duas partes.

Na primeira parte, no primeiro capítulo, iremos definir o conceito de arquivo, arquivo pessoal e as suas técnicas, a influência das novas tecnologias nos arquivos e todo o seu tratamento com base nas ideias consignadas nos diversos autores consultados. No segundo capítulo focar-nos-emos na metodologia e nas técnicas adoptadas. Neste caso, começámos por realizar uma pesquisa bibliográfica de textos publicados em português, espanhol e pontualmente em inglês, dando preferência aos mais recentes (a partir do ano 2000), pois são estes os possuidores de nova informação e consultámos dissertações de mestrado e teses de doutoramento publicadas em português sobre o tema dos arquivos pessoais, para utilizar como base para o nosso estudo. Seguidamente, elaborámos um mini-estudo biográfico de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, para então procedermos ao tratamento documental do seu acervo. Neste âmbito recorreremos à técnica da entrevista a seu filho Pedro Mendes de Abreu e à pesquisa documental, realizada com base na documentação do próprio fundo. Finalmente, procedemos à análise e prospecção dos tipos documentais existentes no fundo, culminando com a elaboração de uma proposta de tratamento, e, é neste âmbito que descrevemos e organizamos este espólio pessoal, item por item.

A segunda parte deste estudo, composta pelos capítulos 3 e 4 incide sobre o contexto empírico de investigação. Nela descrevemos os aspectos relevantes do tratamento arquivístico efectuado no acervo privado de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, recorrendo assim à sua

caracterização geral, à sua identificação e sua organização, bem como ao seu tratamento documental, dando especial destaque ao processo de criação do quadro de classificação e do inventário, que culminaram na descrição normalizada de todo o conjunto, tendo sido esta consentânea com a normalização arquivística internacional e nacional. Assim, o inventário é o resultado de todo o trabalho desenvolvido para a dissertação de mestrado intitulada: “O arquivo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu: análise, tratamento arquivístico e difusão da informação”. Ainda, nesta parte, para além da componente prática (inventário) debruçámo-nos no estudo histórico desta personalidade, onde procurámos estudar a sua actividade privada e profissional, tratando de relacioná-la com a documentação existente no fundo custodiado pelo Centro de Documentação 25 de Abril.

PARTE I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO ESTUDO

1. OS ARQUIVOS PRIVADOS E PESSOAIS NO ÂMBITO DA ARQUIVÍSTICA, DA ANÁLISE E DO TRATAMENTO DOCUMENTAL

1.1 Considerações gerais sobre os arquivos, os princípios e as técnicas arquivísticas

Ao longo dos tempos o arquivo tem sofrido mudanças sociais, políticas e culturais, fruto de uma sociedade que tem vindo a produzi-lo e a alimentá-lo com informação de carácter diverso, tem-se modernizado e tem acumulado informação, configurando os chamados sistemas de informação.

Na perspectiva do Comité de Documentos de Arquivo Electrónicos do CIA (Conselho Internacional de Arquivos) o sistema arquivo é

um sistema de informação desenvolvido com o propósito de armazenar e recuperar documentos de arquivo e organizado para controlar as funções específicas de produção, armazenamento e acesso a documentos de arquivo, para salvaguardar a sua autenticidade e fidedignidade (2005, p. 14).

O arquivo é, assim, configurado por um conjunto de documentos produzidos por uma entidade individual ou colectiva, tal como nos refere a NP 4041, pois, de acordo com esta norma arquivo é um:

conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos e recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo (2005, p.5).

Os arquivos, segundo a Declaração Universal sobre os Arquivos (Conselho Internacional de Arquivos, 2010, p. 1) são fontes de informação que desenvolvem as sociedades e, quando são preservados, atingem um valor e um significado que podem enriquecer o conhecimento das sociedades.

Os arquivos têm de ser estudados pelo Arquivista porque este tem de obedecer a regras de conduta, pois a sua profissão exige rigor arquivístico, de acordo com o Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos (1996, p.1-2) profissional, segundo o qual o Arquivista deve manter a seu cuidado a integridade dos documentos que são valorizados considerando os interesses dos doadores dos documentos. Impõe-se, portanto, ao Arquivista objectividade e imparcialidade. Tem de respeitar o princípio da proveniência, preservar os documentos na fase de tratamento documental, assegurar a comunicabilidade e a compreensão dos documentos, servir os interesses dos investigadores, facilitar aos investigadores o acesso aos arquivos e respeitar a vida privada dos doadores encontrando um equilíbrio para o interesse

dos utilizadores no conhecimento de um arquivo. Enquanto profissional deve preocupar-se com a renovação de conhecimentos arquivísticos e trabalhar em colaboração com outros Arquivistas para serem ultrapassadas as dificuldades.

Estas obrigações devem ser automaticamente respeitadas porque o Arquivista é mais do que um guardião de fontes, é alguém que cria planos para nortear a organização do arquivo, que procura informações, é como um “detective” de um documento que segue uma metodologia para atender ao seu trabalho e facilitar o trabalho dos utilizadores.

Segundo Couture (1994, p. 37) citado por Jardim (1995, p. 4) “ o arquivista tem o mandato de definir o que constituirá a memória de uma instituição ou de uma organização” e para Lima (1992, p. 26) citado por Jardim (1995, p. 5) “Um país sem arquivistas, e um país sem arquivos é um país sem memória, sem cultura, sem direitos”. Estas citações ajudam a compreender o papel do Arquivista na sociedade actual, que não é fácil de desempenhar.

Efectivamente, as bases metodológicas da Arquivística, em geral, surgem em 1898 com o trabalho dos três autores holandeses, Samuel Müller, Johan Feith & Robert Fruin. No entanto, no que se refere especificamente aos arquivos privados e pessoais este tema ainda nos parece extremamente actual, dada a escassez de textos e estudos regulares sobre o assunto, quer em Portugal, quer noutros contextos, como por exemplo, o Brasil.

Com o desenvolvimento da Arquivística, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, os especialistas passaram a preocupar-se com o desempenho de determinadas funções nos arquivos, descritas por Rousseau & Couture (1998, p. 265) como: “produção, avaliação, aquisição, conservação classificação, descrição e difusão dos arquivos”.

Na verdade “para que a gestão dos documentos seja efetiva devem-se integrar as actividades de classificar, avaliar e descrever, pois estes são procedimentos complementares e inseparáveis no tratamento dispensado aos documentos”, tal como nos referem Adolfo & Silva (2006, p.46).

Segundo Rousseau & Couture (1998, p. 67) citado por Adolfo & Silva (2006, p. 46) a primeira fase da intervenção arquivística “visa à [*sic*] criação, a difusão e o acesso à informação orgânica”.

Seguidamente, segue-se “[...] a classificação e recuperação, onde são analisadas e esquematizadas o sistema de classificação da informação [...]”, segundo Adolfo & Silva (2006, p. 46).

Para os referidos autores “A classificação é o procedimento base de todo o processo de gestão documental” e é de extrema importância (2006, p.46). Isto deve-se ao facto “[...]de ser neste momento do tratamento arquivístico que a informação é distribuída hierarquicamente,

de acordo com o elemento de classificação escolhida, refletindo de forma lógica o contexto organizacional” (2006, p. 47).

O plano de classificação “é um esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido”, como nos refere Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Brasil, 2005, p. 132).

Para Adolfo & Silva (2006, p. 47) “é no plano de classificação que as unidades de arquivamento são distribuídas, conforme os cabeçalhos - classes/séries e subséries determinados -, os quais representam as funções ou estrutura ou assunto, de acordo com o método escolhido”. Ainda, conforme dizem o plano de classificação reflecte as funções e actividades da pessoa ou instituição, funções que geram a criação e recepção de documentos e organizam intelectualmente a informação, permitindo situar os documentos nas suas relações uns com os outros.

Para se elaborar um plano de classificação são exigidos um conhecimento e uma análise da instituição produtora, na sua estrutura, nas suas funções e actividades desenvolvidas, no seu contexto organizacional, na sua história, procedendo-se ao levantamento da produção documental, à análise dos mesmos e ao diagnóstico do acervo.

Assim, é possível chegar à identificação dos documentos resultantes dessas actividades e funções e agrupá-los sob uma mesma etiqueta, como forma de agilizar a sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, selecção, eliminação, transferência, incorporação e acesso aos documentos.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional (Brasil, 2005, p. 41) a avaliação é um “Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos”.

Para o Dicionário de Terminologia Arquivística elaborado por Ivone Alves *et.al.*, a avaliação é a (1993, p.12): “Determinação do valor arquivístico e/ou histórico dos documentos de um arquivo, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente num arquivo definitivo ou eliminação, após o respectivo prazo de conservação”.

Ao confrontarmos esta informação com a NP 4041 (2005, p. 13) percebemos que a avaliação é a: “Determinação do valor arquivístico de documentos ou arquivos, com vista à afixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação”.

Relativamente ao tratamento arquivístico, verifica-se que existe uma grande necessidade, por parte das instituições, de recuperar e organizar toda a documentação sob a

sua guarda. Uma das formas de o fazer é através da construção de instrumentos de descrição, tais como guias e inventários, destinados ao controlo intelectual e à recuperação da informação por meio dos quais são formadas listas sistemáticas de documentos organizados segundo o esquema previamente determinado.

O inventário, enquanto instrumento de descrição, permite dar a conhecer a existência e o conteúdo de um determinado acervo. De acordo com a NP 4041 o instrumento de descrição documental/arquivística é um:

Documento segundo elaborado para efeitos de controlo e/ou comunicação, que descreve as unidades arquivísticas, acervos documentais ou colecções factícias. Os principais instrumentos de descrição são roteiros, guias, inventários, catálogos, registos e índices (2005, p.18).

Actualmente, com a utilização cada vez maior do computador e a procura de maior eficácia para a gestão dos documentos, as preocupações do Arquivista consistem sobretudo em assegurar a uniformização dos procedimentos de tratamento e de gestão electrónica de documentos.

Devendo cada vez mais responder às exigências de produção e de conservação dos documentos administrativos, os Arquivistas desenvolvem métodos de trabalho que facilitam a identificação dos documentos, criam instrumentos apropriados aos tipos de documentação produzidos e estabelecem métodos de organização desta mesma documentação. Este tratamento é variável porque depende da análise preliminar do fundo a ser tratado.

No início do século XIX, o tratamento de um arquivo pessoal ou familiar era totalmente diferente do de hoje, pois existiam Arquivistas de diversos países que dividiam e misturavam documentos de diferentes proveniências, origens, e, com isto, dispersavam documentos da mesma origem, o que, a partir de meados do século XIX, passou a ser veemente questionado e até mesmo proibido, dadas as consequências nefastas que acarretavam e ainda acarretam.

Neste sentido, verificou-se um grande salto no mundo arquivístico pois com Natalis de Wailly dá-se a reviravolta arquivística com o surgimento da noção de fundo arquivístico.

Natalis de Wailly (1848) citado por Duchein (1986, p.16) recebeu diversas críticas porque a sua ideia de respeitar tal princípio não foi bem aceite e adoptada por todos, na sua época, ao que retrucou, chegando a dizer que se a sua ideia não fosse adoptada “[...]os arquivos cairão numa desordem difícil de remediar...”.

Apesar do fenómeno arquivo ser algo antigo, os princípios que hoje bem conhecemos, tais como o princípio da proveniência e o princípio da ordem original, são um fenómeno

contemporâneo, no sentido de que ainda levantam polémicas no contexto prático, polémicas estas a que nos reportaremos a seu tempo.

Para o Ministro Duchatel citado por Duchein, o fundo de arquivo é como uma forma de

... reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor de uma determinada ordem os diferentes fundos... Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família.... (1986, p. 16).

Os Arquivistas, na actualidade, agem em conformidade com estes princípios, pois são eles as linhas-mestras para o tratamento arquivístico de um arquivo de qualquer natureza (pessoal ou colectivo; público ou privado).

Para Cruz (2008, p. 65), o princípio “[...] da proveniência (*respects des fonds*), determina que os documentos gerados por uma instituição ou por uma pessoa não devem ser misturados aos de outros geradores”, pois na verdade é possível “[...] que num mesmo arquivo/instituição, vários arquivos/fundos coexistam, sem que se misturem ou que se perca o modo de acumulação do titular” de cada conjunto documental particular.

Actualmente, podemos dizer que este princípio tem sido aceite como base da arquivística prática e teórica. Para Rousseau & Couture (1998) este princípio é imprescindível pois não devemos misturar arquivos de proveniências diferentes, respeitando igualmente a ordem primitiva.

De semelhante modo, Bellotto (1991, p. 130) confirma que a Arquivística tem de obedecer a este princípio pois os arquivos devem ser mantidos de acordo com a ordem que a entidade produtora (instituição ou pessoa) estabelece, sem misturar os documentos de arquivo com outros de outra natureza.

O fundo de arquivo não pode, pois, existir sem este princípio. Os arquivos têm procedimentos básicos de organização e, como tal, os documentos não podem ser totalmente misturados, como nos aponta a NP4041 (2005, p. 16), indicando que o princípio da proveniência é um “Princípio básico da organização, segundo o qual deve ser respeitada a autonomia de cada arquivo, não misturando os seus documentos com outros”.

Efectivamente, existe um primeiro grau de proveniência que permite isolar e circunscrever a entidade que constitui o fundo de arquivo, ou seja, neste primeiro grau do referido princípio há que considerar o fundo como uma entidade distinta, sempre separada.

Dentro da mesma linha de ideias, no que diz respeito a este princípio, estão Rodrigues & Aparício (2003), pois qualificam este princípio como um princípio que deve ser respeitado

pois estes arquivos provenientes de uma instituição ou de pessoa devem manter a sua individualidade, não sendo misturados.

Para este princípio o valor documental é também uma realidade pois o fundo de arquivo depende desse valor.

O princípio da proveniência exige, à partida, que os documentos de arquivos ocupem um determinado lugar no conjunto a que pertencem, lugar este que tem de ser respeitado. Caso a ordem atribuída pela entidade produtora não tenha sido respeitada, por qualquer razão, a ordem que prevalecerá, no âmbito do tratamento documental, será aquela que é estabelecida pelo Arquivista não ao acaso, mas amparada em fundamentos e princípios considerados actuais.

Este é, pois, o chamado segundo grau de proveniência, de acordo com Rousseau & Couture (1998 p. 83) citado por Rodrigues (2006, p.107) que “visa o respeito ou reconstituição da ordem interna do fundo”.

Este princípio é o único meio de garantir tanto a integridade administrativa dos arquivos como o valor do testemunho dos documentos que o compõem.

A aplicação deste mesmo princípio leva o profissional a considerar os conjuntos documentais como um todo, em vez de documentos à peça, tipo de tratamento normalmente dispensado às colecções bibliográficas.

Para Samuel Müller, Johan Feith & Robert Fruin (1973) deve-se preservar e conservar a ordem primitiva, a ordem da qual provém, não nos devemos desviar portanto dela.

No arquivo, o respeito pela ordem original, enquanto segundo grau de proveniência, também é um princípio fundamental e não deve ser alterada, pois, por regra, a entidade produtora estabeleceu-a previamente conforme as suas acções e funções.

É o que depreendemos da NP 4041, onde temos, uma vez mais, que a ordem original é um

Princípio básico segundo o qual os documentos de um mesmo arquivo devem conservar a organização estabelecida pela entidade produtora, a fim de preservar as relações entre eles, e, conseqüentemente, a sua autenticidade, integridade e valor probatório (2005, p.16).

Ainda dando particular atenção a este princípio, Samuel Müller, Johan Feith & Robert Fruin reforçam que

"No arranjo do arquivo, portanto, urge, antes de mais nada, restabelecer quanto possível a ordem original. Somente então será possível julgar-se se é conveniente, ou não, e até que ponto, dela apartar-se" (1973, p. 49).

E, quanto às excepções a que antes nos referimos, estes mesmos autores afirmam que

A ordenação original de um arquivo pode ser modificada a fim de se corrigirem divergências em relação à estrutura geral do mesmo, quer se atribuam tais divergências a erros dos administradores do arquivo, quer resultem de modificações temporárias no sistema da custódia dos documentos (1973, p. 51).

Em função de tais divergências e, para evitá-las, Rousseau & Couture (1998, p. 84) citados por Cardoso (2008, p. 10) indicam a necessidade de uma intervenção do Arquivista na fase activa, quando os arquivos de uma unidade ainda “não estiverem organizados”, uma vez que, já na fase definitiva, pouco pode restar por fazer, posto que, aqui, este profissional terá de “escolher entre a reconstituição da ordem primitiva ou uma organização que responda a outros imperativos, como os da investigação.”

Dos textos anteriores, inferimos que o Arquivista tem um papel importante na fase de organização do arquivo pois tem de estabelecer uma ordem que lhe permita ter alguma coerência no tratamento da documentação e pela qual se possa guiar em todo o procedimento.

Caso exista uma ordem original, esta deverá permanecer, pois está ligada directamente à natureza orgânica dos documentos de arquivo e à sua constituição pelo produtor.

Acresce que os arquivos, via de regra, apresentaram, alguma vez, uma ordem primitiva pré-estabelecida e, mesmo que seja muito antiga, ela acaba por reflectir uma estrutura que advém da entidade administrativa produtora. Todavia, quando esta ordem já não apresenta vestígios, poder-se-á introduzir uma nova ordem, coerente com os princípios subjacentes à teoria arquivística.

A ordem primitiva dos documentos, quer pela complexidade, quer por outros factores, nem sempre foi ou é respeitada.

Os primeiros administradores dos arquivos nem sempre tiveram o cuidado de obedecer a este princípio induzindo em erros e irregularidades que o Arquivista acaba por corrigir, mais cedo ou mais tarde.

De qualquer modo, o seguimento do princípio da ordem original não deve impedir que os fundos arquivísticos tenham uma organização mais racional e científica, própria da disciplina. Facto é que, apesar de polémicos, estes dois princípios são considerados complementares, pois só através do respeito aos mesmos se pode proceder correctamente à organização e ordenação de um arquivo, pessoal ou colectivo, público ou privado.

1.2 Considerações gerais e específicas sobre os arquivos privados e pessoais

Os arquivos pessoais e privados, hoje, são vistos como importantes fontes de pesquisa para o investigador, pois é necessário preservar a memória de diversas personalidades, sendo a partir destes que tal se concretiza.

Actualmente, a avalanche de blogues são autênticos arquivos pessoais que têm informações individuais do produtor e são de fácil acesso a quem delas necessite, por qualquer razão. Os blogues constituem-se assim, como fontes de difusão de informações pessoais no mundo contemporâneo.

Efectivamente, com o recente florescimento da Arquivística, avizinham-se mudanças nos arquivos, pois uma nova responsabilidade nasce para o Arquivista. Agora há a preocupação na construção do futuro dos arquivos pois são eles, de certo modo, os eternizadores de uma vida, de uma personagem, de uma instituição ou organização.

No que respeita aos arquivos pessoais, a julgar pela literatura científica, estes não têm merecido a devida atenção, não têm sido objecto de análise, existindo, assim, uma produção escassa e enfraquecida nesta matéria.

O facto de os arquivos pessoais não serem, obrigatoriamente, integrados nas instituições, poderá ser uma razão para a diminuição evidente de literatura especializada nesta área tão importante para a Arquivística Contemporânea.

Para Gonçalves (2007, p. 11) “Dentro do que chamam de arquivos familiares e pessoais encontramos algumas divisões”. Os chamados “arquivos puramente familiares” são constituídos por documentos gerais concernentes à família”, ao passo que os documentos relacionados particularmente a um indivíduo, são chamados “arquivos pessoais”.

Segundo Ribeiro (1998, p. 354), “[...]congregamos sob a designação de “arquivos privados” todos os que resultam da actividade e da administração de colectividades (instituições, famílias, empresas) e pessoas individuais, nos seus domínios próprios [...]”, não sendo originados num contexto de informação pública.

Para a mesma (1998, p. 357), os arquivos pessoais, efectivamente, estão embutidos e englobados no grupo dos arquivos privados. Apesar de a sua quantidade ser aparentemente reduzida, nos arquivos históricos o constante interesse de preservar e conservar certos registos de actividades individuais, de personalidades políticas e sociais com alguma importância é uma realidade que se vem incrementando, na actualidade.

Hoje, estas personalidades têm a possibilidade de tornar os seus documentos públicos, os seus arquivos pessoais acessíveis a qualquer um, desde que assim o desejem e manifestem,

sendo actualmente uma hipótese de estudo para estes interessados, para investigadores que conhecem estas personalidades e pelas quais têm particular admiração.

Normalmente, os arquivos pessoais formam-se com o decorrer da vida e das actividades das pessoas que os geram: os seus titulares. Assim, pode-se dizer que a preservação dos documentos referentes a uma pessoa é uma maneira de a perpetuar e de a tornar viva, mesmo quando já por cá não estiver.

Mas, apesar da sua origem pessoal e/ou privada, os arquivos pessoais têm “[...]vindo a ser integrados nos das instituições a que os seus produtores estavam ligados[...]”, onde actuaram, sem haver uma distinção entre a actividade pública e privada das mesmas, o que provoca misturas como evidencia Ribeiro, (1998, p. 357). Por outro lado, apesar de pessoais, quando o titular resolve destinar os seus documentos a instituições públicas, segundo Ribeiro (1998, p. 479) estes assumem características públicas, passando a ser de fácil acesso e utilização pela sociedade, por pesquisadores. Mas, mesmo para que sejam de acesso público, há que negociar e estabelecer critérios de divulgação, consoante os interesses de ambas as partes tal como nos referem Duarte & Farias (2005, p. 35) citados por Guimarães.

Os arquivos privados, de interesse público e social, identificados como conjuntos de fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional, ficam preservados se depositados em instituições documentais públicas. Assim deixam de ser apenas pessoais/domésticos e passam para o âmbito de sua divulgação, mediante autorização do proprietário ou do possuidor”(2009, p. 20).

Os arquivos pessoais são de interesse inegavelmente público quando são devotados a pessoas que exerceram um papel de destaque no meio político, social e cultural da sociedade.

Apesar disso, para Bellotto (1998, p. 1) citada por Guimarães referindo-se ao contexto brasileiro, os arquivos pessoais nos últimos anos não vinham merecendo a devida atenção, situação que vem sendo alterada.

[...] interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares, os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser. Hoje a situação é bem outra. Com os arquivos pessoais inspirando e documentando trabalhos académicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa, assim como a realização de um seminário do porte deste, estão demonstradas a dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas públicas ou particulares (2009, p. 23).

Quando se trata da realidade portuguesa, verifica-se que a documentação dos arquivos das personalidades que existiram antes do Liberalismo é muito reduzida, pois antes não se dava o devido valor informativo à documentação e, por isso, “[...] perderam os acervos de inúmeras personalidades[...]”, facto que hoje não se verifica, tal como nos aponta Ribeiro (1998, p. 494).

Segundo a autora estes arquivos antigos podem ser reconstituídos (1998, p. 498) mas a tarefa não é fácil, porque é necessário o acesso à informação gerada pelos próprios arquivos para que se possa ter um conhecimento alargado do seu titular, por exemplo. O contrário também é verdadeiro, porque há casos em que a mutilação destes acervos já foi de tal ordem que este conhecimento, no limite, se torna impossível de obter.

Efectivamente, hoje alguns dos acervos ainda se encontram na posse de particulares que os herdaram e, por isso, alguns deles mantêm-se no anonimato porque não há informação suficiente sobre a sua existência ou constituição, o que os tornam invisíveis.

Opostamente, os acervos que são “[...] adquiridos por compra ou por doação para instituições públicas do Estado[...]” são tornados visíveis porque a sua existência é notada nem que seja através de uma só notícia tal como nos refere Ribeiro (1998, p. 495).

Segundo a autora (1998, p. 495), já no século XIX o arquivo da Torre do Tombo começa a ser possuidor de acervos particulares, como é o caso do arquivo de António de Saldanha da Gama, o conde de Porto Santo, e do arquivo do vice-almirante João de Azevedo Coutinho.

A Biblioteca Nacional também guarda parcelas de acervos particulares como é o caso de Mouzinho da Silveira, que nos aponta Ribeiro (1998, p. 495).

Nos arquivos pessoais “A simplicidade da estrutura orgânica (um só organismo) e a pouca variedade funcional levam a que a organização seja pouco complexa”, como nos evidencia Ribeiro (1998, p. 497).

O elemento chave de qualquer arquivo diz respeito à existência de uma organização (o agrupamento dos diversos tipos de documentos e sua ordenação cronológica, temática ou até alfabética) dando a possibilidade de elaboração de um esquema de classificação dos documentos.

Os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa para os investigadores que realizam estudos teóricos e metodológicos e se interessam por documentos de personalidades passadas que ao longo da vida acumularam informação e que tornaram esses mesmos documentos objecto de investigação para o futuro. De acordo com um documento em linha da Fundação Getúlio Vargas

“[...] são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas de vidas” (2011, página principal).

Segundo Bellotto (1991) citada por Gonçalves o arquivo pessoal é constituído por um

[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de agir, pensar, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (2007, p.14).

De onde se conclui, segundo a mesma (1991) citada por Santos que

...a concepção de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma: tratar-se de papéis produzidos e recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado.” (...) “ São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, cineastas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresentem algum interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural dos tempos em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento (1999, p. 38).

Arquivo pessoal é, pois, a informação que é criada e recebida pela entidade produtora, sendo esta uma personalidade, um indivíduo independente do suporte em que esta informação se encontra registrada.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Brasil, 2005, p. 34) um arquivo pessoal é o “arquivo de uma pessoa física”. Segundo o mesmo dicionário (Brasil, 2005, p.35) esta definição insere-se no conceito de arquivos privados, entendidos como o “Arquivo de uma entidade colectiva de direito privado, família ou pessoa” e depositados, ou não, em instituições públicas. Esta citação confirma a exposição de autores anteriores.

Na verdade os arquivos pessoais só existem quando há documentação produzida e adquirida por uma pessoa, e é graças a esta acumulação que as pessoas fazem, recebem ou

produzem, ao longo da própria vida, que são gerados os arquivos com informação de carácter pessoal.

E conforme já referimos anteriormente, para Ribeiro (1998, p. 357), os arquivos pessoais, via de regra, dizem respeito “[...] a algumas personalidades que tiveram uma notável importância social, política, diplomática ou cultural e, em tais casos, geralmente, os respectivos arquivos pessoais confundem-se (ou fundem-se mesmo) com os resultantes do desempenho dos cargos oficiais que lhes estavam adstritos”.

A pessoa junta, agrega ao longo da vida esses documentos e, como documentos pessoais, têm uma extrema importância independentemente do modo como estão guardados. Deste modo, a formação de um arquivo pessoal é, cada vez mais, decisiva e importante para a obtenção do conhecimento, por produzir uma visão de conjunto da obra.

Ainda segundo Oliveira, a relação existente entre o indivíduo e o seu próprio fundo, poderia ser definido como

[...]uma escrita de si, uma manifestação desse indivíduo enquanto ser construído da sociedade moderna, bipartido em si, ao descortinar-se em seus diários, nos seus escritos autobiográficos, o maior representante da intimidade de uma pessoa; e em outro, naquele que busca ser memorizado pelo exercício da escrita, que se instaura na memória que não a sua própria (2009, p. 35).

Para Oliveira citando Foucault (2006, p. 155-56) instaura o exercício da escrita e, mais precisamente, o exercício por meio da correspondência como

alguma coisa mais do que um adestramento de si mesmo pela escrita, através dos conselhos e advertências dados ao outro: constitui também certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros (2009, p. 38).

Ao longo da vida escrevemos, criamos, estamos portanto a arquivar a nossa vida, a formar o nosso acervo, como refere Artières

Arquivamos, portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento ‘arquivarás tua vida’ - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade (1998, p. 11).

Efectivamente, a partir do século XVIII assistimos a uma valorização da escrita pessoal, segundo Artières (1998, p. 12), e conseqüentemente começam a aparecer diversas personalidades a entregar os seus manuscritos às instituições.

Ainda, segundo Artières (1998, p. 12) Victor Hugo é um exemplo da primeira personalidade a entregar os seus manuscritos à Biblioteca Nacional de França conduzindo, a partir deste momento, ao aumento do número de arquivos privados incorporados nestas instituições.

Efectivamente, o mais adequado nestes casos é entregar os manuscritos a um arquivo pois é o local de depósito da documentação, da arrumação, podendo-se nesta instituição proceder às técnicas subjacentes da Arquivística (a selecção, a avaliação, a eliminação, a preservação). Até para que não se confundam as formas adequadas de tratamento.

Nos últimos milénios temos assistido ao formidável poder da escrita e hoje esta está em toda a parte e propaga-se pelas sociedades.

Para Certeau (1990, p. 199) citado por Artières a prática escriturária assumiu um grande valor nestes últimos quatro séculos. Vejamos:

O progresso é de tipo escriturário"... "De modos muito diversos, definimos assim pela oralidade aquilo de que uma prática 'legítima'- científica, política, escolar etc. - deve se distinguir.

E 'oral' aquilo que não trabalha para o progresso. [. . .] Da mesma forma poderíamos ler nos frontões da modernidade inscrições como: 'Aqui, trabalhar é escrever' ou 'Aqui só se entende aquilo que se escreve'. Esta é a lei interna daquilo que se constituiu como 'ocidental (1998, p. 12).

Efectivamente, tem-se verificado que o indivíduo tem feito o seu arquivo doméstico, o seu inventário, tem vindo, na vida diária, a arquivar cartas que recebe ou que envia, os contratos que assina e os documentos que comprovam um acontecimento pessoal.

O arquivamento de documentos pessoais é necessário, não apenas para quem os utiliza em primeiro lugar, o próprio produtor, no cumprimento e no exercício dos seus deveres e/ou funções mas também pelo facto de um dia, dependendo de quem seja o seu autor, ser de total interesse para os investigadores estudarem essa personalidade, todo o seu arquivo pessoal, todo o passado de determinada personalidade.

Independentemente do volume documental, da variedade tipológica, para Silva (2004, p. 77) “Só há verdadeiramente um sistema de informação pessoal – SIP (activo e/ou permanente), quando estamos perante documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa ou ser humano”.

Ao longo da vida, na infância, na adolescência vamos formando os nossos próprios arquivos pessoais e, mais tarde, redescobrimos esses documentos. Ora, tudo isto só mostra a importância, o valor cultural dos arquivos de vidas pessoais nas nossas sociedades.

Às vezes acontece que um indivíduo bastante solicitado é submetido à pressão para que “arquite” a sua própria vida, pois é considerada uma contribuição ao conhecimento humano.

E Artières (1998) lembra um apelo lançado pelo escritor francês Edmond de Goncourt, no ano de 1881, em que o mesmo dizia:

Dirijo-me às minhas leitoras de toda parte para solicitar-lhes que, naquelas horas vazias de ociosidade, em que o passado lhes volta à mente, na tristeza ou na felicidade, ponham no papel um pouco do seu pensamento enquanto recordam e, feito isto, o enviem anonimamente ao endereço do meu editor (1998, p. 9).

Com isso, para Artières (1998, p. 32) os nossos arquivos são formados também “[...]em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas)”. Assim, o arquivamento do “Eu” muitas vezes tem uma função pública pois arquivar a própria vida é uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte.

Para bem arquivar é necessário classificar papéis, organizá-los em dossiers pelo seu grau de importância e a sua função, como nos refere Artières (1998, p. 14).

Ainda na matéria de arquivos pessoais, agora num contexto internacional, tem-se verificado que na França a preocupação com os arquivos pessoais surgiu no século XX, tal como nos refere Prochasson (1998) citado por Oliveira (2009, p. 32), pois o arquivo começa a ser visto como objecto de interesse de pesquisa pela sua importância como elemento de resgate da memória.

Como já referimos repetidas vezes, a memória das diversas personalidades no meio arquivístico torna-se eterna, prevalece viva, intacta e é facilmente resgatada através de documentos guardados pelos mesmos e custodiados indefinidamente por estas instituições.

Como nos aponta Schellenberg (2006) citado por Gonçalves, nos Estados Unidos há indicações de como os arquivos pessoais são definidos e tratados:

O termo papéis privados inclui material cartográfico e em forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado. Tanto inclui material que se origina de uma pessoa quanto de uma entidade [...] As coleções de papéis privados dividem-se em dois tipos que podem ser diferenciados pela maneira pela qual eles vieram a existir. São: a) coleções naturais ou orgânicas, e b) coleções artificiais (2007, p. 13).

Verificou-se que neste país os documentos produzidos por pessoas ou famílias em âmbito privado não eram chamados de arquivo mas colecções e os documentos privados pessoais constituíam colecções de manuscritos tal como nos aponta Gonçalves (2007, p. 13).

Muitos são os documentos acumulados ao longo da vida que merecem particular atenção do produtor e merecem também práticas arquivísticas porque como nos diz Artières

[...] o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar pronto a apresentar o inventário deles: seu curriculum vitae [...]. A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço, telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques (1998, p. 13).

O arquivo pessoal é um lugar de vozes que falam particularmente do titular e como tal deve possuir uma organização porque, mais tarde, poderão vir a ser objecto de estudo dos investigadores.

Um exemplo ilustrativo de um arquivo pessoal que tem merecido particular interesse dos investigadores é o acervo de Tom Jobim, um grande músico contemporâneo brasileiro já falecido, tal como nos refere Cruz (2008, p.9).¹

Tom Jobim mostrava um grande interesse em reunir num arquivo a sua obra, “[...] produzir uma memória de seu trabalho como forma de preservá-lo, permitindo o acesso à sua documentação a todos os interessados, fossem músicos ou não”, como nos refere Cruz (2008, p. 68). Através da sua produção documental e da sua disponibilização ao investigador, Tom Jobim tornou-se imortal, tornou-se uma memória e, conseqüentemente, tornou-se objecto de estudo.

Segundo Oliveira (2009, p. 40) “A necessidade da recordação, de guardar relíquias de um tempo passado, transforma o arquivo pessoal naquele lugar onde se pode ver o passado presente. É o lugar de nostalgia e descoberta de nosso papel social”. Essa necessidade aproxima o arquivo da memória, pois para Cook, (1998 p. 3) citado por Oliveira (2009, p. 40) os documentos são “artefatos de registos derivados de uma actividade”.

O arquivo pessoal é a memória da pessoa que o compõe.

No exemplo do acervo de Tom Jobim verificou-se que houve uma particular acção quando seleccionou a sua documentação tomando pessoalmente a condução do seu acervo.

Todos os documentos produzidos por Tom Jobim, ou a ele dirigidos, foram integrados no seu arquivo pessoal tal como nos refere Cruz (2008, p.71).

Segundo Ana Beatriz Lontra Jobim, mulher do cantor e compositor, em entrevista concedida e citada por Cruz,

¹ Letrista e compositor da música brasileira. Personalidade apaixonada pela família e pelos seus amigos. Tom preocupou-se em coleccionar o seu acervo para o disponibilizar ao investigador e, assim, perpetuar a sua memória.

O arquivo começou sem intenção. A Thereza começou a guardar em envelopes pardos todos os recortes de jornais e documentos que tinha. Quando me mudei com Tom para a casa da rua Peri, aquilo tudo veio e não sabíamos muito bem o que tinha lá e o que fazer com eles [os envelopes]. Quem sugeriu a Verinha, foi a Thereza, porque era amiga dela. Ela começou a catalogar tudo aquilo e criou um sistema de cópias das letras para evitarmos o manuseio quando tinha show. Esse foi o início. Depois a Verinha sugeriu a Piedade Grinberg para trabalhar os jornais, fisicamente, e na parte do conteúdo também. Não sei se guardávamos para a História. Mas tudo tinha um valor. Não dava pra pegar um documento e jogar no lixo... Tinha lá nos cadernos, anotações importantes e outras nem tanto: lista de compras, número de passos que ele dava em volta da piscina, desenhos da Luiza... Não tinha a intenção, mas era uma necessidade! (2008, p. 87).

Conforme já dissemos previamente o hábito e o interesse em conservar registros de actividades individuais e disponibilizá-los às instituições é uma realidade relativamente recente.

Antes os documentos pessoais eram considerados exclusivamente documentos privados como afirmam Duarte & Farias (2005, pág. 39) citado por Coutinho *et.al.* e com pequeno potencial para o interesse público.

Antigamente os documentos pessoais eram considerados de índole completamente privada. Por isso eram excluídos dos arquivos públicos. A partir da história contemporânea, os documentos privados adquiriram a qualidade orgânica de documentos públicos. Com frequência, chegaram aos arquivos históricos para que recebam tratamento consoante os princípios arquivísticos (2010, p. 3).

Anteriormente os documentos privados não estavam acessíveis ao investigador pois o produtor queria manter em carácter anónimo e desconhecido toda a documentação que a ele pertencia.

Mas, com o crescente interesse por arquivos privados, pelo estudo dos mesmos, os produtores começaram a disponibilizá-los a todos os estudiosos interessados, passando assim de privado a público. O íntimo e pessoal passa a ser público.

Segundo Duranti (1994, p. 50) citado por Oliveira (2009, p. 32) os documentos têm a capacidade de “capturar os fatos [sic], suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos”.

Para Oliveira (2009, p. 34) utilizando as palavras de Bellotto (1998) o tipo de documento e as suas características irão definir o tipo de arquivo, se público ou privado.

Caracteriza também um documento privado uma série de elementos como a questão da produção, a diferença entre pertencer a um conjunto orgânico ou não, o prazo de vida útil do órgão produtor e o valor para guarda mas, de todos, o que a autora considera que determina um documento como público ou privado é o seu contexto de produção (definir se foi produzido por uma instituição pública, por uma empresa privada ou por uma pessoa ou

família) de acordo com Bellotto (1998) citada por Oliveira (2009, p. 34). Ainda para Heymann (1997) igualmente citado por Oliveira (2009, p. 34) “é a pessoa [...] que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo”, quando se trata do arquivo pessoal.

No mundo contemporâneo, existem muitos documentos de cariz privado na *Web*, como correspondências, blogues, telegramas, álbuns de fotografias, numa verdadeira profusão de documentação de relevância pessoal, o que antes parecia algo impensável.

Como já referimos anteriormente, os blogues têm sido apontados como os novos modelos de arquivo pessoal que estão a aparecer e começam a ser estudados pois proporcionam ao investigador uma nova fonte de conhecimento desta prática de arquivar a própria vida e divulgá-la.

Os arquivos pessoais, como arquivadores de uma vida, têm uma organicidade própria, pois a especificidade dos tipos documentais encontrados nesses arquivos, bem como a complexidade de actividades e funções realizadas por um indivíduo ao longo de toda sua vida, revelam ao Arquivista um grande desafio no momento do seu tratamento técnico.

Para Silva (2004, p. 78), com a existência das S.I.P's (sistemas de informação pessoais) tem-se vindo a colocar, então, esta mesma questão da organicidade.

Aparentemente, a organização de arquivos pessoais poderá parecer básica e simples, quando comparada às de instituições públicas ou de grandes empresas privadas, conforme já foi referido.

Mas, no momento do tratamento técnico, o Arquivista tem de conhecer bem toda a história de vida da personalidade em causa, todo o seu percurso, pois só assim poderá conseguir analisar, avaliar e descrever toda a documentação que a retrata. Para além disso, quando o arquivo está organizado e pronto para ser submetido à disposição do leitor é necessária a existência de regras de acesso.

Isto porque existem limites impostos aos Arquivistas e documentalistas para a divulgação de documentos pessoais, referentes à proibição de revelar certos aspectos da vida privada (artigo 26.º da Constituição da República Portuguesa) como evidencia Rosa (2010, p.1). Na sua perspectiva, é visível que todos os cidadãos têm “[...] o direito à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar”. Segundo a mesma autora a consulta da documentação privada, fornecida por uma pessoa, por doação, venda ou empréstimo a um centro de documentação ou a um arquivo, tem de obedecer a regras claras, visto tratar-se de documentos que se referem à intimidade da vida privada.

Se o titular deixar claro que não autoriza a divulgação dos documentos ao utilizador, esta vontade tem de ser respeitada porque caso esta situação não se verifique e a instituição tenha ilicitamente aproveitado que terceiros usufruam dos elementos de informação que a documentação lhe proporciona, responderá pelos danos patrimoniais e morais a que der causa, nos termos dos artigos 483º e 496º, ambos do Código Civil em Portugal, Rosa (2010, p. 1).

Mas, à partida, quando um doador entrega a sua documentação de cariz privado pressupõe-se que a mesma seja utilizada com o intuito de ser divulgada pois o contrário não faria sentido. Quando a documentação chega a uma instituição a primeira missão para o Arquivista é o tratamento da mesma para que esta seja divulgada desde que tal seja permitido (Rosa, 2010, p. 1).

Para a mesma (2010, p. 2) é claro que após a morte do titular a autorização para a consulta de documentos privados que se refiram à sua intimidade diz respeito às pessoas que foram designadas pelo titular no artº.71º, nº. 2 do Código Civil, seguindo a ordem que o mesmo indica. Ainda, segundo diz, é visível que, no caso de existirem cartas escritas pelo titular e divulgadas pelo destinatário, após a sua morte, também existem direitos que devem ser preservados porque, se o destinatário tiver ilicitamente aproveitado ou permitido a terceiros que se aproveitem desses elementos fornecidos pelo documento, terá de responder pelos danos patrimoniais e morais a que der causa, nos termos dos artigos 483º e 496º, ambos do Código Civil.

Efectivamente, há limites na divulgação de documentos de carácter privado, pois nenhum Arquivista ou Documentalista pode violar a vontade do titular ou representantes legais, porque se assim o fizer estará a cometer actos ilícitos e pode ficar obrigado a responder pelos danos causados ao titular dos direitos de personalidade, cuja intimidade da vida privada e familiar foi violada (Rosa, 2010, p. 1.).

Assim, resumindo e concluindo, os arquivos como fontes de informação são um espaço aberto ao conhecimento mas portador de regras pois todos nós temos direito à nossa privacidade, temos as nossas intimidades que não podem ser violadas.

1.3 A análise e o tratamento documental: recomendações gerais e específicas

No mundo da Arquivística é evidente a existência de uma interdisciplinariedade, pois existe a capacidade de relacionamento com outras áreas, pela própria necessidade de aplicação de técnicas e métodos evidenciados em pesquisas realizadas pela ciência da informação (CI).

Segundo Coutinho *et al.* (2010, p.6), os arquivos hoje dão-nos possibilidades de acesso rápido à informação porque as TIC's (tecnologias de informação e comunicação) potencializam a disseminação das fontes de pesquisa.

Todavia, os métodos e as técnicas arquivísticas mantêm-se praticamente intactos, porque continua a ser necessário tratar a informação de forma criteriosa, ética, respeitando sempre o sigilo e preservando os princípios inerentes à disciplina como nos refere Coutinho *et al.* (2010, p.5).

No arquivo o objectivo primário é tratar a documentação para depois disponibilizar toda a informação possível.

Por isso, o primeiro passo é interpretar o seu conteúdo como nos evidencia Coutinho *et al.* (2010, p. 5). Só quando este patamar é atingido é que se pode partir para a tradução da informação para uma linguagem controlada, de forma a facilitar a recuperação da informação.

A análise do documento é um elemento fulcral no ciclo informacional pois é através desta análise que se pode descrever e representar o documento e fornecer ao investigador o acesso fiável à informação.

Para Lancaster (2004, p. 9), citado por Coutinho *et al.* (2010, p. 6), a etapa de indexação por assuntos possui respaldo na análise conceitual e na tradução, sendo que a primeira “[...] implica decidir do que trata um documento – isto é, qual o seu assunto.”. A indexação tem como principal função “[...] atender às necessidades de uma determinada clientela – os usuários de um centro de informação ou de uma publicação específica.”

A indexação é para Lancaster (2004) citado por Coutinho *et al.* (2010, p. 7) uma etapa importante para o profissional de informação, pois é necessário identificar o assunto do documento, a razão pela qual foi incorporado no acervo e quais as potencialidades que poderão servir melhor o utilizador numa eventual pesquisa.

Através da indexação, o utilizador pode perceber do que trata o documento sabendo se lhe interessa ou não consultar esse mesmo documento, sendo esta uma mais-valia para os sistemas de informação arquivísticos, para além de um ponto de partida para a descrição do documento, para a construção dos pontos de acesso, para o tratamento fiável do assunto e também para a consequente disponibilização da informação ao investigador.

Para que a indexação seja feita correctamente, o profissional tem de utilizar termos adequados, linguagens documentais (LDs) para representar o conteúdo do documento de uma forma concisa e fiel à documentação para que não tenha a tendência de cair na linguagem natural (LN), ou seja, a linguagem documental identificará a ideia transmitida pelo autor no documento através da LN, como nos refere Coutinho *et al.* (2010, p.7). É como uma

metalinguagem que é “[...] construída para descrever a linguagem natural”, ou ainda [...] “linguagem utilizada para descrever outras linguagens” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2009, p. 1053) citado por Coutinho *et al.* (2010, p. 8).

Na perspectiva de Cintra *et al.* (1994, p. 23), citado por Coutinho *et al.* (2010, p. 7) as LDs são “[...] construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos, destinadas a ‘traduzir’ os conteúdos dos documentos” e representá-los por termos e conceitos.

Para Coutinho *et al.* (2010, p.7) “Essas linguagens apoiam-se na análise documentária[...]”, etapa esta considerada importante para expressar o conteúdo documental. Segundo Cintra *et.al.* (1994, p. 27) citado por Coutinho *et al.*

[...] a representação documentária caracteriza-se como o resultado de um processo que é iniciado na leitura e análise do conteúdo documental sendo a sua representação realizada de forma padronizada e unívoca. A sua realização possibilita que a informação seja organizada e representada com vista à sua recuperação, estando esses processos relacionados à descrição física dos ‘objetos informacionais,’ aqui entendidos como unidades de informação organizável (2010, p.8).

“A análise documentária requer metodologia e técnica”, é a pauta para análise do conteúdo informacional e, a partir desta fase, parte-se para a construção da linguagem e para a extracção das palavras-chave segundo Coutinho *et al.* (2010, p. 10).

Segundo Coutinho *et al.* (2010, p. 8) quanto ao processo de organização da informação, este refere-se à descrição física e de conteúdo das informações registadas nos variados suportes. Desta forma, há que lidar tanto com os dados físicos como intelectuais da informação pois ambos caracterizam o objecto informacional.

Como nos apontam Brascher & Café (2008, p. 5) citadas por Coutinho *et al.*:

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objectos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objecto informacional específico (2010, p. 8).

Actualmente, e por força das novas tecnologias, temos de rever teorias e procedimentos consagrados, pois existem diferentes formas de recuperar a informação num mundo acelerado pela tecnologia e comunicação em rede. Para Colombo (1991, p. 104) citado por Souza & Moura (2010, p. 11) num mundo como este “O importante não é mais recordar, praticar a memória, é saber que a recordação está depositada em algum lugar e que sua recuperação é – pelo menos na teoria – possível”.

Os arquivos pessoais necessitam hoje de ser estudados como refere Bellotto (1998, p. 256) citada por Oliveira (2009, p. 42) enquanto espaços de memória, caracterizados pela existência de “... papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas...” e a materialização de sua organização, por meio dos instrumentos de recuperação da informação, necessita de ser constantemente estudada, especialmente no contexto tecnológico actual. É neste meio que os Arquivistas lidam e adquirem conhecimento, novos meios de produção, pois passam a ser instruídos nestes novos suportes.

Hoje, um grande passo foi dado ao nível do tratamento da informação pois somos confrontados com novas realidades. A informática é extremamente útil no mundo dos arquivos pois permite a um ritmo acelerado, a produção e o tratamento da informação nos arquivos. Através da digitalização, os investigadores conseguem ter acesso à documentação do arquivo físico sem ter de manusear pessoalmente a documentação ou mesmo sair de casa. De forma rápida e eficaz, o documento aparece e a mensagem naturalmente chega ao investigador num mínimo suporte. Perante este universo informatizado dos arquivos, em que o documento é virtual, o Arquivista não pode desviar-se dos seus princípios e técnicas, mas antes saber conectá-los, cada vez mais, aos novos ditames e regras.

O Arquivista como profissional deve possuir uma capacidade de análise e de síntese, ser aberto às novas TIC, adaptar-se às realidades, formar as suas ideias para posteriormente tomar decisões e intervir em toda a cadeia de tratamento documental independentemente do suporte.

Futuramente deverá ter a capacidade de intervir na implantação dos programas e resolver problemas relacionados com os sistemas para que a informação seja transmitida e para que o tratamento seja realizado correctamente, permitindo a conservação e preservação da informação. As TIC são, efectivamente, um passo importante para a transmissão e recuperação da informação nos acervos documentais pois, de certo modo, ultrapassam a fronteira antes delimitada entre os arquivos privados e os públicos tornando públicos os primeiros.

O tratamento nos arquivos é uma etapa importante para a preservação e conservação dos registos pois são os documentos que dão valor ao acervo e proporcionam ao investigador o futuro para a informação.

Todavia, antes desta fase de tratamento documental propriamente dita, o Arquivista tem inicialmente uma missão, o conhecimento da documentação que tem em mãos e da entidade produtora desse mesmo documento, tal como nos refere López Gómez (1998, p. 39) citado por Rodrigues

O arquivista é um investigador por ofício, mas não um investigador de qualquer assunto. É pesquisador das instituições cujos documentos se encontram sob sua custódia e que deve organizar e descrever mediante uma metodologia arquivística, que apresentando bases científicas, lhe permite pisar um terreno firme e seguro (2008, p.4).

Depois de identificada a documentação o Arquivista tem de se preocupar com a sua organização e descrição, pois é essencial manter a informação em boas condições físicas e acessível aos potenciais investigadores.

Segundo a NP4041 (2005, p. 17), o tratamento arquivístico é o “Conjunto dos procedimentos técnicos que têm por objectivo a identificação, organização e descrição arquivística dos documentos de arquivo e dos dados e informações por eles veiculados”.

O tratamento documental é essencial tanto nos arquivos como nas bibliotecas pois, tal como nos refere Pinto Molina (1993) citada por Nascimento (2009, p.32) “[...], tratamento significa “ transformação” e é uma operação intermediária (entre a produção e o uso) do processo documental, que contém as fases da análise e da recuperação”.

Sem o processo de tratamento o acesso não tem sentido porque os documentos devem ser disponibilizados de forma coerente, para que possam ser recuperados pelo futuro investigador. Para além do mais, conforme diz García Gutiérrez (1984, p. 22) citado por Nascimento (2009, p.37) “não há sentido em analisar documentos se não é para que sejam recuperados”.

Portanto, tem de haver uma política de tratamento documental por parte dos profissionais, a qual considere o documento desde a sua “gêneses até sua eliminação, ou incorporação a um depósito de custódia permanente, passando por todas as operações relacionadas com seu uso, acesso, custódia física e intelectual, difusão e fomento” (López Gómez, 1998 citado por Rodrigues, 2008, p. 3).

O arquivo tem de ser salvaguardado, preservado e tratado para que se conserve ao longo dos tempos tal como nos aponta (Santos 1999) citado por Silva.

Um acervo, após seu recolhimento, adquire algumas garantias tais como: a custódia por parte da instituição pública, que deverá mantê-lo organizado e salvaguardado; a prevenção contra as causas de fragmentação e dispersão; a conservação preventiva que lhe possibilita maior longevidade. Assim a ação [sic] de recolha do arquivo[...] representa, logo de imediato, o controle da documentação e o acesso a ela (...) (2009, p.19).

Ao Arquivista cabe a análise (vejam-se as funções e actividades desempenhadas), a selecção da documentação (constituição de subsecções, séries, informações sobre os documentos de arquivo, o tipo de documento), a organização total do acervo, para um

posterior tratamento físico, mas também para um tratamento informatizado através da elaboração do inventário automatizado.

Este constitui uma importante ferramenta criada pelo Arquivista, pois traduz toda a documentação que o acervo contém e torna-se para o investigador um auxílio na procura do mesmo.

Mas, ao realizar o tratamento documental, o Arquivista tem uma tarefa acrescida, pois terá de pensar no utilizador desse acervo, nos conteúdos que terá de tratar e difundir para que todo o seu trabalho seja uma mais - valia para o potencial investigador. Ao encontro desta ideia está Oliveira (2006, p.70), citado por Oliveira ao dizer que

o arquivista ao realizar o tratamento intelectual de acervos deve perguntar-se incessantemente para quem está organizando os acervos, qual a forma mais acessível de difundir os conteúdos desses acervos para o maior número possível de usuários e quais os possíveis usos desses acervos (2009, p. 53).

Ao nível da linguagem também é necessário construir um vocabulário controlado, uma linguagem documental, conforme explicámos previamente, porque é através destes mesmos conteúdos que podemos recuperar informação, pois como nos diz Oliveira o

arquivista precisa fazer uso das chamadas linguagens documentárias, ou seja, daqueles procedimentos sintáticos convencionais que representam o conteúdo dos documentos ou de um conjunto de documentos para facilitar a busca e a recuperação da informação (2009, p. 53).

Para além da análise e do tratamento, surge outra para o Arquivista, pois a nível físico a documentação também será tratada e disponibilizada para o utilizador. Efectivamente, no processo de tratamento arquivístico, o Arquivista, enquanto profissional que está a tratar de um acervo, tem de ver condições físicas se encontra esse mesmo acervo porque pode ser necessário tomar decisões para assegurar a sua preservação.

Os documentos dos arquivos pessoais quando estão extremamente danificados são submetidos a processos de tratamento para que o estado de degradação não se propague por muito mais tempo. Assim, caso exista documentação que esteja em mau estado, (por exemplo com cliques de metal enferrujado e fitas adesivas), como nos aponta Cruz (2008, p. 72), a intervenção tem de ser imediata para que não existam danos nos outros documentos e para prolongar a vida desta documentação. O Arquivista deve, neste caso, proceder à higienização da documentação, ou seja, retirar estes mesmos cliques, as fitas adesivas e proceder à limpeza mecânica, folha a folha, como evidencia Cruz (2008, p.72). Este tipo de intervenção de

conservação é parte integrante e essencial da cadeia de tratamento documental e deve realizar-se numa fase inicial do processo.

Esta atitude pode ser exemplificada com o caso do acervo pessoal de Tom Jobim nomeado anteriormente, que sofreu higienização para a preservação, chegando-se até a falar no uso de trincha de crina de cavalo para a limpeza das folhas dos documentos, como nos refere Cruz (2008, p. 73). Ainda no âmbito destes procedimentos, tal como nos refere Carvalho (1998) citado por Cruz, ao falar do processo de tratamento do acervo de Tom Jobim é necessário passar-se para

[...] uma conservação preventiva, que desfaz as dobras, planifica o papel em prensas, e reconstitui todas as áreas perdidas, rasgadas e perfuradas por insectos (ou não) com polpa fibrosa. Nesse ponto, procedeu-se à limpeza de todo o mobiliário e à confecção de invólucros de papel de pH neutro, de acordo com os documentos previamente mensurados. O acondicionamento final foi feito em local apropriado, segundo os padrões internacionais de construção e conservação de acervos (2008, p. 73).

Todo o Arquivista é responsável pela integridade física dos documentos pois é essencial que haja o manuseio correcto para que a mesma não se danifique.

Passamos desde já a enumerar outros procedimentos essenciais que acontecem nos arquivos e, por isso, é necessário que o Arquivista esteja atento, para que não ocorra a perda física da documentação. Primeiramente falemos dos fungos, que precisam de ser detectados (são os que mais se propagam nos acervos pois alimentam-se de papéis, couro e pigmentos causando manchas de coloração que são de difícil remoção, segundo Moi 2000, p. 17). A propagação de insectos também deve ser evitada (os insectos roedores, baratas, brocas, térmitas e até o próprio homem podem levar os documentos a um estado de instabilidade física, como refere Moi 2000, p.13), pois quando eles existem danificam a documentação.

De igual modo, deve-se evitar a exposição solar para que a documentação não se deteriore e não fique com manchas (a luz natural desencadeia reacções nos materiais provocando consideráveis danos através da oxidação tornando o papel frágil e amarelo, como aponta ainda Moi 2000, p. 15).

Assim, poder-se-ão reparar com fita adesiva apropriada os danos nos documentos.

Ademais tem de se proporcionar ao acervo a temperatura adequada pois também a temperatura e a humidade, em determinados níveis, são factores nocivos.

O calor em demasia acelera a deterioração da documentação e a humidade pode desencadear reacções químicas (Moi, 2000, p. 14).

Para a mesma (2000, p. 16) a qualidade do ar também é importante para a preservação do acervo pois, se esta não for controlada, a documentação vai aparecer igualmente

deteriorada e desconfigurada devido à quantidade de gases e partículas sólidas que atacam a documentação.

Para evitar estes problemas físicos os materiais têm de estar em locais limpos, evitando a propagação de pó nos pisos e nas estantes (Moi, 2000, p. 33) devendo proceder-se à higienização da documentação quando o documento está degradado, de acordo com a mesma autora (2000, p. 31) o que faz com que este estado de fragmentação se processe mais lentamente.

Também há outro tipo de materiais que deve ser estudado pelo Arquivista como, por exemplo, as imagens.

No trabalho de Lopez (2000) há diversas críticas a serem feitas no tratamento deste tipo de material, pois a seu ver estes não têm sido tratados devidamente, sendo necessário procurar o contexto de produção dessas imagens para que as recuperemos a nível arquivístico, de acordo com Lopez (2000) citado por Lacerda.

“O autor analisa as especificidades dos documentos imagéticos em arquivos, criticando o tipo de tratamento que os ‘condena’ ao lugar de itens de coleção e defendendo a ideia de recuperação do carácter arquivístico das imagens, possível a partir da reconstrução do contexto de produção desses documentos, no interior do seu próprio conjunto” (2009, p. 118).

Este autor considera que este tipo de documento é precioso para o arquivo porque é possuidor de um conteúdo (público ou privado) sobre o doador, essencial para ajudar a tratar a documentação.

Mas facto é que, nesta matéria, podemos dizer que existe ainda uma barreira que dificulta a adopção de métodos específicos.

Todos os pontos enunciados anteriormente referentes a arquivo/princípios, técnicas/arquivo pessoal/seu tratamento foram essenciais pois ajudaram o Arquivista no tratamento documental e nas decisões sobre a difusão do acervo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, nos aspectos que serão referidos e abordados na Parte II deste estudo.

2 METODOLOGIA ADOPTADA NO ESTUDO

A dissertação desenvolvida tem como objectivo geral o tratamento de raiz do acervo privado de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, localizado no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra.

Este estudo insere-se no âmbito de um estágio desenvolvido durante seis meses, no CD25 A, no período compreendido entre o dia 1 de Outubro de 2010 e o dia 31 de Março de 2011e, portanto, este foi o período destinado ao tratamento geral do acervo, em termos de cronograma.

O principal objectivo foi tratar do espólio de raiz de uma pessoa singular e personagem de relevância política e social, na recente história de Portugal (fazendo a triagem, a identificação, a análise e o tratamento dos documentos), elaborando um quadro de classificação focalizado na actividade pública e na actividade privada desta figura coimbrã, quadro este que serviu de base à realização da organização intelectual de todo o acervo.

Para cumprir o referido objectivo geral, foi preciso cumprir os seguintes objectivos específicos:

- a) efectuar a prospecção documental do acervo, reconhecendo e identificando os diversos conjuntos documentais e arquivísticos existentes;
- b) propor e aplicar um plano de tratamento arquivístico condizente com a realidade verificada;
- c) avaliar e questionar os resultados atingidos, propondo melhorias nas situações verificadas;
- d) dar conhecimento dos resultados obtidos com a investigação, através da melhor divulgação e disseminação do acervo tratado.

Esta proposta surgiu com a intenção de investigarmos e consolidarmos conhecimento, aprendendo a nível teórico e prático pela pesquisa, selecção e aplicação correcta das técnicas arquivísticas adequadas, pelo interesse em tratar de um espólio que dá a conhecer uma figura importante no âmbito da sociedade conimbricense e também porque se tornam cada vez mais necessárias as investigações com conteúdo prático e aplicacional, em que o investigador actua directamente no terreno, e age como tal, propondo soluções e melhorias para os problemas que identifica no decorrer do processo.

Trata-se de um estudo cujo objectivo era estudar documentação de Maria Judite Mendes de Abreu dos seguintes pontos de vista: análise e prospecção documental (levantamento de tipos documentais, cronologia, etc.); caracterização e enquadramento da documentação no período histórico e social para o qual maioritariamente remete, com destaque para a sua Presidência na Assembleia Municipal de Coimbra e também enquanto Professora do Ensino Particular, apoiante da candidatura de Norton de Matos, militante do Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.), apoiante da oposição política após as eleições de Norton de Matos, apoiante da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, apoiante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas, apoiante do Tribunal Cívico Humberto Delgado e Membro da Comissão de Honra de Mário Soares à Presidência da República. Para finalizar, procedeu-se à descrição arquivística (consentânea com a normalização internacional e nacional).

Ainda numa fase inicial preocupámo-nos em fazer uma pesquisa bibliográfica de textos publicados em português, espanhol e pontualmente em inglês, dando preferência aos mais recentes, (publicados a partir do ano 2000) pois podiam conter informações mais actualizadas. Consultamos, igualmente, dissertações de mestrado e teses de doutoramento publicadas em português sobre o tema dos arquivos pessoais.

Para cumprir o nosso principal objectivo, o tratamento de um arquivo pessoal de uma personalidade da política contemporânea portuguesa, foi elaborado, em primeiro lugar, um pequeno estudo histórico-biográfico da vida de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, com vista à recolha de subsídios para a organização intelectual do seu fundo pessoal.

Neste âmbito recorreremos às técnicas de pesquisa documental pois os documentos pessoais desta personalidade pública poderiam ajudar-nos a construir o seu percurso biográfico e a contextualizar marcos históricos em que ela esteve integrada.

Neste caso, recolhemos, primeiramente, um panfleto informativo publicado pela Câmara Municipal de Coimbra (Coimbra, 2009), através do seu Departamento de Cultura, intitulado *Descerramento de Placas Toponímicas* de 16 de Maio de 2009 (documento que se encontra no ANEXO 2) disponibilizado pelo filho da biografada, Dr. Pedro Mendes de Abreu, proporcionando dados para um mini-estudo de etapas relevantes da sua vida. Este panfleto foi confrontado com outros dados históricos recolhidos no arquivo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu sendo estes considerados uma fonte segura de informação.

Encontrámos também na internet um documento sobre a figura em estudo (que se encontra no ANEXO 3), disponibilizado por José Pacheco Pereira, pertencente ao seu arquivo pessoal (divulgado no blogue intitulado “EPHEMERA Biblioteca e Arquivo de José Pacheco

Pereira”) e consultado em 24/04/2010. Verificámos que este texto continha elementos textuais para um estudo de vida desta militante política e foi neste documento informativo intitulado “*Maria Judite Pinto Mendes de Abreu*” que nos baseámos para efeitos de tratamento e construção de uma pequena biografia desta personalidade. Este documento foi confrontado com os do arquivo pessoal e com o panfleto recolhido na entrevista nomeada anteriormente.

Para além desta documentação, consultámos o próprio espólio desta figura coimbrã, que fornecia informação relevante sobre marcos históricos na vida desta personalidade assim como de foro privado como, por exemplo, a correspondência, o que nos levou a perceber a sua actuação e participação, na esfera pública e privada.

Também recorremos à entrevista semi-estruturada (ANEXO 1), efectuada a seu tempo a Pedro Mendes de Abreu, filho de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, preparada previamente para garantir que o entrevistado respondesse às questões colocadas, sem qualquer tipo de gravação e, por isso, o entrevistador tentou sempre anotar o máximo de informação.

Este método utilizado foi positivo para o trabalho, permitindo tirar dúvidas relativas à figura em estudo e recolher e confrontar informações sobre a mesma a nível pessoal (família e amigos).

Ainda, no âmbito da metodologia específica foi feita análise e prospecção documental do fundo propriamente dito, seguida da elaboração de uma proposta de tratamento, nomeadamente no âmbito da descrição e da organização intelectual do espólio, item por item, tendo como parâmetros os princípios e os métodos arquivísticos indicados no decorrer do capítulo 1 deste estudo.

De acordo com a Norma 4041 o inventário é um:

Instrumento de descrição arquivística que, para efeitos de controlo e comunicação, representa um arquivo: o contexto da sua produção, o(s) plano(s) de classificação (ou, na sua ausência, o quadro) que presidiu/presidam à sua organização, os conjuntos documentais que o constituem, respectiva articulação e unidades de instalação que ocupam. No inventário, que deve ser complementado por índices, a descrição não desce a níveis inferiores ao da série e respectivas subdivisões (2005, p. 18).

O inventário foi feito com base no quadro de classificação. Este, por sua vez, foi elaborado com base no estudo biográfico e documental do acervo e da personalidade retratada.

A partir da elaboração do quadro de classificação toda a documentação foi descrita até ao nível do item (daí tratar-se de um inventário analítico), pois era um fundo de pequena dimensão, o que proporcionou a possibilidade de dedicar mais atenção à sua descrição

pormenorizada, para além da clara vantagem de se produzir um instrumento que, ao detalhar um conjunto, auxilia o utilizador de forma mais precisa e completa.

No âmbito da difusão optámos pela disponibilização *online*, ao público, dos instrumentos de pesquisa gerados no estudo (nomeadamente o inventário e o quadro de classificação do fundo).²

Neste processo de divulgação do acervo o CD25A tomou a decisão de o comunicar na própria página do Centro, para consulta directa dos investigadores.

Este estudo concretizou-se com base na documentação do espólio. Este continha informações por vezes pessoais que permitiam perceber o contexto desta personalidade num determinado movimento e sempre obedecendo na parte descritiva à norma ISAD(G), Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

Estamos certos de que a escolha de um arquivo privado poderá ser uma boa aposta não só a nível prático mas também se tornará enriquecedora uma vez que trataremos de um espólio de uma figura célebre e importante no marco histórico anti-salazarista.

² UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Centro de Documentação 25 de Abril (2011) – **Inventário de espólio: Maria Judite Pinto Mendes de Abreu**. Coimbra: Universidade de Coimbra. [Consult. 13 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL:: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Espolio135>,>

PARTE II

**TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO DO FUNDO DE MARIA JUDITE PINTO
MENDES DE ABREU**

3 BREVES NOTAS HISTÓRICO-BIOGRÁFICAS DE MARIA JUDITE PINTO MENDES DE ABREU

Conforme antecipámos no capítulo metodológico, neste item, pretendemos dar a conhecer os resultados obtidos na pesquisa documental realizada com o objectivo de adquirir dados histórico-biográficos relevantes que permitam retratar esta personalidade.

Maria Judite Pinto Mendes de Abreu nasce a 16 de Fevereiro de 1916 na Freguesia de São Julião, na Figueira da Foz, e é filha de Maurício Augusto Águas Pinto (comerciante industrial) e de Guilhermina Andrade Pinto (doméstica), uma família abastada, da classe média, segundo Pedro Mendes de Abreu, em entrevista concedida para este estudo.

Segundo o mesmo, ao longo da sua juventude, enquanto estudante teve um intenso e bem sucedido percurso escolar.

Esteve na Figueira da Foz até ao 5º ano, ingressando depois no Liceu José Falcão, situado junto das escadas monumentais, e aos 16 anos, em 1933, entra na Universidade de Coimbra acabando por tirar dois cursos: o curso de Letras (Germânicas) em 1937 e de Direito em 1938, ambos com médias altas (entre os 15 e 16), segundo a mesma entrevista realizada a seu filho Pedro Mendes de Abreu.

Maria Judite Pinto Mendes de Abreu casou-se pelo civil com Pedro Falcão Mendes de Abreu a 23 de Março de 1940, na Figueira da Foz, e teve dois filhos, António Mendes de Abreu (licenciado em Medicina em 1942) e Pedro Mendes de Abreu (licenciado em Direito no ano de 1946), tendo o primeiro falecido a 15 de Agosto de 1979, com 33 anos.

O marido de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu veio a falecer em 1960.

Ao longo da sua vida, a família apoiou-a sempre nas causas que defendeu, chegando a própria a dizer que “herdou do avô todos os ideais republicanos”, tal como nos refere Pedro Mendes de Abreu.

Na sua actividade pública encontramos-la como Presidente da Comissão Administrativa da Câmara da Figueira da Foz de Outubro de 1974 a Dezembro de 1976.

Numa análise da documentação consultada em Sousa (1983) citado por Pereira (2010), no blogue EPHEMERA - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, no documento intitulado *Maria Judite Pinto Mendes de Abreu*, fica visível, no pós 25 de Abril, a confiança que os partidos políticos importantes na cena nacional da época depositavam nesta personalidade pública como actuante de mérito na vida política no momento difícil e conturbado da vida nacional.

O mesmo documento refere um dado importante que mostra bem a qualidade dos seus serviços quando lhe prestam homenagem a Câmara Municipal da Figueira da Foz e o Presidente da República: “ Em 1982 a Câmara Municipal da Figueira da Foz distinguiu-a com a medalha da cidade e o correspondente título de Cidadã Honorária e, em 1983 S. Ex^a o Presidente da República agraciou-a com a Ordem da Liberdade”.

Ainda no mesmo documento refere-se que ela se destaca como Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, cargo que desempenha de 1976 a 1979. Os documentos consultados em Sousa (1983) citado por Pereira (2010) no blogue EPHEMERA - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, referem Maria Judite Pinto Mendes de Abreu no domínio desta actividade pública: “Em Dezembro de 76, foi eleita Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, cargo que desempenhou até Dezembro de 79; durante o seu mandato tiveram início obras de vulto (algumas ainda em curso) decisivas para o futuro da cidade”.

Deste documento se infere a importância do seu mandato em que iniciou obras decisivas para o futuro da cidade de Coimbra, o que abona a favor da intervenção valiosa desta sua actividade.

A brochura informativa publicada pela Câmara Municipal de Coimbra através do seu Departamento de Cultura (Coimbra, 2009), intitulada *Descerramento de Placas Toponímicas* datada 16 de Maio de 2009, refere os mesmos dados informativos enquanto Presidente da Câmara Municipal de Coimbra “ Foi a primeira autarca eleita após o 25 de Abril e, até à data (2008), a única mulher Presidente da Câmara de Coimbra nas eleições de 1976, cumprindo o mandato até 1979, como independente, numa lista do Partido Socialista”.

No documento consultado em Sousa (1983) citado por Pereira (2010) no blogue EPHEMERA - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, valoriza-se o seu trabalho como Vereadora da Câmara Municipal de Coimbra de 1980 a 1982, constando um dado importantíssimo que evidencia a sua visão alargada do mundo desenvolvendo relações de amizade com outros países como a França, Espanha, República Democrática Alemã, etc: “ Vereadora da mesma Câmara no período de 80 a 82, queremos chamara atenção para o trabalho desenvolvido nas relações de amizade e cooperação de Coimbra com cidades de outros países (França, Espanha, R.D.A. etc.)” Coimbra tinha de sair do seu espaço e mostrar-se além fronteiras.

Em 1983 começa como Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra: “Presidiu à Assembleia Municipal de Coimbra de 1983 a 1986”, segundo a brochura informativa publicada pela Câmara Municipal de Coimbra (Coimbra 2009) através do seu Departamento de Cultura, intitulada *Descerramento de Placas Toponímicas*, datada de 16 de Maio de 2009.

No acervo desta figura em questão, verificámos a existência de correspondência relativa à sua actividade pública neste domínio (Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, s.d.).³

Uma delas é um convite do Presidente da direcção da Associação 25 de Abril para que ela participe nas comemorações do aniversário do 25 de Abril. A outra é igualmente uma carta, convite apelando à sua integração naquela Associação como apoiante⁴ (Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, s.d.).

Em 1982, esta personalidade é distinguida pela Câmara da Figueira da Foz com a “Medalha da Cidade” ou seja “Cidadã Honorária”, segundo a brochura informativa publicada pela Câmara Municipal de Coimbra (Coimbra 2009) através do seu Departamento de Cultura, intitulada *Descerramento de Placas Toponímicas* de 16 de Maio de 2009.

Em 2002, já com 86 anos, foi agraciada com a “Medalha de Ouro da Cidade” pela Câmara Municipal de Coimbra mostrando, assim, a sua importância política e social segundo a brochura informativa publicada pela Câmara Municipal de Coimbra através do seu Departamento de Cultura, intitulada *Descerramento de Placas Toponímicas* de 16 de Maio de 2009 (Coimbra 2009).

Mas a sua intervenção na vida portuguesa não se restringe só à actividade pública. Foi igualmente interveniente, como cidadã responsável, na actividade privada.

Neste domínio destaca-se como cidadã conimbricense, apoiante da candidatura do General Norton de Matos⁵ entre (1944-1949) tal como nos refere a documentação do seu próprio acervo que tivemos oportunidade de consultar.

Vejamos, por exemplo, a análise efectuada a um convite⁶ onde se depreende a importância que teve enquanto cidadã interveniente, pois é convidada a assistir a uma sessão solene de propaganda de apoio ao General Norton de Matos, no Teatro Avenida em Coimbra.

Nesta linha de apoio encontra-se outro documento importante do seu acervo enviado pelas Comissões Eleitorais Femininas. Estas fazem o apelo às mulheres da Figueira da Foz para lutarem pelas liberdades fundamentais e escolherem Norton de Matos como Presidente⁷.

Enquanto militante do M.U.D.⁸ (Movimento de Unidade Democrática) também teve uma participação activa. O M.U.D. foi, segundo o espólio desta activista⁹, um órgão de luta

³ Correspondência/01 da subsecção P.A.M.C (Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra)

⁴ Correspondência/01-2 da subsecção P.A.M.C.

⁵ Candidatura efectuada por Norton de Matos para acabar com a repressão política do regime Salazarista

⁶ Textos diversos/08 da subsecção A.C.G.N.M.A.P.R (Apoiante da Candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República)

⁷ Texto diverso/07 da subsecção A.C.G.N.M.A.P.R

pelos direitos dos cidadãos, pretendendo desenvolver um espírito de unidade e instaurar a democracia garantindo eleições livres, fazendo valer as liberdades públicas e individuais (Movimento de Unidade Democrática, 1947, p. 1).

Quando acabou a sua licenciatura em Direito começou a trabalhar como Professora do Ensino Particular, “no externato João de Castro” em 1952, segundo Pedro Mendes de Abreu, que depois foi extinto em 1974, tal como nos certifica o panfleto informativo intitulado por *Descerramento de Placas Toponimicas* do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra (Coimbra 2009). Este facto encontra-se bem patente¹⁰ quando lhe é pedido o envio de uma declaração para efeitos de instrução do respectivo processo, em 1946 pelo Ministério da Educação Nacional. Segundo seu filho, nesta altura também fez um estágio de notariado e começou a dar explicações de inglês.

Também teve particular relevância a sua actividade privada enquanto militante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, em 1946 e, é graças a este movimento que a mulher pode ver melhoradas as suas condições materiais e morais, debatendo ideias, tomando a palavra numa tribuna aberta a todas as sugestões, expondo as injustiças¹¹ (Beirão, 1946, p. 9, 10).

É de referir igualmente a sua tão intensa actividade oposicionista, de 1949 a 1973, pois mobiliza diversas iniciativas, sempre numa “oposição tolerada e controlada”, conforme se lê em Sousa (1983) citado por Pereira (2010) no blogue EPHEMERA - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, no documento referente a *Maria Judite Pinto Mendes de Abreu*: “foi uma presença permanente, na primeira linha, mobilizadora e quantas vezes decisiva para o prosseguimento das mais diversas iniciativas”. Neste seguimento encontramos um postal não datado da Comissão Eleitoral do Distrito de Leiria, enviado na Campanha de Recenseamento Eleitoral, apelando a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu à solidariedade por um país democrático, o que evidencia tratar-se de uma personalidade de poder no âmbito político da época¹² (Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, s.d.).

De 1961 até 1994 foi sócia gerente do Teatro Avenida em Coimbra encontrando ainda tempo para dar explicações de inglês a alunos do Ensino Superior, segundo Pedro Mendes de Abreu.

⁸ Organização política de oposição ao regime fascista criado para reorganizar a oposição

⁹ Texto diverso/03, da subsecção M.U.D.

¹⁰ Correspondência/01 da subsecção P.E.P. (Professora do Ensino Particular)

¹¹ Publicação periódica/02, da subsecção M.C.N.M.P., (Militante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas) do Espólio Maria Judite Pinto Mendes de Abreu

¹² Correspondência/15 da subsecção M.O.P.A.E.N.M.

Na sua vida política diversas foram as participações que teve enquanto activista, integrando-se, entre 1970-1974, na Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Devido a injustiças cometidas aos presos políticos na época (torturas físicas e mentais), Maria Judite Pinto Mendes de Abreu integra a Comissão numa época conturbada. Chega a receber correspondência do Ministério da Educação Nacional, assinada pelo chefe do gabinete Lourenço Cardoso¹³, sobre a situação do preso político Joaquim Francisco da Mota Cardoso¹⁴. Nesta sequência, é evidente a sua humanidade e solidariedade para com os presos políticos, numa repulsa perante as injustiças vivenciadas na época. Este movimento nasce em 1969 e é constituído por portugueses que apoiam e auxiliam os presos e as famílias a enfrentar a ditadura salazarista, intervindo junto do Governo (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, 1972, p. 1)¹⁵.

Associa-se também na C.N.A.R.P.A. (Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas,), entre 1974-1975, caracterizada pelo apoio dado aos refugiados políticos antifascistas ao nível de alimentação, alojamento, assistência médica, emprego, recepção e informação dos refugiados, vestuário e material escolar (Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas, 1974, p. 4-6).

Na análise da documentação do inventário do espólio privado em questão¹⁶, é visível o interesse que ela mostra em ajudar estes refugiados pois chega a receber em 1974 cartas de Maria Eugénia Varela, sua amiga e companheira em alguns movimentos políticos (como a C.N.S.P.P.), apelando a que seja arranjada alimentação para os refugiados que estão em Coimbra.

Chega também a receber uma carta desta sua amiga em 1975¹⁷ onde lhe é solicitado o auxílio de fundos para uma refugiada política brasileira. Recebe igualmente um convite de Maria Eugénia Varela, para fazer parte do grupo dos trinta refugiados brasileiros.

Na sua actividade privada também apoiou a Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado, entre 1977-1978, órgão criado para denunciar e julgar os crimes vivenciados na época da ditadura e para prender os informadores da PIDE - Polícia

¹³ Correspondência/01 da subsecção M.C.N.S.P.P. (Militante da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos).

¹⁴ Mencionamos factos e nomes porque o acervo se encontra em livre acesso e, portanto estes nomes podem ser revelados.

¹⁵ Texto diverso/05 da subsecção M.C.N.S.P.P.

¹⁶ Correspondência/01 da subsecção C.N.A.R.P.A.

¹⁷ Correspondência/02 da subsecção C.N.A.R.P.A.

Internacional e de Defesa do Estado ¹⁸ estabelecendo a justiça que estava amordaçada (Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado, 1977). Nesta linha está efectivamente Maria Judite Pinto Mendes de Abreu que chega a ser convocada para uma reunião geral pelo facto de ter aderido a esta Comissão ¹⁹ (Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado, 1977). Outro documento evidencia a sua participação neste acontecimento pois, para efeitos de formalização da sua presença na Comissão, é convocada uma reunião ²⁰ (Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado, 1977).

Em 1991 participa activamente enquanto Membro da Comissão de Honra da candidatura de Mário Soares à Presidência da República ²¹ e, decorrente deste seu envolvimento, recebe uma carta do então Presidente da República, Mário Soares, a agradecer-lhe pela referida participação. Como membro assíduo da Comissão recebe um convite de Mário Soares em 1991 ²² para assistir à sua cerimónia de posse como Presidente da República ilustrando, assim, a sua fidelidade perante a candidatura do mesmo.

São de destacar alguns dos seus amigos da época como Paulo Quintela, Joaquim Namorado e Alberto Vilaça, segundo o depoimento do seu filho Pedro Mendes de Abreu. Para além desta intensa actividade cívica e política, foi sempre uma pessoa dedicada à família, chegando a ajudar a criar suas netas, filhas de Pedro Mendes de Abreu, conforme o próprio o atesta.

Depois de ter dado voz a todas estas causas, Maria Judite Pinto Mendes de Abreu por fim reformou-se e permaneceu em casa, tendo falecido a 10 de Maio de 2007.

Após toda esta descrição biográfica pode-se visualizar na figura 1, um breve esquema que ilustra todos os pontos significativos dos dados supracitados.

¹⁸ Criada para reprimir os opositores ao regime fascista

¹⁹ Correspondência/02 da subsecção M.C.O.T.C.H.D. (Militante da Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado)

²⁰ Correspondência/03 da subsecção M.C.O.T.C.H.D.

²¹ Correspondência/01 da subsecção M.C.H.M.S.P.R.

²² Correspondência/01 da subsecção M.C.H.M.S.P.R.

CRONOLOGIA	FACTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS
16/02/1916	Nasce, na Figueira da Foz
1933-1938	Ingressa na Universidade de Coimbra e conclui os cursos de Letras e de Direito.
23/03/1940	Contrai matrimónio com Pedro Falcão Mendes de Abreu, na Figueira da Foz
1944-1949	Apoia a candidatura do General Norton de Matos
1945-1991	Actua como militante do Movimento de Unidade Democrática
1946	Inicia-se como militante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas
1949-1973	Participa como militante da Oposição Política, após a eleição de Norton de Matos
1952	Ingressa, como professora, no ensino privado
1961-1994	Participa como sócia gerente do teatro Avenida
1970-1974	Participa como militante da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos
1974-1975	Participa como militante da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas
1974-1976	Actua como Presidente da Câmara Administrativa da Figueira da Foz
1976-1979	Actua como Presidente da Câmara Municipal de Coimbra
1977-1978	Actua como Membro da Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado
1980-1982	Actua como Vereadora da Câmara Municipal de Coimbra
1982	É agraciada com a Medalha da Cidade da Figueira da Foz
1983-1986	Actua como Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra
1983	É agraciada com a Ordem da Liberdade
1991	Actua como Membro da Comissão de Honra da candidatura de Mário Soares a Presidente da República
2002	É agraciada com a Medalha de Ouro da Cidade, pela Câmara Municipal de Coimbra
10/05/2007	Falece, na Figueira da Foz

Fig. 1- Esquema biográfico da vida de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu

FONTE: Elaboração própria

4. O FUNDO DOCUMENTAL

4.1 Caracterização geral do fundo

O fundo de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu foi adquirido ao longo de 1997 a 2010 tendo sido doado primeiramente pela própria produtora e, após o seu falecimento, pelo seu filho Pedro Mendes de Abreu.

No que respeita ao volume, o espólio a ser tratado possui documentação disposta em sete caixas de 35 cm de comprimento, por 27,5 cm de altura e 10 cm de lombada. Trata-se de um acervo de pequena dimensão, o que autoriza, em termos teóricos e práticos, à realização de um tratamento pormenorizado, tendo como produto final a descrição e a difusão da informação contida no acervo.

Acondicionado em caixotes, depois de um primeiro trabalho de selecção efectuado pela doadora²³, o espólio chega com algumas indicações que remetiam para uma organização original. O estado dos documentos, à chegada considera-se bom pois, segundo os parâmetros do CD25A, estes apresentavam-se em boas condições físicas, sem humidade, sem contaminação de parasitas, nem rasgos ou perdas consideráveis. Devido à idade, alguns documentos encontravam-se oxidados junto aos agrafos, conforme se vê na fig. 2.

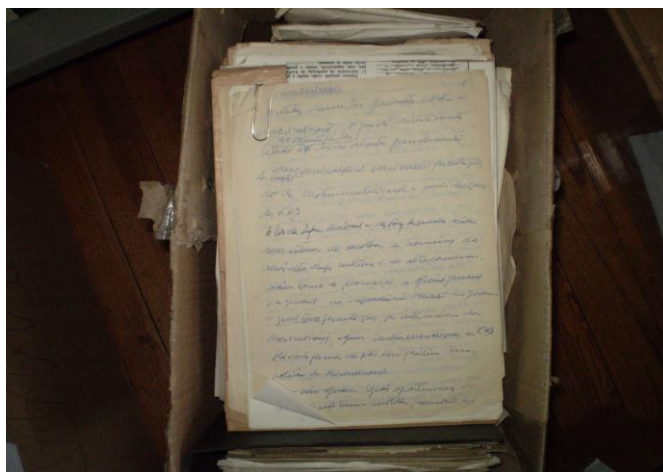


Fig. 2 – Fotografia do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. Vista parcial das condições de armazenagem que a documentação apresentava antes do tratamento.

FONTE - Elaboração própria.

²³ E pela Dr^a Natércia Coimbra, Bibliotecária do Centro de Documentação 25 de Abril.

Actualmente, o fundo está depositado no Centro de Documentação 25 de Abril, em carácter permanente, sendo esta instituição a responsável pela sua guarda e pelo acompanhamento de todo o processo de intervenção que propusemos e realizámos, ao longo do estudo. Mas, segundo a entrevista realizada a Pedro Mendes de Abreu, uma outra parte desta documentação pessoal, pertencente também ao acervo de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu e ao seu pai, Maurício Augusto Águas Pinto, terá sido oferecida ao Arquivo privado de José Pacheco Pereira, pelo que achamos pertinente dar notícia desta situação, ao eventual utilizador, no campo próprio do instrumento de descrição elaborado.

4.2 Tratamento documental

4.2.1 Identificação e organização do fundo

Depois de ter o acesso à documentação propriamente dita procedemos à identificação do material, ou seja, todo o material foi retirado cuidadosamente, com o objectivo de se visualizar o que estava na caixa e identificar os elementos constituintes.

Os documentos vinham agrupados, juntos a outros, referentes ao mesmo assunto sem qualquer capa a armazená-los e apresentavam uma ordem prévia, já estabelecida provavelmente por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

Assim sendo, começámos a separá-los através das tipologias documentais formando as chamadas séries documentais arquivísticas que, segundo a norma NP 4041 são uma

Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originariamente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. Em princípio, os documentos de cada série correspondem ao exercício de uma mesma função ou actividade, dentro de uma mesma área de actuação. Pode contemplar vários níveis de subdivisão (2005, p. 7).

A constituição das séries e subsecções mostrou ser uma mais-valia no tratamento da documentação e na formação do quadro de classificação. Todas as séries foram ordenadas por ordem cronológica tornando-se, assim, mais fácil ao investigador encontrar toda a informação e manter uma certa lógica no que diz respeito aos acontecimentos.

Após a formação das séries e subsecções começámos a descrever os documentos, a elaborar o inventário, a formar secções, subsecções, séries e itens uma vez que a descrição realizada deveria ir até ao nível das unidades individuais do fundo.

Depois da descrição procedemos à sua inserção nas bases de dados da correspondência, das publicações periódicas e monografias. Para a primeira foi utilizada a base de dados *Filemaker* pois não há ainda nenhuma no CD25A específica para arquivo capaz de armazenar informações deste tipo de documentos.

Ela contém todos os campos importantes para o utilizador pesquisar tais como o remetente, o destinatário e o assunto da correspondência.

Para além disso, existem os chamados anexos, onde o Arquivista coloca a informação do que existe nessa mesma correspondência, o que se pode visualizar na fig. 3.

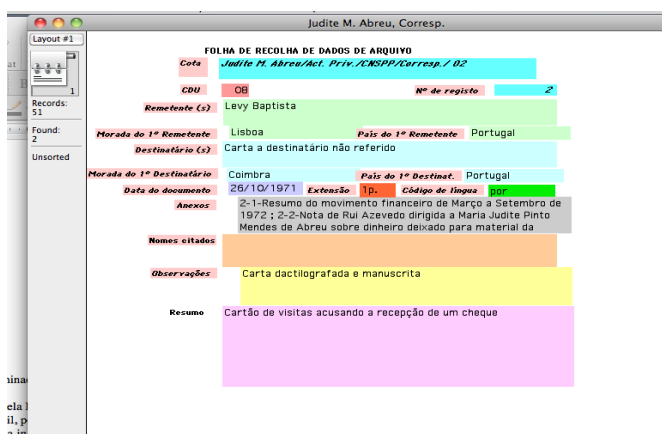


Fig. 3 – Vista da base de dados *Filemaker*
 FONTE - Elaboração própria

As publicações periódicas e monografias foram catalogadas e indexadas no *Módulo de Catalogação Sirius* pois é esta a base de dados utilizada para tal, como é visível na fig. 4. Posteriormente foram introduzidas e arrumadas nas salas próprias com as respectivas cotas.

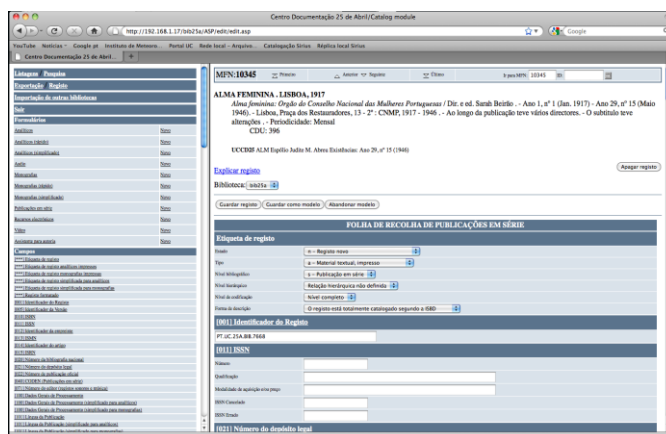


Fig. 4 – *Módulo de Catalogação Sirius*
 FONTE - Elaboração própria

A restante documentação (iconografia, relatórios entre outros) foi submetida ao mesmo método de organização cronológica.

Portanto, no tratamento de cada tipologia/série o critério usado respeitou as normas de tratamento do Centro de Documentação 25 de Abril.

Neste processo de trabalho tivemos o auxílio do Arquivista²⁴ do Centro de Documentação 25 de Abril. Todavia, depararam-se-nos algumas dúvidas na medida em que existiam certas datas na documentação que poderiam não ser as indicadas para determinadas séries em que tínhamos pensado anteriormente integrar. Por isso, a leitura do documento na íntegra foi a solução nestes casos específicos.

A extracção do assunto foi um auxiliar precioso para não existirem erros na separação e descrição da documentação pois tínhamos consciência de que qualquer imprecisão cometida neste aspecto, poderá, mais tarde, induzir o investigador em erro.

A nível do tratamento existiram diversos documentos que necessitavam da ajuda do Arquivista uma vez que continham agrafos e cliques, tendo sido necessário retirar os mesmos para que, mais tarde, a documentação não se apresente ainda mais danificada. Tal aconteceu em um documento rasgado (um cartaz), o que nos conduziu a reparos para uma consequente preservação utilizando a fita adesiva transparente.

Ao nível da organicidade documental, actuámos de forma a que toda a documentação ficasse ordenada e, para tal, procedemos à indicação, no próprio documento, do número de páginas, cuidando para que o mesmo não se perca caso venha a ser, por alguma razão, deslocado do todo. A organização deste fundo pessoal obedeceu, sempre que possível, à ordem original estabelecida seguindo uma lógica ligada à produtora da documentação, tendo cabido, neste caso, somente dar uma ordem cronológica às diversas tipologias documentais identificadas.

O Centro de Documentação 25 de Abril tem uma metodologia própria para tratar a documentação que entra no serviço. Por exemplo a correspondência recebe uma numeração no canto superior direito (ex: /1;/2), para dar conta de quantos anexos possui (ex: 1-1; 1-2) para que a mesma apresente uma ordem e, mais tarde, seja possível a localizar.

Para além da numeração também é colocado um carimbo com o nome do doador, seguido da respectiva subsecção, da série e da tipologia documental (ex: Judite M. Abreu,

²⁴ Dr. José Carlos Patrício.

Activ. Privada; ACDNDMAPR; textos diversos). O carimbo do Centro de Documentação 25 de Abril é aplicado na parte inferior direita como nos mostra a fig. 5, sem estar em contacto com o texto mas, caso não exista espaço adequado, o carimbo deve ser colocado na parte de trás do documento para que a informação textual não seja afectada.

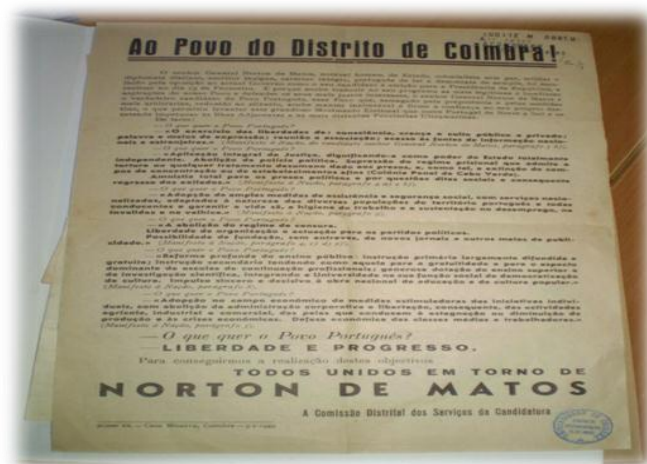


Fig. 5 – Tratamento da documentação do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu
FONTE - Elaboração própria

A nível da localização física, de posse e de guarda podemos dizer que o acervo de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, após o tratamento recebido, se encontra depositado em carácter definitivo no fundo de arquivos do Centro de Documentação 25 de Abril.

A documentação encontra-se em capas para acondicionamento especial, em material livre de ácidos e próprio para a conservação, ordenada internamente de forma cronológica, como é visível na fig. 6.



Fig. 6 – Tratamento documental e seu acondicionamento em pastas *acid free*.
FONTE - Elaboração própria

De referir que nas capas confeccionadas em papel *acid free* que integram os diversos tipos de documentos também é colocada uma numeração no canto superior direito, que dá conta de toda a documentação que contém a série (ex: 1 a 4).

As tipologias encontradas em todas as secções, no decorrer do tratamento, foram essencialmente Comunicados e Panfletos, Correspondência, Actas, Recortes de Imprensa, Monografias, Publicações Periódicas, Postais, Textos Diversos, Iconografia, Processos, Relatórios e Documentação Diversa como podemos visualizar na fig. 7.



Fig. 7– Tipologias documentais do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu após o tratamento.
FONTE - Elaboração própria.

Mas, é importante referir que nem toda a documentação ficará agregada no mesmo local, como é o caso dos Cartazes, das Publicações Periódicas, das Monografias, dos Autocolantes e dos Postais, pois todos estes têm locais particulares e próprios de acondicionamento, dado apresentarem formatos diferentes que exigem locais específicos de armazenamento.

Quanto às monografias (livros e brochuras) e às publicações periódicas (jornais e revistas), fotografias, autocolantes, documentos áudio e vídeo e recortes de imprensa, decidiu-se tratá-los e arrumá-los, fisicamente, junto dos documentos do mesmo tipo já existentes no Centro.

O estabelecimento de cotas no espólio desta figura pública respeita totalmente o quadro de classificação pré-formulado.

No que respeita à documentação repetida, tomou-se a decisão de colocá-la no chamado fundo de repetidos do CD25A.

Este acondicionamento foi feito para proporcionar a localização física dos documentos e, para tal, estes encontram-se integrados em caixas de tamanho normalizado e pastas confeccionadas em material *acid free*, como nos evidencia a fig. 8.



Fig. 8 – Acondicionamento da documentação do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu em caixas após o seu tratamento.

FONTE - Elaboração própria

A ordenação e a classificação em arquivo são procedimentos intimamente ligados, pois é através da classificação que podemos ordenar toda documentação. Todavia, para proceder a todo este processo é essencial pensar nas necessidades do investigador, porque é ele que consulta os documentos, e também nos funcionários que têm acesso aos mesmos.

No caso do acervo de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, as unidades de instalação foram devidamente identificadas com a entidade produtora, o fundo, a secção e a série.

As prateleiras foram devidamente limpas para a acomodação, a conservação e preservação do acervo.

Finalmente, o acervo foi acomodado nas estantes do depósito, tal como se visualiza na fig. 9.



Fig. 9 – Acomodação da documentação do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, em caixas, após o seu tratamento.

FONTE - Elaboração própria

Para além da sua disposição nas estantes, foram acrescentadas as informações de identificação do fundo, tal como nos ilustra a fig. 10.

ROL DE PEQUENOS ESPÓLIOS	
A. ALVES COSTA	5
A. FERREIRA DA COSTA	1
A. L. PAIS DE FARIA	1
A. S. LOUÇA	3
ALBANO A. C. PEREIRA	5
ANA MARIA CARRIÇO	1
ANTÓNIO ADRIANO FARIA LOPES DOS SANTOS	1
ALRELIO SANTOS	1
AVELINO CRUZ	1
BARROS MOURA	2
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA	1
CARLOS CATARINO ANSELMO	1
COMITÉ DO GRUPO REVOLUCIONÁRIO "MONTANHA"	1
COMITTEE PRO-DEMOCRACY	5
COSTA CORREIA	1
EDGAR RODRIGUES	1
ENES G.	2
ESPECIAL MILITARES	6
F. DA BERNARDA / J. M. FERRAZ OLIVEIRA	1
FERNANDO A. ALMEIDA	1
FERNANDO DA VAZA PINHEIRO	1
FERNANDO M. P. CARDOSO	3
FRANCISCO DA COSTA GOMES	1
GDUPs	1
GUILHERME ARROZ	2
HCSA (Holland Committee...)	1
J. ABEGÃO	11
J. M. M. FONSECA VIEGAS	1
J. MONTEZUMA DE CARVALHO	2
J. OLIVEIRA CARVALHO	1
J. P. BAPTISTA DIAS	1
JORGE REIS	1
JUDITE M. ABREU	3
L. MOITA	1

Fig. 10 – Listas dos espólios existentes no Depósito.

FONTE - Elaboração própria

4.2.2 Elaboração do plano e do quadro de classificação

Após a análise preliminar do espólio privado de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu distinguiram-se três secções importantes e marcantes na vida da doadora, assim como um variado leque de tipos documentais.

Assim, a primeira secção fixada diz respeito à “Actividade Pública” desta figura incontornável da História, em que foram incluídos os documentos correspondentes ao período em que Maria Judite Pinto Mendes de Abreu foi Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra.

Na secção “Actividade Privada” encontram-se diversas subsecções, com data fixadas entre os anos de 1929 a 1996, tendo-se nesta fase destacado como: “Apoiante da Candidatura de Norton de Matos à Presidência da República; Militante do M.U.D.; Professora do Ensino Particular; Militante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; Militante da Oposição Política após as eleições Norton de Matos; Militante da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos; Militante da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas; Membro da Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado e Membro da Comissão de Honra da Candidatura de Mário Soares à Presidência da República”.

A última secção fixada diz respeito à “Documentação Complementar ” acumulada por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, guardando interesse não apenas por temas muito particulares, como o caso do cinema, mas também por outras actividades que exerceu.

Deste modo, foi elaborado um quadro de classificação em que procurámos reflectir um esquema coerente de organização intelectual do fundo.

O quadro que obtivemos tem, pois, uma estruturação própria com secções e subsecções já fixadas, para além de permitir no futuro, a introdução de novas divisões e subdivisões, se forem necessárias. Este quadro, que pode ser visualizado na fig. 11, reflecte o trabalho realizado para a organização desse fundo.

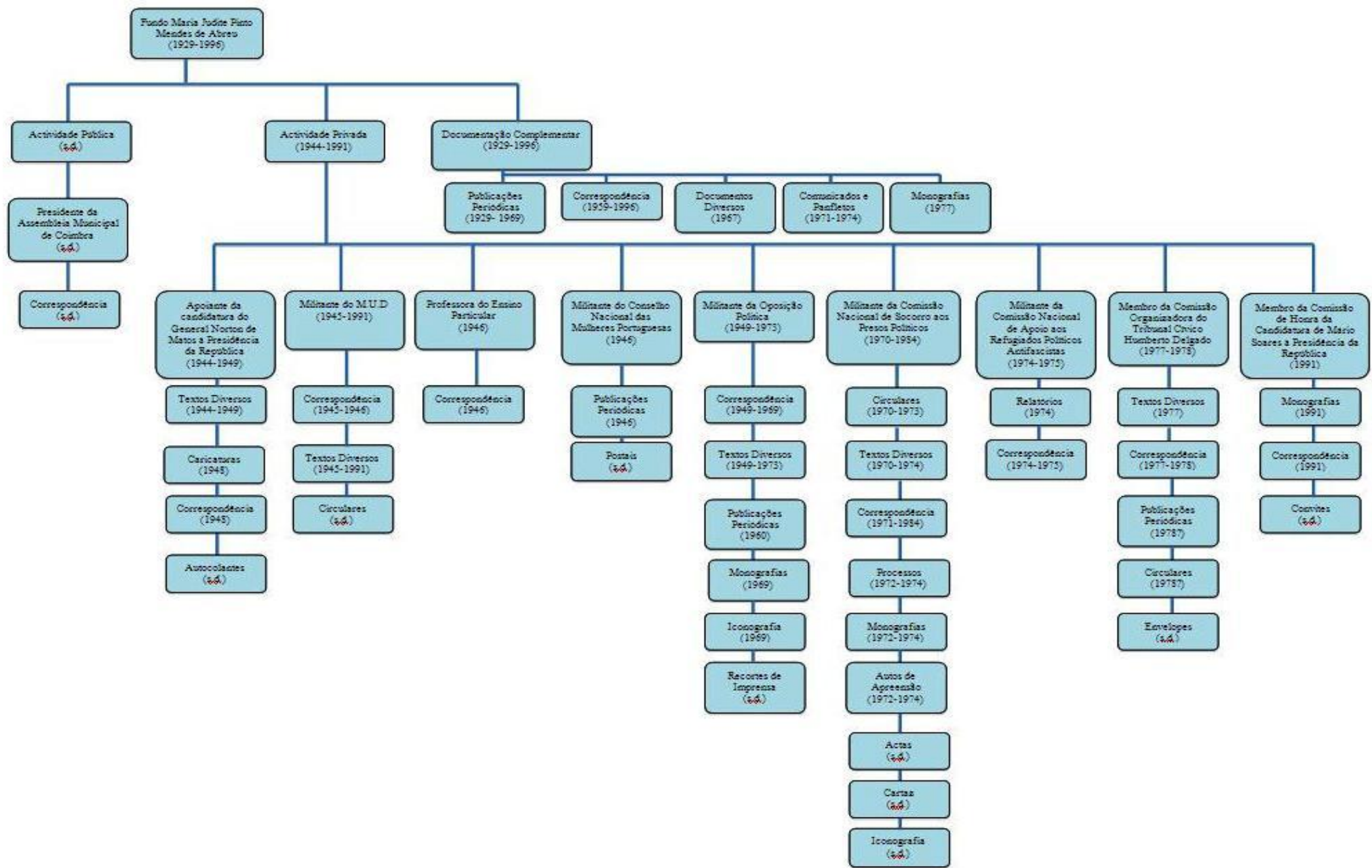


Fig. 11 - Representação visual do quadro de classificação do fundo Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.
 FONTE: Elaboração própria, com base em prospecção documental.

Em algumas séries do quadro representado pela fig. 11 é visível a existência de designações que podem, à partida, oferecer dúvida ao investigador, tais como: “Textos diversos” e “Documentação diversa”. No entanto, para o CD25A estas séries apresentam pequenos conjuntos compostos por dois ou três documentos, não fazendo sentido, pois, tratá-los de outra forma.

De referir que após a elaboração do quadro de classificação, tivemos o cuidado de testar a sua fiabilidade, conferindo se abrangia ou não toda a documentação, se havia falhas, redundâncias ou sobreposição de classes. Depois de feitos os ajustes necessários, o quadro passou então a ser utilizado para o fim proposto.

Do quadro de classificação gerámos um esquema geral do fundo, contendo todos os elementos pertinentes à sua correcta identificação, conforme veremos no quadro 1.

QUADRO 1- QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DO FUNDO “MARIA JUDITE PINTO MENDES DE ABREU”, PERTENCENTE AO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

	QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO	
ED (Entidade Detentora)	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL	
GA (Grupo de Arq.)	ARQUIVOS PRIVADOS	
SGA (Subgrupo de Arq.)	ARQUIVOS PESSOAIS	
F (Fundo)	MARIA JUDITE PINTO MENDES DE ABREU	
SC (Secção)	ACTIVIDADE PÚBLICA	(S.d.)
SSC (Subsecção)	PRESIDENTE DA ASS. MUNIC. COIMBRA	(S.d.)
SR (Série)	CORRESPONDÊNCIA	(S.d.)
SC (Secção)	ACTIVIDADE PRIVADA	(1944-1991)
SSC (Subsecção)	APOIANTE DA CAND. GEN. NORTON DE MATOS À PRESIDÊNCIA REPÚBLICA	(1944-1949)
SR (Série)	TEXTOS DIVERSOS	(1944-1949)

<i>SR (Série)</i>	CARICATURAS	(1948)
<i>SR (Série)</i>	CORRESPONDÊNCIA	(1948)
<i>SR (Série)</i>	AUTOCOLANTES	(s.d.)
SSC (Subsecção)	MILITANTE DO M.U.D	(1945 - 1991)
<i>SR (Série)</i>	CORRESPONDÊNCIA	(1945 - 1946)
<i>SR (Série)</i>	TEXTOS DIVERSOS	(1945 - 1991)
<i>SR (Série)</i>	CIRCULARES	(s.d.)
SSC (Subsecção)	PROFESSORA DO ENSINO PART.(Ext. D. João de Castro)	(1946)
<i>SR (Série)</i>	CORRESPONDÊNCIA	(1946)
SSC (Subsecção)	MILITANTE CONS. NAC. MULHERES PORTUG.	(1946)
<i>SR (Série)</i>	PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	(1946)
<i>SR (Série)</i>	POSTAIS	(s.d.)
SSC (Subsecção)	MILITANTE OPOS. POLIT.(Após eleiç. Norton Matos)	(1949 - 1973)
<i>SR (Série)</i>	CORRESPONDÊNCIA	(1949 - 1969)
<i>SR (Série)</i>	TEXTOS DIVERSOS	(1949 - 1973)
<i>SR (Série)</i>	PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	(1960)
<i>SR (Série)</i>	MONOGRAFIAS	(1969)
<i>SR (Série)</i>	ICONOGRAFIA	(1969)
<i>SR (Série)</i>	RECORTES DE IMPRENSA	(s.d.)
SSC (Subsecção)	MILITANTE DA CNSPP	(1970 - 1984)
<i>SR (Série)</i>	CIRCULARES	(1970 - 1973)
<i>SR (Série)</i>	TEXTOS DIVERSOS	(1970 - 1974)
<i>SR (Série)</i>	CORRESPONDÊNCIA	(1971 - 1984)
<i>SR (Série)</i>	PROCESSOS	(1972 - 1974)
<i>SR (Série)</i>	MONOGRAFIAS	(1972 - 1974)
<i>SR (Série)</i>	AUTOS DE APREENSÃO	(1973)
<i>SR (Série)</i>	ACTAS	(s.d.)
<i>SR (Série)</i>	CARTAZ	(s.d.)
<i>SR (Série)</i>	ICONOGRAFIA	(s.d.)
SSC (Subsecção)	MILITANTE DA CNARPA	(1974-1975)
<i>SR (Série)</i>	RELATÓRIOS	(1974)
<i>SR (Série)</i>	CORRESPONDÊNCIA	(1974-1975)
SSC (Subsecção)	MEMBRO DA COMIS. ORGAN. TRIBUNAL CÍVICO HUMBERTO	(1977-1978)

	DELGADO	
<i>SR (Série)</i>	TEXTOS DIVERSOS	(1977)
<i>SR (Série)</i>	PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	(1978?)
<i>SR (Série)</i>	CIRCULARES	(1978)
<i>SR (Série)</i>	ENVELOPES	(s.d.)
SSC (Subsecção)	MEMBRO DA COMIS. DE HONRA DA CANDIDATURA DE MÁRIO SOARES À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	(1991)
<i>SR (Série)</i>	MONOGRAFIAS	(1991)
<i>SR (Série)</i>	CORRESPONDÊNCIA	(1991)
<i>SR (Série)</i>	CONVITES	(s.d.)
SC (Secção)	DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR	(1929-1996)
<i>SR (Série)</i>	PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	(1929-1969)
<i>SR (Série)</i>	CORRESPONDÊNCIA	(1959-1996)
<i>SR (Série)</i>	DOCUMENTOS DIVERSOS	(1967)
<i>SR (Série)</i>	COMUNICADOS E PANFLETOS	(1971-1974)
<i>SR (Série)</i>	MONOGRAFIAS	(1977)

Fonte: Elaboração própria

4.2.3 Elaboração do inventário do fundo

O inventário é um importante instrumento de pesquisa pois é o resultado da análise e do tratamento do fundo arquivístico e é através desta ferramenta que reflectimos o conjunto de documentos existentes, bem como as séries que o compõem.

Para Michel Duchein (1992) citado por Marques (2009, p. 74) “sans inventaires, les archives sont un coffre au trésor dont on n’ aurait pas la clef”.

Para Heredia Herrera (1988) citada por Marques o inventário

es el instrumento que describe todas las series documentales de cada fondo o sección en un archivo, partiendo de la clasificación de dicho fondo o sección y refiriendo la localización al número de orden de las unidades de instalación en el depósito (2009, p. 75).

O inventário elaborado inicialmente segue os moldes de tratamento manual da documentação, mas no confronto com a realidade informática teve de ser repensado e reconvertido em vários aspectos.

Primeiramente, o Arquivista tem de pensar no tipo de inventário que pretende, se um inventário de séries ou inventário de itens.

Neste caso, adoptamos o inventário com um nível de descrição até ao item pois achámos que este tipo de ferramenta poderá ser para os investigadores uma mais-valia porque assim têm acesso a todo o tipo de informação.

A elaboração do inventário analítico nos moldes informados teve como vantagem proporcionar um stock maior de informação relevante aos investigadores potencialmente interessados no acervo.

Por intermédio do quadro de classificação, demos a conhecer as séries e as subséries identificadas na prospecção do acervo e todos estes elementos estiveram de acordo com o percurso de vida de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

As secções, subsecções e séries que o compõem foram estabelecidas tendo em atenção o princípio do respeito pela estrutura (segundo o qual os documentos devem ser organizados se acordo com a estrutura de funções e actividades do indivíduo ou organização que os criou) e o respeito pela ordem original (segundo o qual um fundo deve receber uma organização correspondente àquela que lhe foi dada pelo detentor, a fim de se preservarem as relações entre documentos).

O inventário assim realizado teve como objecto a organização total do fundo, devendo ser encarado como um exemplo de uma proposta de tratamento técnico e arquivístico levado a cabo no âmbito teórico-prático.

Concluído todo este trabalho fizemos uma revisão e correcção dos dados que constituem o inventário para que não passasse nenhuma informação errada para o investigador.

4.2.4 Descrição normalizada do fundo

Por se tratar de um fundo de pequena dimensão, conseguimos elaborar, durante dois meses (Outubro e Novembro de 2010), a descrição arquivística da documentação com base na Norma ISAD (G) preenchendo os campos obrigatórios, onde toda a informação deve estar

disposta desde secções, subsecções, séries e itens para que o investigador tenha ao seu dispor todo o tipo de informação de que dispõe o CD25A, no que respeita a este fundo.

Esta etapa (de descrição dos itens), resume-se meramente à descrição documento.

Este critério de descrição normalmente não é o mais utilizado pelo CD25A, devido à grande extensão dos acervos de que costuma tratar, sendo, por isso, que a descrição em muitos dos casos não ultrapassa ao nível das séries fixadas.

Mas, como o acervo em questão não tem uma grande extensão, conforme já foi dito previamente, a descrição até ao nível do item foi considerada uma mais-valia interessante para nós e para os outros, porque estaríamos a tratar a documentação de forma analítica e com um elevado nível de pormenorização.

Neste sentido recebemos sempre a orientação do Centro de Documentação 25 de Abril para que o inventário reflectisse o fundo que, finalmente, temos condições de representar, integralmente no quadro 2.

QUADRO 2- DESCRIÇÃO NORMALIZADA DO FUNDO “MARIA JUDITE PINTO MENDES DE ABREU”

<p><i>Maria Judite Pinto Mendes de Abreu</i> Nível fundo Descrição Técnico-arquivística segundo a norma ISAD(G)</p> <p><i>3.1. Zona de Identificação</i></p> <p>3.1.1 Código de referência PT/UC/CD25A/MJPMA</p> <p>3.1.2 Título Arquivo de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu</p> <p>3.1.3 Datas 1929-1996</p> <p>3.1.4 Nível de descrição Fundo/Item</p> <p>3.1.5 Dimensão e suporte É preenchido por 7 unidades de instalação (7 caixas com as dimensões de 36 cm de altura, 27 cm de largura e 10 cm de lombada).</p> <p><i>3.2. Zona do Contexto</i></p>

3.2.1 Nome do(s) produtor(es)

Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

3.2.2 História Biográfica

Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, filha de Maurício Augusto Águas e de Guilhermina Andrade Pinto, nasceu na Figueira da Foz a 16 de Fevereiro de 1916, e licenciou-se pela Universidade de Coimbra em Direito e Letras (Germânicas).

Foi Professora do Ensino Particular no Externato D. João de Castro, na rua do Tomar em Coimbra, porque a sua tentativa de fazer parte do ensino oficial, na Escola Brotero, foi completamente afastada por motivos políticos.

Tal como seu pai nos tempos antigos de estudante destacou-se como uma opositora ao regime ditatorial de Salazar.

Começou a trabalhar como Professora do Ensino Particular, “no externato João de Castro” em 1952.

Mas foi, essencialmente, a partir da 2ª Guerra Mundial que ela tomou particular relevo na Oposição Democrática: no M.U.D (Movimento de Unidade Democrática; no CNMP (Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas); como apoiante de todas as lutas da Oposição desde a candidatura de Norton de Matos até às “Legislativas” de 1969 e 1973.

Pertenceu, entre 1970 e 1974, à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, marco importante na sua vida contestatária ao regime Salazarista.

Integrou-se também na C.N.A.R.P.A. (Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas,), entre 1974-1975.

Diversas foram as reuniões que promoveu mas a reunião do Plenário da Comissão realizada no Teatro Avenida trouxe-lhe alguns dissabores pois era uma reunião clandestina que foi convocada numa época em que o País estava amordaçado e adormecido.

Apoiou também as lutas dos estudantes ao longo dos anos 60, sobretudo as que originaram as crises académicas de 1962 e 1969.

Um facto também importante na vida de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu diz respeito ao auxílio prestado, numa casa dela, a Militantes dos Movimentos de Libertação das ex-colónias e a democratas portuguesas que estavam a ser procurados pela PIDE/DGS.

Na sua actividade privada também apoiou a Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado, entre 1977-1978, órgão criado para denunciar e julgar os crimes vivenciados na época da ditadura e para prender os informadores da PIDE

Após o 25 de Abril a sua actividade continuou pois, de Outubro de 1974 a Dezembro de 1976, foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Foi também a primeira mulher, a ser Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

Cumpriu o seu mandato como independente, numa lista do Partido Socialista, de 1976 até Dezembro de 1979. Nesta altura foram desenvolvidas obras com grande importância para a Cidade.

De 1980 a 1982 foi Vereadora da mesma Câmara tendo desenvolvido relações de amizade e cooperação de Coimbra com cidades de outros países (Espanha, França e R.D.A).

Presidiu à Assembleia Municipal de Coimbra de 1983 a 1986.

Em 1982, a Câmara Municipal da Figueira da Foz distinguiu-a com a Medalha da Cidade e com o correspondente título de “Cidadã Honorária”.

Em 1983 o Presidente da República agraciou-a com a “Ordem da Liberdade”.
Em 1991 participa activamente enquanto Membro da Comissão de Honra da candidatura de Mário Soares à Presidência da República.
Falece a 10 de Maio de 2007.

3.2.3 História custodial e arquivística

O espólio em apreço será denominado Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

É constituído por documentação produzida e recolhida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu no âmbito da sua actividade cívica e política.

A título de informação registe-se que há notícia de que outra documentação pertencente também ao espólio de Maria Judite Mendes de Abreu e seu pai, Maurício Augusto Águas Pinto, terá sido oferecida ao Arquivo privado de José Pacheco Pereira.

Acondicionada em caixotes, depois de um primeiro trabalho de selecção efectuado pelos doadores e pela Dr^a. Natércia Coimbra, Bibliotecária do Centro de Documentação, a documentação chegou com algumas indicações que remetiam para uma ténue organização original.

O estado de conservação dos documentos considera-se bom (sem humidade, sem contaminação de parasitas, nem rasgados. Devido à idade, alguns documentos apresentavam-se oxidados junto aos agrafos).

No respeito pelos critérios de arrumação originais procedeu-se à substituição completa das ferragens nos “dossiers”, como medida de precaução contra o risco de oxidação.

A documentação entregue abarca as décadas de 40 a 90 do século XX.

Nas suas partes mais representativas, o espólio reflecte as actividades de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto opositora política ao regime de Salazar e Marcello Caetano, Militante do Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas, Apoiante da Candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, Militante do M.U.D., Militante da Oposição Política após as eleições de Norton de Matos, Militante da CNSPP (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos), Militante da CNARPA (Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas), Membro da Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado e Membro da Comissão de Honra da Candidatura de Mário Soares à Presidência da República.

3.2.4 Fonte imediata de aquisição ou transferência

A documentação foi oferecida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu e por seu filho Pedro Mendes de Abreu e deu entrada no Centro de Documentação 25 de Abril, por várias remessas, ao longo de 1997 a 2010.

3.3. Zona do Conteúdo e da Estrutura

3.3.1 Âmbito e conteúdo

O Fundo Maria Judite Pinto Mendes de Abreu é constituído por um conjunto significativo da documentação resultante da sua longa, diversificada e intensa actividade.

A documentação do fundo, está organizada em secções, subsecções, séries e itens reflectindo a actividade mais marcante da vida de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. Inclui correspondência, postais, publicações periódicas, selos de candidatura, autos de apreensão, emblemas de lapela/vinhetas, processos, textos diversos, relatórios, comunicados e panfletos e monografias.

3.3.2 Avaliação, selecção e eliminação

O estado de conservação dos documentos, à chegada, considera-se bom (sem humidade, sem contaminação de parasitas, nem rasgados. Devido à idade, alguns documentos apresentavam-se oxidados junto aos agrafos).

Foram seleccionados alguns documentos repetidos que passaram a integrar o fundo de repetidos do CD25A.

3.3.3 Ingresso(s) adicional(ais)

Não se prevêem mais integrações.

3.3.4 Sistema de organização

A organização deste fundo obedece a um plano funcional imposto pelo estudo da actividade da doadora, Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

3.4. Zona das Condições de Acesso e de utilização

3.4.1 Condições de acesso

Fundo de acesso livre.

A comunicabilidade dos documentos está sujeita à legislação que rege o regime geral dos arquivos e do património arquivístico (Decreto-Lei nº. 16/93, de 23 de Janeiro) e documentação mais específica, adaptando-se à sua realidade: Regulamento de acesso aos documentos da Administração (LADA-Lei nº. 65/93, de 26 de Agosto; CADA-Lei 8/95, de 29 de Março).

3.4.2 Condições de reprodução

A reprodução dos documentos faz-se de acordo com as práticas estabelecidas pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

3.4.3 Idioma / Escrita

Português.

3.4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Não existe nenhuma característica física que afecte a utilização da unidade de descrição.

3.4.5 Instrumentos de descrição

ISAD (G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. 2.^a ed. Lisboa: IAN/TT, 2002.

3.5. Zona da documentação associada

3.5.1 Existência e localização de originais

Não se aplica.

3.5.2 Existência e localização de cópias

Não se aplica.

3.5.3 Unidades de descrição relacionadas

Há notícias de que outra documentação pertencente também ao espólio de Maria Judite Mendes de Abreu e seu pai, Maurício Augusto Águas Pinto, terá sido oferecida ao Arquivo Privado de José Pacheco Pereira

3.5.4 Nota de publicação

Não se aplica.

3.6. Zona de notas

3.6.1 Notas

Não se aplica.

3.7. Zona de controlo de descrição

3.7.1 Notas do(s) arquivista(s)

A descrição foi elaborada pelo Arquivista através da norma ISAD (G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística e também utilizei exemplos de inventários de outros espólios para poder fazer uma descrição concisa e correcta.

3.7.2 Regras ou convenções

ISAD (G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

3.7.3 Datas das descrições

A descrição da documentação foi elaborada longo dos meses de Outubro e Novembro de 2010.

• ACTIVIDADE PÚBLICA

Inclui a documentação relativa à actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra

Datas extremas S.d.

• PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Esta secção é constituída por documentação relativa à actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra

Datas extremas (s.d.)

• CORRESPONDÊNCIA

Tipologias: Correspondência

Assunto: *Série constituída por correspondência recebida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra*

Datas extremas: *S.d.*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ P.A.M.C/CORRESP./01

Vasco Lourenço - Carta a destinatário não referido, S.d., 1p., Carta Dactilografada com rubrica manuscrita. (Convite para a participação nas comemorações do X Aniversário do 25 de Abril).

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ P.A.M.C/CORRESP./01-1

Anexo 1- X Aniversário do 25 de Abril. (Programa geral das comemorações do X Aniversário do 25 de Abril)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ P.A.M.C/CORRESP./01-2

Anexo 2- Associação 25 de Abril. S.d.. (Envio de convites a apoiantes da Associação 25 de Abril)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ P.A.M.C/CORRESP./01-3

Anexo 3- Regulamento interno. S.d.. (Regulamento interno/proposta de inscrição do apoiante)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ P.A.M.C/CORRESP./01-4

Anexo 4- Associação 25 de Abril. S.d.. (Constituição da Associação 25 de Abril)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ P.A.M.C/CORRESP./01-5

Anexo 5- Proposta de inscrição de apoiante. S.d.. (Proposta de inscrição do cidadão para apoiante da Associação 25 de Abril)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ P.A.M.C/CORRESP./01-6

Anexo 6- Minuta de ordem para transferência bancária. S.d.. (Autorização de transferência bancária)

• **ACTIVIDADE PRIVADA**

Inclui a documentação relativa à actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Professora do Ensino Particular (externato D. João de Castro), Militante do Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas, Militante do M.U.D., Apoianta da Candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República, Militante da CNSPP, Militante da CNARPA, Militante da Oposição Política (após as eleições de Norton de Matos); Membro da Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado e Membro da Comissão de Honra da Candidatura de Mário Soares à Presidência.

Datas extremas 1944-1991

• **APOIANTE DA CANDIDATURA DO GEN. NORTON DE MATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

É constituída por documentação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto apoiante da candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República

Datas extremas (1944-1949)

• **TEXTOS DIVERSOS**

Tipologias: *Textos Diversos*

Assunto: *Série constituída por textos diversos de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto apoiante da candidatura do General Norton de Matos*

Datas extremas: 1944-1949

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ A.C.G.N.D.M.A.P.R./TEXTOS DIVERSOS/01

“Programa de emergência do Governo Provisório”. 1944/8/?. (Conselho Nacional de Unidade Anti-fascista propõe um programa de emergência do Governo Provisório)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ A.C.G.N.D.M.A.P.R./TEXTOS DIVERSOS/02

“Ao povo do distrito de Coimbra!”. 1949/1/5. (Propaganda a Norton de Matos)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/A.C.G.N.D.M.A.P.R./TEXTOS DIVERSOS/03

“Ao povo do distrito de Santarém”. 1949/01/18. (O passado republicano/programa/o regime actual, a oposição, os comunistas e o comunismo)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/A.C.G.N.D.M.A.P.R./TEXTOS DIVERSOS/04

“Católicos!”. 1949/01/19. (Apoio ao candidato Norton de Matos)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/A.C.G.N.D.M.A.P.R./TEXTOS DIVERSOS/05

“Ao País”. 1949/01/22. (Desagravo em nome da Academia de Coimbra)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/A.C.G.N.D.M.A.P.R./TEXTOS DIVERSOS/06

“O povo do Porto quer eleições livres para votar em Norton de Matos”. S.d.. (Sessão de propaganda a Norton de Matos)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/A.C.G.N.D.M.A.P.R./ TEXTOS DIVERSOS/07

“Saudação às mulheres democratas da Figueira da Foz”. S.d.. (Saudação às mulheres democratas da Figueira da Foz feita pelas comissões eleitorais femininas de Coimbra de apoio à candidatura de Norton de Matos)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/A.C.G.N.D.M.A.P.R./TEXTOS DIVERSOS/08

“Convite para a sessão no Teatro Avenida”. S.d.. (Convite para uma sessão de propaganda no Teatro Avenida)

• CARICATURAS

Tipologias: Caricaturas

Assunto: Série constituída por caricaturas da oposição onde Maria Judite Pinto Mendes de Abreu também participou enquanto apoiante da candidatura do General Norton de Matos

Datas extremas: 1948

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/A.C.G.N.D.M.A.P.R./ CARICATURAS/01

“Trata-se evidentemente de um candidato de oposição ao regime actual. Mas de um candidato que exprime uma forte corrente, provadamente indomada e indomável” (“Palavras do Senhor General Norton de Matos, candidatura à Presidência da República, no seu Manifesto à Nação de Julho de 1948”). 1948/07/?. (Caricatura do General Norton de Matos)

• CORRESPONDÊNCIA

Tipologias: Correspondência

Assunto: Série constituída por correspondência recebida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da candidatura do General Norton de Matos

Datas extremas: 1948

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ A.C.G.N.D.M.A.P.R./CORRESP./01

Comissão Central, Candidatura à Presidência da República do Candidato General Norton de Matos - Carta a Destinatário não referido, Lisboa, Portugal, 18/12/1948, 1p., Carta dactilografada com rúbrica manuscrita. (Pedido de contribuição monetária para a propaganda da candidatura de Norton de Matos à Presidência)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ A.C.G.N.D.M.A.P.R./CORRESP./02

Norton de Matos - Carta a Presidente da República, Lisboa, Portugal, 22/12/1948, 2p., Carta dactilografada. (Denúncia das diversas atrocidades aos cidadãos / presos políticos / violência / torturas físicas e morais / professores demitidos dos seus lugares)

• AUTOCOLANTES

Tipologias: Autocolantes

Assunto: Série constituída por autocolantes recebidos por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da candidatura do General Norton de Matos

Datas extremas: S.d.

Critério de ordenação: Alfabético

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/A.C.G.N.D.M.A.P.R./ AUTOCOLANTES/01
“Com eleições livres, vota em Norton de Matos”. S.d.. (Propaganda a Norton de Matos)

• **MILITANTE DO M.U.D.**

É constituída por documentação relativa a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante do M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática).

Datas extremas (1945-1991)

• **CORRESPONDÊNCIA**

Tipologias: Correspondência

Assunto: Série constituída por correspondência recebida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante do M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática).

Datas extremas: 1945-1946

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.U.D./CORRESP./01

Comissão Distrital de Braga do MUD - Carta a Clyde Gomes Alflalo, Porto, Portugal, 30/10/1945, 2p., Carta Dactilografada. (A revolta de uma mulher sem liberdade, torturada e injustiçada)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.U.D./CORRESP./02

Comissão Central do MUD - Carta ao Presidente da República, Lisboa, Portugal, 9/09/1946, 1p., Carta dactilografada. (Portugal fora das Nações Unidas e acusação da Comissão Central do M.U.D responsabilizando o governo anti-democrático de Salazar)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.U.D./CORRESP./03

Comissão Central do MUD - Carta a Senhor Presidente da República, Portugal, S.d., 3p., (Revolta da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática face à nula liberdade / direitos e garantias existentes no País)

• **TEXTOS DIVERSOS**

Tipologias: Textos Diversos

Assunto: Série constituída por textos diversos de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante do M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática)

Datas extremas: 1945-1991

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.U.D./TEXTOS DIVERSOS/ 01

“A juventude e o actual momento político português”. 1945. (Reunião da juventude de Coimbra/luta por uma sociedade livre/igualdade de oportunidades/sistema de educação aberto/livre desenvolvimento da personalidade / soluções dos problemas nacionais / proclamação dos estudantes democratas ao povo português)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.U.D./TEXTOS DIVERSOS/ 02

“Para esclarecimento e defesa das Comissões do M.U.D/ Recenseamento eleitoral – a lei e a sua execução/ Resumo do trabalho distribuído em Outubro de 1946 pela Comissão Central”. 1947/02/?. (Recenseamento eleitoral – a lei e a sua execução)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.U.D./TEXTOS DIVERSOS/ 03

“O que é e o que pretende o M.U.D./ resumo de algumas resoluções de Assembleias de Delegados”. 1947/9/?. (Constituição do M.U.D./objectivos/ elementos orgânicos do M.U.D.)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.U.D./TEXTOS DIVERSOS/ 04

“O M.U.D. e a comemoração do 31 de Janeiro de 46”. 1991/02/24. (A relação de forças entre o Estado Novo e o M.U.D./uma comemoração legal e ordeira do 31 de Janeiro de 1946)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.U.D./TEXTOS DIVERSOS/ 05

“Revolta do MUDJ”. S.d. (A revolta do M.U.D. Juvenil face à onda de prisões)

• **CIRCULARES**

Tipologias: Circulares

Assunto: Série constituída por Circulares relativas à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante do M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática).

Datas extremas: S.d.

Critério de ordenação: Alfabético

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.U.D./CIRCULARES/01

“Às mulheres portuguesas”. S.d.. (Luta das mulheres pelos seus direitos)

• **PROFESSORA DO ENSINO PARTICULAR**

É constituída por documentação relativa à actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Professora do Ensino Particular (Externato D. João de Castro).

Datas extremas (1946)

• **CORRESPONDÊNCIA**

Tipologias: Correspondência

Assunto: Série constituída por correspondência recebida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Professora do Ensino Particular (Externato D. João de Castro).

Datas extremas: 1946

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ P.E.P./CORRESP./01

Inspector Geral do Ministério da Educação Nacional - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Lisboa, Portugal, 28/09/1946, 1p., Carta dactilografada com rubrica manuscrita (Pedido a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu o envio de uma declaração para efeitos de instrução do respectivo processo.)

• **MILITANTE DO CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES PORTUGUESAS**

É constituída por documentação relativa à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

Datas extremas (1946)

• **PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**

Tipologias: Publicações Periódicas

Assunto: Série constituída por publicações periódicas relativas à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

Datas extremas: 1946

Critério de ordenação: Alfabético

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.M.P./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/01

- Boletim da biblioteca do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. 1946. nº 1

(Funcionamento da biblioteca/ a vida inteira [Katrina] / algumas novidades literárias/ noticiário/ Luiza do “primo Bazilio”/alguns livros do nosso catálogo.)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.M.P./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/02

- Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. 1946, n.º15

(Constituição do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas).

• **POSTAIS**

Tipologias: *Postais*

Assunto: *Postais relativos à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*

Datas extremas: *S.d.*

Critério de ordenação: *Alfabético*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.M.P./POSTAIS/01

“Queremos um futuro melhor para todas as crianças”. S.d.. (Luta por um novo futuro)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.M.P./POSTAIS/02

“Queremos pão/ liberdade e cultura”. S.d.. (Luta pela liberdade)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.M.P./POSTAIS/03

“Mulher: lutando pela democracia/ lutas pelo futuro dos teus filhos”. S.d. (Luta pela democracia e pelo futuro)

• **MILITANTE DA OPOSIÇÃO POLÍTICA (Após as eleições de Norton de Matos)**

É constituída por documentação relativa à participação de Maria Judite Pinto Mendes enquanto militante da oposição política após as eleições de Norton de Matos.

Datas extremas (1949-1973)

• **CORRESPONDÊNCIA**

Tipologias: *Correspondência*

Assunto: *Série constituída por correspondência recolhida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da oposição política após as eleições de Norton de Matos*

Datas extremas: *1949-1969*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 01

Ruy Luis Gomes - Carta a Ex^o Sr. Governador Civil do Porto, Porto, Portugal, 11/10/1949, 2p., Carta Dactilografada. (Requerimento em que se pede uma autorização para realizar uma sessão pública da oposição democrática)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 02

Movimento Nacional Democrático - Carta a Senhor Presidente do Conselho, Lisboa, Portugal, 19/6/1950, 1p., Carta dactilografada. (Onda de presos em Portugal/tratamento desumano da PIDE/ arbitrariedade)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 03

Movimento Nacional Democrático - Carta a Senhor Presidente do Conselho, Lisboa, Portugal, 20/06/1950, 1p., Carta Dactilografada. (Denúncia ao Presidente do Conselho da onda de prisões dos cidadãos membros da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 04

Movimento Nacional Democrático - Carta a Senhor Governador Civil do Distrito de Lisboa, Lisboa, Portugal, 28/6/1950, 1p., Carta dactilografada. (Tentativa de impedimento por parte da PIDE da realização de uma secção dedicada aos companheiros da Comissão Central, presos pela PIDE)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 05

Um grupo de jovens operários - Carta a Carta aberta à Academia de Coimbra, 17/11/1956, 1p., Carta dactilografada. (Criticas aos estudantes de Coimbra pela falta de auxílio ao povo húngaro)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 06

Francisco Pereira de Moura - Carta a Destinatário não referido, Lisboa, Portugal, 15/07/1965, 5p., Carta dactilografada. (Eleição do Chefe de Estado / luta por uma eleição verdadeira / autêntica)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 07

Carta de um grupo de cidadãos cujo o primeiro é Helder Ribeiro - Carta a Senhor Presidente da República, 24/05/1966, 7p., Carta dactilografada. (Pedido de uma ampla amnistia política, criminal e disciplinar com vista ao apaziguamento e união dos portugueses)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 08

- Carta de um grupo de cidadãos cujo o primeiro é Helder Ribeiro - Carta a Senhor Presidente da República, Lisboa, Portugal, 8/11/1966, 12p., Carta dactilografada. (Crítica ao Estado Novo por ocasião da comemoração dos quarenta anos da sua instituição e lista de exigências para democratizar o País)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./ 09
- Carta de um conjunto de cidadãos cujo primeiro nome é Albano Ferreira - Carta a Senhor Presidente do Conselho de Ministros, Braga, Portugal, 9706/1969, 2p., Carta impressa. (Preocupação dos Democratas do distrito de Braga face à crise na Universidade de Coimbra)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./10
- Carta de um conjunto de cidadãos cujo primeiro nome é Álvaro Monteiro - Carta a Prezado Correligionário, Viseu, Portugal, 25/06/1969, 1p., Carta impressa. (Convite para a participação numa reunião para se analisar o panorama político)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./11
- António Arnaut - Carta a Povo de Conselho de Penela, Penela, Portugal, 5/10/1969, 2P., Carta Impressa. (António Duarte Arnaut dá a conhecer que vai participar na campanha eleitoral da Oposição Democrática)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./12
- António Arnaut - Carta a Ao povo do distrito de [Coimbra], Coimbra, Portugal, ?/10/1969, 3p., Carta dactilografada. (António Duarte Arnaut dá a conhecer que vai participar na campanha eleitoral da Oposição Democrática)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./13
- Comissão promotora do voto - Carta a Senhor Presidente do Conselho de Ministros, S.d., 4p., Carta impressa. (Constituição da Comissão Promotora do Voto/reclamações e sugestões respeitantes aos actos do recenseamento)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./14
- Comissão Promotora do Voto - Carta a Exm.º Senhor Presidente do Conselho de Ministros, S.d., 4p., Carta Impressa. (Sugestões e reclamações da Comissão Promotora do Voto para a época das eleições)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./CORRESP./15
- Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Leiria, Portugal, S.d., 1p., Postal impresso. (Votos por um País democrático)

• *TEXTOS DIVERSOS*

Tipologias: *Textos Diversos*

Assunto: *Série constituída por textos diversos relativos à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da oposição política após as eleições de Norton de Matos*

Datas extremas: *1949-1973*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/01
 “Movimento Nacional Democrático para além da eleição dos deputados”. 1949/11/24. (Movimento Nacional Democrático e as suas resoluções)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/02
 “Democratas!”. 1949/12/19. (Luta contra a onda de prisões efectuadas pela PIDE e contra a tirania)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/03
 “Movimento Nacional Democrático”. 1949/12/19. (Luta contra a onda de prisões efectuadas pela PIDE)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/04
 “Mulheres Portuguesas”. 1949/12/29. (Denúncia perante o povo das ondas de prisões efectuadas pela PIDE)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/05
 “Movimento Nacional Democrático/ Movimento Nacional Democrático perante as eleições Presidenciais”. 1951/04/22. (A posição do Movimento Nacional Democrático perante as eleições)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/06
 “ Eleições para deputados/ aonde nos leva a União Nacional?/ quadros estatísticos extraídos da revista Análise Social publicação do Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa”. 1969/?/??. (Quadros estatísticos sobre população/aspectos sanitários/ situação alimentar/alguns indicadores do nível de vida/habitação e segurança social/ educação e cultura/alguns indicadores do grau de desenvolvimento em diversos países)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/07

- “Minuta de requerimento”. 1969/?/?. (Requerimento para a qualidade de eleitor)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/08
- “Eleições para deputados - 1969”. 1969/3/5. (Regras de recenseamento eleitoral)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/09
- “Jovens democratas do Distrito de Aveiro”. 1969/3/?. (Participação dos jovens do distrito de Aveiro na campanha de recenseamento)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/10
- “Ao povo do distrito de Braga”. 1969/04/13. (Luta de homens e mulheres do distrito de Aveiro para a participação nas eleições)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/11
- “Informação da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito do Porto”. 1969/06/?. (Luta para a participação nas eleições)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/12
- “Plataforma de acção comum da oposição democrática”. 1969/06/15. (Plataforma de acção comum da oposição democrática no plano político/económico/cultural/ saúde/administrativo/ultramarino e internacional)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/13
- “Ao Povo do distrito de Coimbra”. 1969/07/?. Eleições na Assembleia Nacional/apelo aos cidadãos para o voto
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/14
- “Plataforma de acção comum do Movimento Democrático Eleitoral”. 1969/07/16. (Eleições na Assembleia Nacional/apelo aos cidadãos para o voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/15
- “Ao povo de Coimbra” . 1969/07/16. (Participação nas eleições /reivindicações)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/16
- “Informação n.º 1”. 1969/07/30. (Denúncia por parte da oposição do boicote que a polícia fazia às suas reuniões)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/17
- “Saudação/ Ao ilustre Democrata Padre Francisco de Almeida”. 1969/08/?. (Homenagem ao Padre Francisco de Almeida)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/18
- “Declaração do Movimento Democrático Eleitoral sobre a Crise Universitária e Luta Estudantil”. 1969/08/3. (Crise/problemas de democratização e de reforma da Universidade e de todo o Ensino/luta estudantil)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/19
- “ Ao Povo do distrito de Coimbra”. 1969/09/?. (Concorrência às eleições da Oposição Democrática de Coimbra/problemas do distrito e do país)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/20
- “Os candidatos da lista D de Braga e a política das relações entre a Igreja Católica e o Estado”. 1969/10/1. (A oposição da igreja face ao regime/os candidatos da lista D de Braga e o momento político)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/21
- “Unido e organizado, o povo vencerá! Abaixo a repressão!”. 1969/10/6. (A actuação das forças policiais face à Comissão Democrática Eleitoral de Coimbra)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/22
- “Ao eleitorado do Distrito de Vila Real”. 1969/10/10. (A luta dos candidatos a deputados pelo círculo de Vila Real para um Portugal melhor)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/23
- “Comissão Democrática Eleitoral de Coimbra”. 1969/10/15. (A reunião da Comissão Democrática Eleitoral de Coimbra/consciencialização dos povos para os problemas/consciencialização para a urgência de uma democracia)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/24
- “ Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa assalto à sede da C.D.E” 1969/10/16. (Ataque de indivíduos à sede da C.D.E. de Lisboa)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/25
- “Informação à imprensa”. 1969/10/17. (Indignação contra as medidas de boicote à campanha eleitoral por parte da C.D.E.)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/26
- “Breve discurso à gente da minha aldeia”. 1969/10/17. (Discurso de Carlos Silva acerca dos problemas que hoje se encontram na aldeia/agricultura/casas velhas)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/27

- “Informação à imprensa”. 1969/10/19. (As diversas sessões eleitorais realizadas pela C.D.E de Coimbra que alertam para os problemas do país)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/28
- “A crise universitária de Coimbra”. 1969/10/22. (Problemas universitários que Coimbra enfrenta)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/29
- “Eleições para os deputados à Assembleia Nacional”. 1969/10/26. (Candidatos do círculo eleitoral de Coimbra)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/30
- “Eleições para os deputados à Assembleia Nacional”. 1969/10/26. (Candidatos do círculo eleitoral de Braga)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/31
- “A falsa eleição do chefe de Estado”. 1969/10/26. (Eleição de um chefe de estado à moda de Salazar)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/32
- “Para um recenseamento eleitoral democrático”. Coimbra. 1973/02/?. (Formação da Comissão Democrática pró-recenseamento do distrito de Coimbra)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/33
- “Aos democratas do distrito de Lisboa”. 1973/02/?. (Realização de um Congresso aberto aos antifascistas e democratas para a discussão dos diversos problemas do País)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/34
- “Pela conquista das liberdades democráticas contra a repressão” 1973/10/?. (O direito à greve e as liberdades sindicais pela liberdade de reunião e associação/luta pela imposição de existência legal da oposição democrática/ contra a farsa eleitoral)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/35
- “Movimento Nacional Democrático”. S.d.. (Repressão face ao Movimento Nacional Democrático / Ida de um cidadão de relevo nos meios democráticos, Guilherme da Costa Carvalho, para a colónia penal do Tarrafal)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/36
- “Prof. Ruy Luís Gomes”. S.d. (contém uma fotografia do Doutor Ruy Luís Gomes, Presidente da Comissão Central do M.N.D). (Luta de Ruy Luís Gomes pela elevação cultural da gente da nossa Pátria)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/37
- “A C.D.E de Coimbra e o problema colonial”. S.d.. (O problema colonial/ os cidadãos mortos/os desaparecidos/a angústia de uma pátria destruída pelo governo)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/38
- “Apoio aos estudantes em luta”. S.d.. (Crise universitária/revolta dos estudantes face à proibição de uma reunião/anseio por liberdade)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/39
- “Instruções para o recenseamento eleitoral/ eleição para deputados”. S.d.. (Recenseamento eleitoral/ quando se verifica se está ou não recenseado/quando se reclama do recenseamento)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/40
- “Plataforma de acção comum do Movimento Democrático Eleitoral”. S.d.. (Participação activa dos deputados à Assembleia Nacional, os democratas e as suas reivindicações no plano político, económico, da cultura, saúde, administrativo, ultramarino e internacional)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/41
- “Aos trabalhadores da administração pública”. S.d.. (Comício de esclarecimento no Teatro de S. Luís/incentivo à participação)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/42
- “Apelo ao voto”. S.d.. (Apelo ao voto na A.N.P. e em Marcello Caetano)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/43
- “Ao povo do distrito de Coimbra”. S.d.. (Oposição Democrática de Coimbra e a sua participação nas eleições/tentativa de resolver os problemas da Nação)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/44
- “À população de Coimbra”. S.d.. (Incentivo à luta dos jovens estudantes de Coimbra face à opressão/violência por parte da polícia PIDE)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/45
- “Ao povo do distrito de Coimbra”. S.d.. (Informação sobre o procedimento dos votos/ida às urnas)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/46
- “Agricultores”. S.d.. (Incentivo aos agricultores para a ida às urnas)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/47

“Porquê um Movimento Eleitoral de Mulheres?”. S.d.. (As diversas desigualdades entre a mulher e o homem em sociedade/a mulher com direitos diferentes/os salários mais inferiores/nível de instrução inferior)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/48

“Movimento Democrático Eleitoral de Mulheres do Distrito de Lisboa”. S.d.. (Razões/motivos para a criação do Movimento Democrático Eleitoral de Mulheres)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./TEXTOS DIVERSOS/49

“C.D.E. de Coimbra”. S.d.. (Reclamação da Comissão Democrática face às violações de direitos, amputação dos documentos básicos de candidatura sem justificação)

• PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Tipologias: Publicações Periódicas

Assunto: Série constituída por Publicações periódicas relativas à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Militante da Oposição Política após as Eleições de Norton de Matos

Datas extremas: 1960

Critério de ordenação: Alfabético

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/01

- Boletim da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático Feminino. 1960. nº 3

• MONOGRAFIAS

Tipologias: Monografias

Assunto: Série constituída por Monografias relativas à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Militante da Oposição Política após as Eleições de Norton de Matos

Datas extremas: 1969

Critério de ordenação: Alfabético

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./MONOGRAFIAS/01

- SACRAMENTO, Mário - *31 de Janeiro 1891-1969* / Mário Sacramento. - Aveiro: [s.n.], 1969. - 15 p. (Revolta do 31 de Janeiro de 1891)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./MONOGRAFIAS/02

- CABRAL, Amílcar - *Textos políticos* / Amílcar Cabral. - [S.l.] : PAIGC, [s.d.]. - 32 p. (Amílcar Cabral, vida e obra)

• ICONOGRAFIA

Tipologias: Iconografia

Assunto: Série constituída por Iconografia relativa à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Militante da Oposição Política após as Eleições de Norton de Matos

Datas extremas: 1969

Critério de ordenação: Alfabético

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/01

- Caricatura. “Direitos do cidadão/ o voto”. 1969 (Apelo ao voto)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/02

- Panfleto. “Mulher do distrito de Aveiro, vota na Oposição Democrática”. 1969/9/? (Apelo ao voto)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/03

- Autocolantes. “Jovem vota pela liberdade e pela democracia”. S.d. (Apelo ao voto democrático)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/04

- Postal. “Paz, liberdade e democracia”. S.d.. (Apelo à paz, à liberdade e à democracia)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/05

- Panfleto. “ Queremos a verdade inteira sem a cortina vexatória das censuras! Vota nos candidatos da verdade”. S.d.. (Apelo ao voto e à liberdade)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/06

- Panfleto. “Cidadão: vota nos candidatos do povo”. S.d. (Apelo ao voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/07
- Panfleto. “Cidadão: vota nos candidatos da liberdade”. S.d. (Apelo ao voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/08
- “Votar é um dever! Votar na oposição Democrática é um dever imperioso e urgente!”. S.d. (Apelo ao voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/09

- Panfleto. “ A liberdade não é uma dádiva! É um direito que tem de ser conquistado! Conquista a liberdade votando na Oposição Democrática!”. S.d. (Apelo ao voto e à liberdade)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/10

- Panfleto. “A pátria não é um homem nem um grupo! A pátria é todo o povo! Vota na pátria, votando nos candidatos do povo!”. S.d. (Apelo ao voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/11
- Panfleto. “A democracia é o único caminho para a promoção económica, cívica e cultural do povo português”. S.d. (Apelo ao voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/12
- Panfleto. “A democracia é o caminho da libertação. Sem democracia não há progresso autêntico. Vota nos candidatos da democracia”. S.d. (Apelo ao voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/13
- Postal. “Mário Sacramento”. S.d. (Mário Sacramento e a sua luta pela democracia)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/14
- Panfleto. “O voto do povo C.D.E”. S.d. (Apelo ao voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/15
- Panfleto. “O voto do povo C.D.E. /nas tuas mãos a força do povo”. S.d. (Apelo ao voto)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./ICONOGRAFIA/16
- Panfleto. “ Juventude vota democracia/ Coimbra”. S.d. (Apelo ao voto)

• **RECORTES DE IMPRENSA**

Tipologias: Recortes de imprensa

Assunto: Série constituída por Recortes de imprensa relativos à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Militante da Oposição Política após as Eleições de Norton de Matos

Datas extremas: S.d.

Critério de ordenação: Alfabético

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.O.P.A.E.N.M./RECORTES DE IMPRENSA/01
- “Esclarecimento público”. S.d. (Manifestações contra a violência ao povo húngaro/liberdade do povo húngaro)

• **MILITANTE DA C.N.S.P.P. (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)**

É constituída por documentação relativa à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da C.N.S.P.P. (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)

Datas extremas (1970-1984)

• **CIRCULARES**

Tipologias: Circulares

Assunto: Série constituída por Circulares recolhidas por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da CNSPP (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)

Datas extremas: 1970-1973

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /01
- “Circular n.º 2”. 1970/04/30. (Comentário / prisões / processo enviado a tribunal / representação à Assembleia Nacional)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /02
- “Circular n.º3”. 1970/05/23 (A amnistia e os delitos políticos/prisões/libertações / julgamentos / transferência de presos para o Porto / apoio aos presos políticos/condições prisionais / esclarecimento do assassinado do general Humberto Delgado/ art.º199.º do código civil/protesto contra a vaga de repressão)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /03
- “Circular n.º4”. 1970/06/25 (Situação dos presos, condenados, “ouvidos” pela DGS/prisões /libertações/presos “ouvidos”pela DGS/situação interna do forte de Peniche/transferência de presos/o caso dos oito presos no distrito de Setúbal/atividades do tribunal plenário/ situação de presos em Angola/a morte do padre Lino Guimarães/manifestações de solidariedade a presos políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /04
- “Circular n.º 5”. 1970/08/10 (Um Portugal desconhecido / prisões / libertações / transferência de presos / julgamento de presos políticos / processos enviados a tribunal / condições prisionais do forte de Peniche / situação dos presos em Angola / dados numéricos relativos a presos políticos
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /05
- “Circular n.º 8”. 1971/02/13 (Orgulhosamente sós/prisões/libertações/presos ouvidos pela DGS / expulsão de um delegado da Amnistia Internacional / atividades dos tribunais plenários situação prisional da cadeia do forte de Peniche/as condições prisionais e a Assembleia Nacional/a CNSPP e os incidentes académicos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /06
- “Circular n.º 11”. 1971/07/20 (Liberdades públicas: as palavras e os actos/uma entrevista do Presidente do Conselho/um discurso do Ministro do Interior/uma decisão do supremo tribunal de justiça/atividades dos tribunais/prisões e libertações/presos ouvidos pela DGS/uma grave ocorrência/documentos da CNSPP)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /07
- “Circular n.º 12”. 1971/09/30 (À repressão responder com a solidariedade / prisões / libertações / actividade dos tribunais solidariedade para com os presos políticos / campo do Tarrafal / os métodos de investigação da polícia política)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /08
- “Circular n.º 14”. 1972/02/4 (Quem tem medo da verdade? / prisões / libertações / prisões em Sacavém e no Barreiro / pedido de libertação / grave caso de saúde / atividades dos tribunais/um caso concreto de tortura/documento da CNSPP)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /09
- “Circular n.º 15”. 1972/04/17 (Os cidadãos e os outros/os juízos de instrução criminal/a continuidade da discriminação/prisões/prisões no Porto por altura da manifestação de 15 de Abril/presos em Manchava/libertações/transferência de presos/atividades dos tribunais/ dois casos de tortura/solidariedade distribuída)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /10
- “Circular”. 1973/05/9 (Editorial: O agravamento da repressão/prisões/prisões em Luanda/prisões em Cabo Verde/a violência policial/libertações/actividade dos tribunais/o campo de concentração da Machava /o estado de saúde do preso político Ângelo Matos Mendes Veloso/notícias/grupo de solidariedade contra a repressão política/providências de Habeas Corpus/uma posição da ordem dos advogados/comentário: medidas de segurança e prorrogação da pena de prisão)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /11
- “Circular”. 1973/10/16 (Repressão mais intensa, mais arbitrária, mais provocatória / prisões / libertações / assistência de advogados aos interrogatórios/solidariedade aos presos políticos / incidentes na cadeia de Peniche/graves consequências das torturas/visitas da Cruz Vermelha internacional/um relatório da Comissão Internacional de Juristas/um caso corrente da repressão policial)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /12
- “Circular”. 1973/12/31 (Editorial (uma amnistia para inglês ver) /prisões/libertações/ actividade dos tribunais/solidariedade a presos políticos/situação de presos políticos militares /situação prisional na cadeia de Caxias/o caso dos padres espanhóis”conferência sobre a tortura”)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CIRCULARES /13
- “Circular n.º 3”. S.d. (Reunião plenária que dá conta do fim da CNSPP)

• *TEXTOS DIVERSOS*

Tipologias: Textos Diversos

Assunto: *Série constituída por textos diversos referentes à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto Militante da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos*

Datas extremas: 1970-1974

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /01
- “Comunicado ao País”. 1970/01/20 (Constituição da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /02
- Prisão de um cidadão. 1970/04/15 (Prisão de Francisco Salgado Zenha)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /03
- “Sobre a situação prisional dos presos políticos na cadeia do forte de Peniche”. 1970/11/? (Situação prisional dos presos políticos na cadeia do forte de Peniche)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /04
- “Apelo aos portugueses”. 1971/08/? (Apelo aos portugueses sobre a vaga de prisões desencadeadas pela PIDE).
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /05
- “Comunicado n.º1”. 1972/05/25 (Constituição da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /06
- “Repressão policial e judicial e balanço da solidariedade”. 1972/?/? (Presos políticos libertados em 1972 libertados/ sem ou antes do julgamento /presos políticos libertados em 1971 após julgamento por absolvição /após julgamento, com pena suspensa ou remível a multa /presos políticos libertados em 1972 após cumprimento de pena /presos políticos julgados em 1972 (por ordem dos julgamentos) /presos políticos em prisão preventiva em 31/12/1972 /presos políticos em cumprimento de pena em 31/12/1972 /resumo do movimento da tesouraria em 1972)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /07
- “Comunicado n.º1” (Castelo Branco). 1973/02/23 (Constituição da Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos do distrito de Castelo Branco)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /08
- “Ao povo do Norte”. 1973/02/? (Listagem de apoiantes da Comissão)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /09
- “Convocatória”. 1974/06/11 (Convocatória de uma reunião plenária)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /10
- “Comissão executiva transitória”. 1974/08/04 (Constituição de uma Comissão executiva transitória)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /11
- “A Comissão de Socorro aos Presos Políticos”. ?/01/17 (História da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /12
- Abaixo-assinado para a constituição da CNSPP. S.d. (Abaixo-assinado que leva à constituição da Comissão Regional de Coimbra de Socorro aos Presos Políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /13
- Conjunto de textos sobre a actividade da CNSPP. S.d. (Carta da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos para a Presidência do Conselho, com a data de 13 de Março de 1971 /listagem de presos político sem cumprimento de pena em 31/12/1970 /listagem de presos políticos em prisão preventiva em 31/12/1970 /movimento prisional em 1970 /movimento judicial em 1970 / listagem de membros da CNSPP)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /14
- Conjunto de textos sobre a actividade da CNSPP. S.d. (Carta da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos ao Presidente da República para que sejam feitas intervenções no actual momento de repressão aos cidadãos com a data de 15 de Maio de 1972 /presos políticos em prisão preventiva em 31/12/1971 /presos políticos que continuam em cumprimento de pena em 31/12/1971 /presos políticos condenados pelos tribunais plenários durante 1971 /resumo do movimento prisional em 1971)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /15
- Comissão Regional de Coimbra. S.d. (Abaixo-assinado que leva à constituição da Comissão Regional de Coimbra de Socorro aos Presos Políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./TEXTOS DIVERSOS /16
- Documento Interno. S.d. (Continuação da publicação de circulares em face da nova lei de imprensa)

• CORRESPONDÊNCIA

Tipologias: Correspondência

Assunto: *Série constituída por Correspondência recebida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da CNSPP (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)*

Datas extremas: 1971-1984

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./01
Ministério da Educação Nacional. Gabinete do Ministro (o chefe do gabinete, Lourenço Cardoso?) - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Lisboa, Portugal, 16/08/1971, 1 p., Carta dactilografada com rubrica manuscrita. (Carta remetendo uma informação da DGS sobre o estudante Joaquim Mota Barbosa)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./01-1
-Anexo1-“Informação da DGS”. S.d. (Informação reproduzida por um telegrama dirigido a sua Excelência o Ministro da Educação Nacional por algumas individualidades de Coimbra sobre a situação do preso Joaquim da Mota Barbosa)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./01-2
-Anexo2-Telegrama. S.d. (Telegrama dirigido a sua Excelência o Ministro da Educação Nacional por algumas individualidades de Coimbra sobre a situação do preso Joaquim da Mota Barbosa)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./01-3
-Anexo3- Apontamento sobre presos políticos. S.d. (Apontamento sobre presos políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./02
Levy Baptista - Carta a destinatário não referido, Lisboa, Portugal, 26/10/1971, 1p., Carta dactilografada e manuscrita. (Cartão de visitas acusando a recepção de um cheque)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./02-1
-Anexo1- Resumo do Movimento Financeiro de Março a Setembro de 1972. S.d. (Entradas- discriminação por natureza de receitas/entradas/discriminação por localidades/saídas/fundos enviados para Lisboa/subsídios pagosna Figueira da Foz)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./02-2
-Anexo2-Nota de Rui Azevedo dirigida a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu sobre dinheiro deixado para material da C.N.S.P.P. S.d. (Dinheiro deixado para material da C.N.S.P.P.)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./03
Cecília Areosa Feio - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, 10/12/1971, 1p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Envio de Cartões de boas festas para serem vendidos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./04
Comissões Regionais e Pró-comissões - Carta a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, 10/06/1972, 1p., Carta Dactilografada. (Constituição das Comissões Regionais de Socorro aos Presos Políticos/fins)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./05
Luís Mota - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Lisboa, Portugal, 25/10/1972, 1p., Carta manuscrita. (Luís Mota aguarda resposta de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu a um recado)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./06
Nuno Teotónio Pereira - Carta a destinatário não referido, 20/12/1972, 2p., Carta manuscrita. (Envio de vinhetas destinadas à C.N.S.P.P.)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./07
Luís de Melo Biscaia - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Figueira da Foz, Portugal, 3/04/1973, 1p., Carta dactilografada com rubrica manuscrita. (Envio de dinheiro para a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./08
Luís de Melo Biscaia - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Figueira da Foz, Portugal, 3/05/1973, 1p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Pedido de ajuda para Eurico Fernando Duarte Vieira, preso pela DGS)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./09
Nuno Teotónio Pereira - Carta a destinatário não referido, Lisboa, Portugal, 11/05/1973, 1p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Pedido de envio da listagem de nomes de presos feita em Coimbra)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./10
Nuno Teotónio Pereira - Carta a destinatário não referido, 25/05/1973, 2p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Atribuição de subsídios a presos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./11

- Movimento Democrático de Coimbra - Carta a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, Coimbra, Portugal, 4/07/1974, 1p., Carta Dactilografada. (Convite para a participação da C.N.S.P.P. no comício que a Comissão de Organização do Movimento Democrático vai promover em Coimbra)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./11-1
- Anexo1-Proposta aprovada por unanimidade por mais de uma centena de ex-presos políticos reunidos em Coimbra em 9/05/74. S.d. (Proposta de criação de um Movimento Nacional às vitimas do fascismo e protesto contra o pagamento dos vencimentos dos PIDES às suas famílias)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./11-2
- Anexo2-Proposta aprovada por aclamação por cerca de uma centena de ex-presos reunidos em Coimbra em 9/5/74. S.d. (Proposta de envio à sede do Movimento Democrático de Coimbra os depoimentos das estadias nas masmorras políticas do fascismo por parte dos que lá estiveram)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./11-3
- Anexo3- Proposta aprovada por aclamação por cerca de uma centena de ex-presos reunidos em Coimbra em 9/5/74. S.d. (Urgência na criação de uma Comissão de juristas para o julgamento dos elementos de EX-PIDE/DGS)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./11-4
- Anexo4- Proposta aprovada por aclamação por cerca de uma centena de ex-presos reunidos em Coimbra em 9/5/74. S.d. (Reivindicação dos ex-presos políticos para a prisão e julgamento dos elementos da PIDE nas colónias)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./11-5
- Anexo 5- Proposta aprovada por aclamação por cerca de uma centena de ex-presos reunidos em Coimbra em 9/5/74. S.d. (Ex-presos reunidos em Coimbra reivindicam à Junta de Salvação Nacional que seja decretada a imprescritibilidade de todos os crimes da PIDE/DGS)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./11-6
- Anexo 6- Cecília Areosa Feio. S.d. (Conclusões relativas à reunião da C.N.S.P.P. de 6 de Julho de 1974)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./12
- Levy Baptista - Carta a Carta à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, 10/2/1984, 2p., Carta dactilografada com uma cópia de uma rubrica manuscrita. (Homenagem a cidadãos que estiveram presos e sofreram com o regime)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.S.P.P./CORRESP./13
- Cecília Areosa Feio - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Lisboa, Portugal, 25/2/?, 2p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Envio de uma encomenda de livros oferecidos à C.N.S.P.P. e pedido de dados em relação a um preso, António Gracia)

• **PROCESSOS**

Tipologias: *Processos*

Assunto: *Série constituída por Processos recebidos por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da C.N.S.P.P. (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)*

Datas extremas: *1972-1974*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./PROCESSOS/01
- Nota do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra dirigida a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. 1972/11/20 (Acusação a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu por prática do crime de injúria à DGS)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ PROCESSOS/01-1
- Anexo1 - Cópia da acusação de fls.40 dos autos de Polícia Correccional n.º18/73-2ª Secção-2.º Juízo - contra os réus Dr. Paulo Manuel Pires Quintela e outros. 1973?/11/14 (Cópia de acusação dos autos de Polícia Correccional a vários réus)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ PROCESSOS/01-2
- Anexo2 - Documento 2- Nota de notificação do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra dirigida a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. 1973?/11/14 (Notificação para a comparência de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu no Tribunal Judicial da comarca de Coimbra)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ PROCESSOS/01-3
- Anexo3 - Documento 3- Guia de pagamento 2.º Juízo da Comarca de Coimbra dirigida a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. 1973/11/26 (Depósito de dinheiro por parte de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ PROCESSOS/01-4

Anexo4 - Documento 4- Abaixo-assinado dos cidadãos do conselho da Figueira da Foz que manifestam a sua solidariedade e apoio à coragem e espírito cívico dos membros da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos que vão ser submetidos a julgamento em Coimbra. 1973/11/? (Abaixo-assinado, apoio e solidariedade dos cidadãos da Figueira da Foz para os membros da CNSPP que vão ser julgados em Coimbra)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ PROCESSOS/01-5

Anexo5 - Documento 5- Guia de pagamento 2.º Juízo da Comarca de Coimbra dirigida a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. 1973/12/11 (Depósito de dinheiro por parte de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ PROCESSOS/01-6

Anexo6 - Documento 6 - Guia de pagamento do Tribunal da Relação de Coimbra dirigida a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. 1974/01/18 (Depósito de dinheiro por parte de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ PROCESSOS/01-7

Anexo7 - Documento 7- Advogado de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu - Carta a Exm.º Senhor Juiz. S.d. (Apresentação de um rol de testemunhas de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ PROCESSOS/01-8

Anexo8 - Documento 8 - Texto de um grupo de estudantes para a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. S.d. (Solidariedade apresentada pelos estudantes de Coimbra à CNSPP por causa da acusação de difamação pela PIDE/DGS)

• *MONOGRAFIAS*

Tipologias: *Monografias*

Assunto: *Série constituída por Monografias recolhidas por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da CNSPP (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)*

Datas extremas: *1972-1974*

Critério de ordenação: *Alfabético*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./MONOGRAFIAS/01

- COMISSÃO NACIONAL DE SOCORRO AOS PRESOS POLÍTICOS - *Presos políticos: documentos 1970-1971* / Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, ed. de Armando de Castro, Francisco Pereira de Moura, Luís Filipe Lindley Cintra . - Porto : Afrontamento, 1972. - 223p. (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos/Estado Novo/Direitos, Liberdades e Garantias)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./MONOGRAFIAS/02

- FERRÃO, Fernando de Abranches ; ZENHA, Francisco Salgado ; BAPTISTA, Levy - *Angolanos no Tarrafal: alguns casos de Habeas Corpus* / Fernando de Abranches Ferrão, Francisco Salgado Zenha, Levy Baptista [et al.] . - Porto : Afrontamento, 1974. - 139 + [9] p. (Angolanos Presos no Tarrafal)

• *AUTOS DE APREENSÃO*

Tipologias: *Autos de Apreensão*

Assunto: *Série constituída por Autos de Apreensão da DGS relativos à actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da CNSPP (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)*

Datas extremas: *1973*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./AUTOS DE APREENSÃO/01

- DGS. Auto de Apreensão. 08/01/1973 (Apreensão de dois livros proibidos pela censura)

• *ACTAS*

Tipologias: *Actas*

Assunto: *Série constituída por Actas de reuniões plenárias da CNSPP referentes à actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da CNSPP (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos)*

Datas extremas: *S.d.*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ACTAS/01

- “Acta”. S.d. (Acta da reunião plenária da CNSPP realizada no Porto a 6 de Novembro de 1971)

• **CARTAZ**

Tipologias: *Cartazes*

Assunto: *Série constituída por cartazes relativos á actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da C.N.S.P.P.*

Datas extremas: *S.d.*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./CARTAZ/01

- “A verdade é mais forte do que as algemas”. S.d. (Cartaz com apelo à liberdade)

• **ICONOGRAFIA**

Tipologias: *Vinhetas, etc...*

Assunto: *Série constituída por iconografia relativa á actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto militante da C.N.S.P.P.*

Datas extremas: *S.d.*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ICONOGRAFIA/01

- “Exploração”. S.d. (Apelo à democracia)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ICONOGRAFIA/02

- “Democracia”. S.d. (Apelo à democracia)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ICONOGRAFIA/03

- “Abaixo a censura/abaixo o fascismo/sindicatos livres/ unidade/ reforma agrária / reforma do ensino/viva a democracia/paz/liberdade/por um Portugal livre”. S.d. (Apelo à liberdade e a uma reforma do País)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ICONOGRAFIA/04

- Vinhetas da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. S.d. (Apelo à liberdade e a uma reforma do País)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ICONOGRAFIA/05

- “Reforma agrária / UN / diálogo /não à guerra/liberdade para os presos políticos / igualdade”. S.d. (Liberdade para os presos)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ICONOGRAFIA/06

- “Democracia/paz/abaixo os monopólios/liberdade /democracia /imprensa livre”. S.d. (Apelo à democracia)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.S.P.P./ICONOGRAFIA/07

- “Vestidos de Pedra”. S.d. (Apelo à liberdade)

• **MILITANTE DA C.N.A.R.P.A. (Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas)**

Inclui documentação relativa à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas (C.N.A.R.P.A.)

Datas extremas (1974-1975)

• **RELATÓRIOS**

Tipologias: *Relatórios*

Assunto: *Série constituída por Relatórios sobre a situação dos refugiados políticos antifascistas e a constituição da C.N.A.R.P.A., no qual Maria Judite Pinto Mendes de Abreu participou activamente*

Datas extremas: *1974*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/M.C.N.A.R.P.A./RELATÓRIOS/01

- Relatório da C.N.A.R.P.A. 1974/10/? (O refúgio político em Portugal antes e depois do 25 de Abril - novas perspectivas políticas/balço da acção da C.N.A.R.P.A./recepção e informação dos refugiados/vestuário e material escolar/assistência jurídica/estudo jurídico do refúgio político em Portugal e situação jurídica dos refugiados/informação legal/educação e formação profissional do refugiado/relações internacionais/informação da opinião pública/ situação jurídica da C.N.A.R.P.A./instalações, meio de trabalho e situação financeira da C.N.A.R.P.A.)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./RELATÓRIOS/01-1

Anexo1 - Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas: o problema do refúgio em Portugal: situação jurídica actual. S.d. (Legislação relativa a refugiados políticos/legislação nacional sobre estrangeiros/comentário à situação jurídica)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./RELATÓRIOS/01-2

Anexo2 - Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas (composição inicial). S.d. (Composição inicial da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./RELATÓRIOS/01-3

Anexo3 - Orçamento das despesas mínimas mensais actuais da C.N.A.R.P.A. S.d. (Orçamento das despesas mínimas mensais actuais da C.N.A.R.P.A.)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./RELATÓRIOS/01-4

Anexo4 - Apelo da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas (Associação em organização). S.d. (Formação e constituição da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas/finalidade)

• **CORRESPONDÊNCIA**

Tipologias: *Correspondência*

Assunto: *Série constituída por Correspondência recebida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu no âmbito da sua militância na C.N.A.R.P.A.*

Datas extremas: *1974-1975*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./CORRESP./01

Maria Eugénia Varela Gomes - Carta a destinatário não referenciado (Maria Judite Pinto Mendes de Abreu?), Lisboa, Portugal, 28/11/1974, 2p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Pedido de Maria Eugénia Varela Gomes para que seja possível arranjar alimentação para os refugiados em Coimbra)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./CORRESP./02

Maria Eugénia Varela Gomes - Carta a destinatário não referenciado (Maria Judite Pinto Mendes de Abreu?), 2/01/1975, 2p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Pedido de auxílio para uma refugiada brasileira e solicitação de envio de fundos para financiar mais de 60 refugiados)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./CORRESP./03

Vasco da Gama Fernandes - Carta a destinatário não referenciado, Lisboa, Portugal, 7/01/1975, 1p., Carta impressa. (Convite para uma reunião plenária de C.N.A.R.P.A.)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./CORRESP./04

Maria Eugénia Varela Gomes - Carta a destinatário não referenciado (Maria Judite Pinto Mendes de Abreu?), 21/01/1975, 2p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Agradecimento por um vale de correio enviado)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./CORRESP./05

Maria Eugénia Varela Gomes - Carta a destinatário não referenciado (Maria Judite Pinto Mendes de Abreu?), 16/06/1975. Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Agradecimento por um vale de correio enviado/existência de uma lamentação por só Coimbra ajudar e Porto e Lisboa quase nada/estabelecimento de contactos com a ONU por causa dos refugiados)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./CORRESP./06

Maria Eugénia Varela Gomes - Carta a destinatário não referenciado (Maria Judite Pinto Mendes de Abreu?), S.d., 2p., Carta manuscrita com rubrica manuscrita. (Convite para fazer parte do grupo de apoio a 30 refugiados brasileiros e chilenos)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.N.A.R.P.A./CORRESP./06-1

-Anexo 1- Apelo da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas (Associação em Organização), ?/11/1974. (Constituição da Comissão/finalidades/contribuições)

• MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO TRIBUNAL CÍVICO HUMBERTO DELGADO

Inclui documentação relativa à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado

Datas extremas (1977-1978)

• TEXTOS DIVERSOS

Tipologias: Textos Diversos

Assunto: Série constituída por Textos Diversos relativos à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado

Datas extremas: 1977

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./TEXTOS DIVERSOS/01

- “A todos os democratas e antifascistas! Ao povo de Portugal!”. 1977/5/27 (Formação do Tribunal Cívico Humberto Delgado)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./TEXTOS DIVERSOS/02

- “Preâmbulo”. 1977/5/27 (Formação e relatório da 1ª sessão do Tribunal Cívico Humberto Delgado)

• CORRESPONDÊNCIA

Tipologias: Correspondência

Assunto: Série constituída por Correspondência relativa à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado

Datas extremas: 1977-1978

Critério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CORRESP./01

Mário Brochado Coelho - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Lisboa, Portugal, 21/09/1977, 1p., Carta Impressa. (Convite a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu para fazer parte da Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CORRESP./01-1

-Anexo 1- Texto de apoio. “Porque se constitui Tribunal Cívico Humberto Delgado?”. S.d. (Necessidade de criação de um T.C.H.D. para julgar os crimes cometidos pela PIDE no passado)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CORRESP./02

Vítor Oliveira (Secretário Executivo do T.C.H.D.) - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Lisboa, Portugal, 28/09/1977, 1p., Carta impressa com rubrica manuscrita. (Convocatória de uma reunião geral pelo facto de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu ter aderido à Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CORRESP./02-1

Anexo 1- Circular interna n.º5 da 2ª reunião geral da Comissão Organizadora (rubricada por Victor Oliveira, pelo Secretariado Executivo do T.C.H.D.). 27/09/1977. (Ordem de trabalhos/informações/tomadas de posição do T.C.H.D./actividade internas/iniciativas externas/alguns membros da Comissão Organizadora)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CORRESP./03

Tribunal Cívico Humberto Delgado - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Porto, Portugal, 8/05/1978, 1p., Carta Impressa. (Marcação de uma reunião para ser formalizada a participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu no júri do T.C.H.D.)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CORRESP./03-1

- Anexo 1- Texto assinado por Humberto Delgado. ?/5/1958. (Candidatura de Humberto Delgado e apelo ao voto do povo português)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CORRESP./04
- Destinatário não identificado - Carta a destinatário não referido (TCHD?), S.d., 1p., Carta manuscrita. (Apoio ao T.C.H.D.)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CORRESP./04-1
- Anexo 1-Envelope do Tribunal Cívico Humberto Delgado. S.d.

• **PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**

Tipologias: Publicações Periódicas

Assunto: Série constituída por Publicações Periódicas relativas à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado

Datas extremas: 1978

Crítério de ordenação: Alfabético

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/01
- Tribunal Cívico Humberto Delgado”. 1978. Nº 1 (Editorial/ depoimentos/ homenagem ao General Humberto Delgado/ Tarrafal nunca mais/ Grupo de trabalho de divulgação que justiça?/ apoios ao TCHD/ Reunião da Comissão Organizadora do TCHD/ plano do TCHD)

• **CIRCULARES**

Tipologias: Circulares

Assunto: Série constituída por Circulares relativas à participação de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu na Comissão Organizadora do Tribunal Cívico Humberto Delgado

Datas extremas: 1978

Crítério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./CIRCULARES/01
- “Acta da reunião da Comissão Organizadora do TCHD”. 1978/04/21 (Ordem dos trabalhos: informações sobre actividades do TCHD/discussão da proposta - base dos elementos constituintes do júri do T.C.H.D.)

• **ENVELOPES**

Tipologias: Envelopes

Assunto: Série constituída por Envelopes do Tribunal Cívico Humberto Delgado

Datas extremas: S.d.

Crítério de ordenação: Cronológico

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.O.T.C.H.D./ENVELOPES/01
- Envelope que terá contido uma carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. S.d.

• **MEMBRO DA COMISSÃO DE HONRA DA CANDIDATURA DE MÁRIO SOARES À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Inclui documentação diversa relativa a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto membro da Comissão de Honra da Candidatura de Mário Soares à Presidência

Datas extremas (1991)

• **MONOGRAFIAS**

Tipologias: Monografias

Assunto: *Série constituída por Monografias recolhidas por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto membro da Comissão de Honra da Candidatura de Mário Soares à Presidência*

Datas extremas: 1991

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.H.C.M.S.P.R./MONOGRAFIAS/01

PORTUGAL. Assembleia da República – *Sessão Solene da posse do Presidente da República / Assembleia da República.* - Lisboa : Assembleia da República, 1991. - 36p. (Acta para apuramento geral da eleição/esquema da cerimónia/biografia do Presidente da República)

• **CORRESPONDÊNCIA**

Tipologias: *Correspondência*

Assunto: *Série constituída por Correspondência recebida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto membro da Comissão de Honra da candidatura de Mário Soares à Presidência da República*

Datas extremas: 1991

Critério de ordenação: *Alfabético*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR /M.C.H.C.M.S.P.R/ CORRESP./01

Mário Soares - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Lisboa, Portugal, 18/02/1991, 1p., Carta impressa com rubrica manuscrita. (Agradecimento do Presidente da República a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu por ter participado na sua Comissão de Honra)

• **CONVITES**

Tipologias: *Convites*

Assunto: *Série constituída por Convites recebidos por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu enquanto membro da Comissão de Honra da candidatura de Mário Soares*

Datas extremas: 1991

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ M.C.H.C.M.S.P.R./CONVITES/01

Convite a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. [1991]/03/9 (Convite a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu para assistir à cerimónia de posse do Presidente da República, Mário Soares)

• **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Inclui documentação muito diversa relativa às actividades de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu durante a sua vida e complementar da documentação anteriormente descrita

Datas extremas (1929-1996)

• **PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**

Tipologias: *Publicações Periódicas*

Assunto: *Série constituída por Publicações Periódicas recolhidas por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu ao longo da sua vida.*

Datas extremas: 1929-1969

Critério de ordenação: *Alfabético*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/01

“Cinegrafia”. 1929-Ano 1. nº 1. (Publicações periódicas relacionadas com cinema)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/02

“Cinéfilo”. 1930-Ano 11. (Publicações periódicas relacionadas com cinema)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/03

- “Cinejornal”. 1937-Ano II. nº 102. (Publicações periódicas relacionadas com cinema)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/04
- “O cronista”. 1954-Ano 1. nº 2; 1955-Ano 1. nºs 15, 20, 21, 24, 28, 29. 1957-Ano 4. nº 70. 1958. nºs 77 a 80.
 (Publicações periódicas relativas aos interesses políticos e culturais de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/05
- “Seara Nova”. 1962. nºs 1395 a 1399, 1400 a 1406. (Publicações periódicas relativas às actividades oposicionistas e interesses culturais de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu)
 - PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS/06
- “A mosca”- Suplemento do Diário de Lisboa. 1969. (Publicações periódicas relativas aos interesses culturais de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu)

• **CORRESPONDÊNCIA**

Tipologias: *Correspondência*

Assunto: *Série constituída por Correspondência recolhida por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu ao longo da sua vida.*

Datas extremas: *1959-1996*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR /D.C./ CORRESP./01
 Carta de um conjunto de cidadãos cujo primeiro nome é P. Abel Varzim - Carta a Senhor Professor Oliveira Salazar, 1/03/1959, 10p., Carta dactilografada. (Tomada de consciência dos cidadãos face à repressão do regime/situação grave do País)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR /D.C./ CORRESP./02
 Mário Soares - Carta a Rui Patrício, Paris, França, 7/12/1972, 5p., Carta dactilografada. (Dura crítica à entrevista dada por Rui Patrício a um jornal espanhol sobre a política portuguesa/as eleições e a política colonial)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR /D.C./ CORRESP./03
 Maria Judite Pinto Mendes de Abreu ? - Carta a [Eliana Gersão], [1996], 2p., Carta manuscrita. (Memória da comemoração do dia 8 de Março de 1969)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR /D.C./ CORRESP./04
 Eliana [Gersão] - Carta a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, Lisboa, Portugal, 9/05/1996, 1p., Carta manuscrita. Aventura de 1969 (publicação de um artigo sobre o Dia Mundial da Mulher em 8 de Março de 1969)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR /D.C./ CORRESP./04-1
 -Anexo 1- Recorte do jornal Diário de Coimbra. “Celebra-se hoje o Dia Mundial da Mulher”. 8/03/1969. (Dia Mundial da Mulher/posição da mulher na sociedade)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR /D.C./ CORRESP./04-2
 -Anexo 2- Recorte do jornal Diário de Lisboa. “Não se desvaneceu ainda a imagem tradicional da mulher”. 8/03/1969. (Dia Mundial da Mulher/direitos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR /D.C./ CORRESP./04-3
 - Anexo 3- Envelope do Ministério da Justiça. Centro de Estudos judiciais.

• **DOCUMENTOS DIVERSOS**

Tipologias: *Documentos Diversos*

Assunto: *Série constituída por Documentos Diversos relativos à actividade de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu ao longo da sua vida*

Datas extremas: *1967*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./DOCUMENTOS DIVERSOS/01
 “O neo-realismo Italiano”. 1967/01/? (Noticiário / concursos de críticas cinematográficas / secção de cinema experimental /M. Antonioni...e os seus problemas /«O agiota» de Sidney Lumel)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./DOCUMENTOS DIVERSOSS/02
 “O Senhor Hitler comia tudo, tudo tudo”. S.d. (Sátira a Hitler e a outros políticos)
- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./DOCUMENTOS DIVERSOSS/03

Envelope. “Teatro Avenida”. S.d.

• *COMUNICADOS E PANFLETOS*

Tipologias: *Comunicados e Panfletos*

Assunto: *Série constituída por Comunicados e Panfletos diversos relativos às actividades de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu e complementar da documentação anteriormente descrita*

Datas extremas: *1971-1974*

Critério de ordenação: *Cronológico*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./COMUNICADOS E PANFLETOS/01

“Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão ao País”. 1971/05/? (Falta de liberdade de imprensa/necessidade de acabar com os estragos da repressão/fim à censura)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./COMUNICADOS E PANFLETOS/02

“Movimento Democrático Português”. 1974/?/? (Organização e funcionamento do M.D.P/objectivos gerais e imediatos do Movimento Democrático Português)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./COMUNICADOS E PANFLETOS/03

“Governo Provisório: por um governo da liberdade por um governo para a democracia e a paz”. 1974/05/9 (Governo Provisório/destruição do aparelho repressivo do Estado/democratização do País/paz/eleições livres)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./COMUNICADOS E PANFLETOS/04

Desenho. (Contém três homens do PPD). S.d. (Crítica ao PPD como partido dos poderosos)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./COMUNICADOS E PANFLETOS/05

“Dia Internacional da Mulher”. S.d. (Comemoração do 8 de Março, dia Internacional da Mulher / Luta da mulher/luta pelo futuro).

• *MONOGRAFIAS*

Tipologias: *Monografias*

Assunto: *Série constituída por Monografias diversas recolhidas por Maria Judite Pinto Mendes de Abreu ao longo da sua vida*

Datas extremas: *1977*

Critério de ordenação: *Alfabético*

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./MONOGRAFIAS/01

DELGADO, Iva - *Humberto Delgado (1906-1965) : memória / Iva Delgado*. - Lisboa : Instituto Português do Património Cultural, 1977. - 28 p. (Princípios/estatutos/sócios fundadores da ACS/FO)

- PT/UC/CD25A/MJPMA/A.PR/ D.C./COMUNICADOS E PANFLETOS/02

FRATERNIDADE OPERÁRIA. Associação de Cultura Socialista - *Declaração de princípios: estatutos: sócios fundadores / Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária*. - [S. l.] : [s. n.], 1977. - 15 p. (Humberto Delgado/vida e obra)

FONTE: Elaboração Própria

4.2.5. *Difusão do fundo*

Segundo a NP 4041 (2005, p. 19) a difusão é uma “ função de serviço que visa promover o conhecimento do respectivo acervo documental”. No actual contexto utilizamos para tal os novos recursos digitais agora disponíveis.

Assim, após o seu tratamento, o acervo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu passou a ser disponibilizado *online*.

Relativamente aos prazos de divulgação do conteúdo da documentação, e dado tratar-se de um arquivo privado, respeitou-se a vontade expressa do doador que, após a leitura do inventário prévio do espólio, delegou no CD25A a decisão sobre quais os documentos cujo conteúdo deveriam manter-se sob reserva e respectivos prazos de abertura ao público.

Assim, por não haver nada em contrário, decidiu-se que todos os documentos seriam gradualmente colocados à consulta do público, como se pode ver na fig. 12, depois de cumpridas as tarefas de carácter técnico necessárias à sua total preservação e sempre de acordo com os prazos previstos na legislação portuguesa.

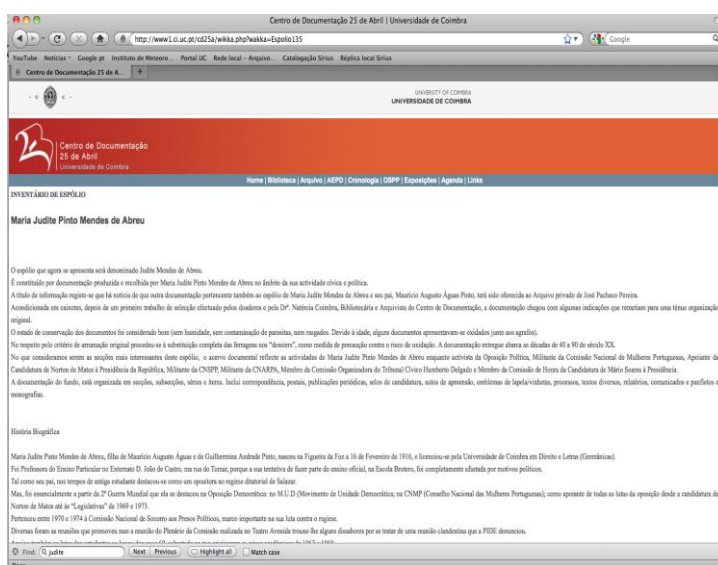


Fig. 12 – Inventário disponível na página do Centro de Documentação 25 de Abril
FONTE - Elaboração própria

Este é, pois o modelo que de inventário que o utilizador poderá visionar quando aceder à respectiva página do Centro de Documentação 25 de Abril.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação pretendemos definir o conceito de arquivo pessoal e os seus princípios e métodos, procurando articulá-los com a análise e o tratamento documental do espólio privado de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, doado ao Centro de Documentação 25 de Abril e sob a sua guarda definitiva.

Nessa medida, para desenvolver este projecto, foram várias as etapas percorridas passando pela pesquisa, na internet, de textos relativos a Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, recolha de panfletos informativos que lhe faziam referência, análise e interpretação de documentação do seu espólio para nos ajudar a construir o seu percurso histórico, com base em documentos reais, assim como análise e estudo da documentação do espólio e entrevista realizada ao seu filho Pedro Mendes de Abreu.

Na metodologia adoptada, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com questões elaboradas previamente pelo entrevistador para que o entrevistado respondesse apenas ao que seria mais relevante no âmbito deste projecto. Na sequência desta entrevista, recolhemos um panfleto informativo biográfico de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu que nos ajudou a fomentar um estudo aprofundado da vida desta figura coimbrã. Efectivamente, verificámos que a recolha e a análise deste panfleto foram de facto essenciais, uma vez que a documentação de que dispúnhamos, por vezes, não era esclarecedora porque não continha algumas datas referentes a movimentos e actividades em que esta figura coimbrã se envolveu, enquanto cidadã política. Esta entrevista foi, sem dúvida, um passo importante para o avanço deste projecto, possibilitando tirar dúvidas quanto à vida profissional e pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, pois o entrevistador obteve informações credíveis que conferiram cientificidade a este projecto. De igual modo, a realização deste projecto num contexto de estágio, a relação profissional estabelecida com os funcionários do CD25A e as informações privilegiadas daí advindas, foram aspectos que sem dúvida contribuíram para o sucesso deste estudo.

A nível prático podemos concluir que existiram alguns obstáculos. No que diz respeito ao tratamento do espólio, verificámos algumas dificuldades com datas que apareceram em alguns documentos porque estas suscitavam dúvidas, sobretudo na sua arrumação nas respectivas séries. Para resolver esta questão, optámos por estudar a actividade privada e pública de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, para que a arrumação nas devidas séries

fosse feita com seriedade e exatidão. Outra dificuldade sentida diz respeito à interpretação de alguma documentação, uma vez que procedemos ao tratamento da mesma até ao nível do item com o respectivo assunto. Todavia, todos estes obstáculos foram devidamente ultrapassados porque conseguimos resolver a situação através de datas e conhecimentos já adquiridos aquando do estudo do período histórico em que esta figura política esteve inserida ao longo da sua vida, facilitando, assim, a nossa análise arquivística. Em outros casos, a extracção do assunto foi um auxiliar precioso para não induzir em erro na separação e descrição uma vez que qualquer documento mal separado e integrado numa série diferente da mais provável poderia levar, no limite, a que o investigador não recupere a informação de forma adequada. Por vezes também nos deparámos com algumas caricaturas que não eram, numa primeira abordagem, fáceis de identificar e descrever. Neste caso, foi necessário pedir ajuda ao Arquivista do CD25, uma vez que já estava habituado a este género de documentação. Documentos houve, que apresentavam algumas assinaturas ilegíveis ou incompreensíveis. Todavia, todas estas dificuldades foram devidamente ultrapassadas com a ajuda mencionada.

Este fundo pode ser um bom auxílio para um investigador que pretenda estudar os marcos históricos onde Maria Judite Pinto Mendes de Abreu esteve integrada, pois, com o estudo do mesmo, consegue adquirir-se documentação valiosa neste âmbito, não só a nível textual mas também a nível iconográfico. Um dos cuidados que naturalmente qualquer pessoa deverá ter, será relativamente ao manuseio dos documentos, pois, neste aspecto, existem casos pontuais que exigem uma maior atenção, neste aspecto.

Este arquivo pessoal, agora tratado e disponibilizado, pode vir a ser um excelente contributo para os interessados, pois contém informação valiosa, capaz de satisfazer necessidades de informação e proporcionar conhecimento. É, sem dúvida, um arquivo de fácil acesso, dado que está organizado de forma a que o utilizador “descubra” facilmente o que procura. Assim sendo, espera-se que no futuro este projecto seja útil para todos os potenciais interessados no estudo de um arquivo que reflecte uma época e uma pessoa de relevo no contexto conimbricense e, de certo modo, português.

Para nós, a descrição arquivística realizada nesse acervo foi bastante enriquecedora porque permitiu-nos um contacto directo com a documentação, possibilitando o seu tratamento de raiz e a sua disponibilização, algo que nos gratifica. Esta foi sem dúvida a grande aposta do nosso trabalho, proporcionando a nível prático a aquisição de experiências arquivísticas que poderão vir a ser muito úteis no desempenho de funções nesta área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLFO, Luciane Baratto; SILVA, Rita da Cássia Portela (2006) – A arquivística e a arquitetura da informação: uma análise interdisciplinar. **Arquivística.net** [Em linha]. ISSN 1808-4826. Vol. 2, n.º 1 (2006), p. 34-51 [Consult. 17 de Fevereiro de 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.arquivistica.net/ojs/include/getdoc.php?id=186...53>>

ALVES, Ivone [et al.] (1993) – **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. ISBN 9725651464.

ARTIÈRES, Philippe (1998) – Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos** [Em linha]. ISSN 0103-2186. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 9-34. [Consult. 9 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2061>>.

BEIRÃO, Sarah, ed. (1946) – **Alma feminina: órgão do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas**. Lisboa : CNMP, 1946. Ano 29, n.º 15. Espólio Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli (1991) – **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. São Paulo : T.A. Queiroz, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli (1998) – Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos** [Em linha]. ISSN 0103-2186. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 201-207. [Consult. 3 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2063/1202>>.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia (2008) – Organização da informação ou organização do conhecimento? In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo - **Anais**. São Paulo: ANCIB, 2008.

BRASIL. Arquivo Nacional (2005) – **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. [Em linha]. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2005. [Consult. 13 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>.

CARDOSO, Júlio César (2008) – A questão da ordem original em arquivística: reflexões a partir de Élio Gaspari e Jean Piaget (cinco anos depois). **Arquivística.net**. [Em linha]. Vol. 4, n.º 2 (2008), p. 6-18. [Consult. 3 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=210>>.

CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de (1998) – **O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel**. Rio de Janeiro : Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, 1998. Comunicação técnica.

CERTEAU, Michel de (1990) – **L'invention du quotidien 1 : arts de faire**. Paris : Gallimard, 1990. Tomo1.

CINTRA, Ana Maria [et al.] (1994) – **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo : Polis APB, 1994.

COIMBRA. Câmara Municipal de Coimbra: Departamento de Cultura (2009) – **Descerramento de placas toponímicas**. [Coimbra] : Departamento de Cultura, 2009. Folheto informativo.

COLOMBO, Fausto (1991) – **Os arquivos imperfeitos : memória social e cultura eletrônica**. São Paulo : Perspectiva, 1991.

COMISSÃO DE SOCORRO AOS PRESOS POLITICOS (1972) – **Comunicado n.º 1**. [S.l.] : [S.n.], 1972. Espólio Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

COMISSÃO NACIONAL DE APOIO AOS REFUGIADOS ANTIFASCISTAS (1974) – **Relatório**. [S.l.] : [s.n.], 1974. Espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO TRIBUNAL CIVICO HUMBERTO DELGADO (1977) – **Proclamação**. Lisboa: [s.n.], 1977. Espólio Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comité de Arquivos Correntes em Ambiente Electrónico (2005) – **Documentos de arquivo electrónicos: manual para arquivistas** [Em linha]. Paris : Conselho Internacional de Arquivos, 2005. [Consult. 15 Mar. 2010]. Disponível em WWW: <URL: http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/ica_estudo16.pdf>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2010) – **Declaração universal sobre arquivos** [Em linha]. Oslo : Arquivo Nacional do Brasil ; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2010. [Consult. 18 Mar. 2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.tj.rj.gov.br/institucional/dir_gerais/dgcon/degea/pdf/not_e_even/declaracao_universa_arquivos.pdf>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Seção de Associações Profissionais (1996) – **Código de ética** [Em linha]. Beijing : Comité Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, 1996. [Consult. 21 Mar. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ica.org/download.php?id=561>>.

COOK, Terry (1998) – Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos** [Em linha]. ISSN 0103-2186. Vol. 11, n.º 21 (1998), p. 129-149. [Consult. 9 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>.

COUTINHO, Ricardo [et al.] (2010) – Arquivos pessoais: reflexões teóricas e análise documental. In SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPGCI/UFBA, 1, Salvador, 15-16 Jun. – **Integrando graduação e pós-graduação** [Em linha]. Salvador: UFBA, 2010. [Consult. 9 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17466063/1042280181/name/Semin%C3%A1rio+PPGCI+-+Texto+final.doc>>.

CRUZ, Gleise Andrade (2008) – **De olho na eternidade: a construção do arquivo privado de António Carlos Jobim** [Em linha]. Rio de Janeiro : Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea, 2008. Tese de mestrado. [Consult. 13 de Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2153/CPDOC2008GleiseAndradeCruz.pdf?sequence=1>>

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (2009) – Porto : Porto Editora, 2009. ISBN 9789720014870.

DUARTE, Zeny ; FARIAS, Lúcio (2005) – **O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico**. Salvador: ICI, 2005. ISBN 85-89556-02-6.

DUCHEIN, Michel (1986) – O respeito aos fundos em arquivística : princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração** [Em linha]. ISSN 0100-2244. Vol. 10-14, n.º1 (1986), p. 14-33. [Consult. 13 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10_14N11982_86.pdf. ISSN 0100-2244>.

DUCHEIN, Michel (1992) – **Études d'archivistique, 1957-1992**. Paris: Association des archivistes français, 1992. ISBN 2900175003.

DURANTI, Luciana (1994) – Registos documentais contemporâneos como provas de acção. **Estudos Históricos**. ISSN 0103-2186. Vol. 7, n.º 13 (1994), p. 49-64.

FOUCAULT, Michel (2006) – **Ética, sexualidade, política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. ISBN 8521804008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (2011) – **O que são arquivos pessoais** [Em linha]. Rio de Janeiro: FGV, 2011. [Consult. 13 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis (1984) – **Lingüística documental: aplicación a la documentación de la comunicación social**. Barcelona : Mitre, 1984. (Colección dirigida por Roberto Coll-Vinent). ISBN 8486153220.

GOMES, Ângela de Castro (2004) – **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. ISBN 9788522504589.

GONÇALVES, Martina Spohr (2007) – **De procedimentos a metodologia: políticas de arranjo e descrição em arquivos privados e pessoais do CPDOC** [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional ; Universidade Federal Fluminense, 2007. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos). [Consult. 13 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6962/GON%20C3%87ALVES%20Martina%20Spohr%20-%20De%20procedimentos%20a%20metodologia%20-%20pol%20C3%ADticas%20de%20arranjo%20e%20descri%20C3%A7%20C3%A3o%20nos%20arquivos%20privados%20pessoais%20do%20CPDOC.pdf?sequence=1>>

GUIMARÃES, Waleska de Sousa (2009) – **Os arquivos de empresas jornalísticas como fonte de informação para o resgate da memória social da capital baiana** [Em linha]. Salvador : Universidade Federal da Bahia, 2009. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Arquivologia). [Consult. 13 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.ici.ufba.br/twiki/pub/ICI/Arquivologia/Waleska_de_Souza_Guimar%E3es.pdf>

HEREDIA HERRERA, Antónia (1988) – **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. act. y aum. Sevilla : Diputación Provincial, 1988. ISBN 978-8477980568.

HEYMANN, Luciana Quillet (1997) – Indivíduo, memória e resíduos históricos: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. [Em linha]. ISSN 0103-2186. Vol. 10, nº 19 (1997), p. 41-66. [Consult. 13 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/285>>.

JARDIM, José Maria (1995) – A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação** [Em linha]. ISSN 1518-8353. Vol. 25, nº 2 (1995), p. 1-13. [Consult. 4 Jan. 2011]. Disponível em WWW: <URL: revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/439/397. ISSN 0100-1965>.

LACERDA, Aline Lopes de (2009) – Fotografia e valor documentário : o arquivo de Carlos Chagas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos** [Em linha]. ISSN 0104-5970. Vol. 16, supl. 1 (2009), p. 115-138.

LANCASTER, F. W. (2004) – **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Maria João Pires de (1992) – Os arquivistas a formação, a profissão. **Cadernos BAD**. ISSN 0007-9421. Vol. 2 (1992), p. 21-27.

LOPEZ, André Porto Ancona (2000) - **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. SãoPaulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. Tese de Doutorado.

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro (1998) – Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información** [Em linha]. ISSN 1134-2838. Vol. 5, nº 22-23 (1998), p. 37-43. [Consult. 4 Jan. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://eprints.rclis.org/archive/00001743/>>.

MARQUES, Suzete Lemos (2009) – **A organização arquivística: o fundo administração do concelho de Torres Vedras** [Em linha]. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009. Relatório de estágio. [Consult. 30 Mar. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.repositorio.ul.pt/bitstream/10451/528/1/21369_ulfl071254_tm.pdf>.

MOI, Cláudia (2000) – **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas** [Em linha]. São Paulo : Arquivo do Estado ; Imprensa Oficial, 2000. Vol. 5. [Consult.13 Mar. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf>.

MOVIMENTO DE UNIDADE DEMOCRÁTICA (1947) – **O que é e o que pretende o M.U.D.: resumo de algumas resoluções de Assembleia de Delegados.** [S.l.] : [S.n.], 1947. Espólio Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. (1973) - **Manual de arranjo e descrição de arquivos.** 2ª ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1973. Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley. [Consult. 13 Mar. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf>

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa (2009) – **Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocução de procedimentos** [Em linha]. Marília : Universidade Estadual Paulista, 2009. Tese de Doutorado. [Consult. 10 Mar. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/nascimento_lmb_do_mar.pdf>

NP 4041 (2005) – **Informação e documentação: terminologia arquivística: conceitos básicos.** Caparica : Instituto Português de Qualidade, 2005.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (2009) – **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação** [Em linha]. Rio de Janeiro : Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2009. Tese de Mestrado. [Consult. 10 Março 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2708/CPDOC2009IsabelCristinaBorgesdeOliveira.pdf?sequence=1>>.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de (2006) – **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos.** Rio de Janeiro : Universidade Federal Fluminense ; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.

PEREIRA, José Pacheco (2010) – **EPHEMERA : Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira.** [Em linha]. [Consult. 12 Mar. 2011]. [S.l.] : [S.n.], 2010. Disponível em WWW: <URL: <http://ephemerajpp.wordpress.com/2009/04/01/biografias-de-oposicionistas-ligados-a-figueira-da-foz-1-judite-mendes-de-abreu/>>.

PINTO MOLINA, Maria (1993) – **Análisis documental : fundamentos y procedimientos.** 2 ed. rev. aum. Madrid : EUDEMA, 1993. ISBN 8477540705.

PROCHASSON, Christophe (1998) – “Atenção verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos** [Em linha]. ISSN . Vol. 11, nº 21 (1998), p. 105-119. [Consult. 13 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2064>>.

RIBEIRO, Fernanda (1998) – **O acesso à informação nos arquivos** [Em linha]. Porto : Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento. [Consult. 9 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1661.PDF>>.

RODRIGUES, Ana Célia (2008) – **Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos** [Em linha]. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2008. Tese de Doutorado (Doutor em História Social). [Consult. 17 Mar. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/481/1/GT%202%20Ttxt%207-%20RODRIGUES,%20Ana%20C%3%A9lia.pdf>>

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach (2006) – A teoria dos arquivos e a gestão de documentos **Perspectivas em Ciência da Informação** [Em linha]. ISSN 1413-9936. Vol.11, n.º 1 (2006), p. 102-117. [Consult. 13 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://pt.scribd.com/doc/445140/A-teoria-dos-arquivos-e-gestao-de-documentos>>

RODRIGUES, Georgete Medleg ; APARÍCIO, Maria Alexandre Miranda (2003) – A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**. ISSN 0873-5670. Vol. 12. (2003), p. 115-129.

ROSA, Clara Costa (2010) – **Divulgação de documentos referentes à intimidade da vida privada e familiar de outrem: responsabilidade civil** [Em linha]. Lisboa: Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais ; BAD *Online*, 2010. [Consult. 13 Dez. 2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.apbad.pt/Seccoes/S_ArqFamiliaPessEspolios/SAFPE.htm>.

ROUSSEAU, Jean-Yves ; COUTURE, Carol (1994) – **Les fondements de la discipline archivistique**. Québec : Presses de l' Université du Québec, 1994. ISBN 2760507815.

ROUSSEAU, Jean-Yves ; COUTURE, Carol (1998) – **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa : Dom Quixote, 1998. ISBN 9789722014281

SANTOS, Zeny Duarte de Miranda Magalhães (1999) – **Arranjo e descrição do Espólio de Godofredo filho : estudo arquivístico e catálogo informatizado** [Em linha]. Bahia: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 1999. Tese de doutoramento em Letras e Linguística. [Consult. 13 Fev. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=49>.

SHELLENBERG, T.R. (2006) – **Arquivos modernos : princípios e técnicas**. 6ª ed. Rio de Janeiro : FGV, 2006). ISBN 8522503745.

SILVA, Armando B. Malheiro da (2004) – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para a aplicação do modelo sistémico. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património**. ISSN 1645-4936. Série 1, n.º 3 (2004), p. 55-84.

SOUSA, Joaquim Barros de (1983) – Maria Judite Mendes de Abreu. [Coimbra?] : Comissão Promotora de Homenagem à Dr.ª Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, 1983. Acessível em WWW: <URL: <http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2009/04/1-abr-09-fotografia-2.jpg>>.

SOUZA, Alina Oliveira de; MOURA, Cláudia Peixoto de (2010) – Relações Públicas e história : a construção da memória institucional. **Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social** [Em linha]. ISSN 1980-3494. Vol 2, n.º 2 (2010), s.p. [Consult. 13

Mar. 2011]. Disponível em WWW: <URL:
<http://www.intercom.org.br/iniciacom/v2n2/artigos/3.1.13.pdf>>.

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - Esquema biográfico da vida de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu	41
FIGURA 2 - Fotografia do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu. Vista parcial das condições de armazenagem que a documentação apresentava antes do tratamento.....	42
FIGURA 3 - Vista da base de dados <i>Filemaker</i>	44
FIGURA 4 - <i>Módulo de catalogação Sirius</i>	44
FIGURA 5- Tratamento da documentação do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.....	46
FIGURA 6 -Tratamento documental e seu acondicionamento em pastas <i>acid free</i>	47
FIGURA 7- Tipologias documentais do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu após o tratamento.....	47
FIGURA 8 - Acondicionamento da documentação do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu em caixas após o seu tratamento	48
FIGURA 9 - Acomodação nas estantes a documentação do espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu em caixas após o seu tratamento	49
FIGURA 10 - Listas dos Espólios existentes no Depósito.....	49
FIGURA 11 - Representação visual do quadro de classificação do fundo de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu.....	51
FIGURA 12 - Inventário disponível na página do Centro de Documentação 25 de Abril	83

INDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Quadro de classificação do fundo “Maria Judite Pinto Mendes de Abreu”, pertencente ao Centro de Documentação 25 de Abril	52
QUADRO 2 - Descrição normalizada do fundo “Maria Judite Pinto Mendes de Abreu”	56

ANEXOS

ANEXO 1 – Tópicos gerais para a entrevista semi-estruturada

- 1) Onde e quando nasceu Maria Judite Pinto Mendes de Abreu?
- 2) Quem são seus pais e o que faziam?
- 3) Eram uma família abastada?
- 4) Onde estudou?
- 5) Era boa aluna?
- 6) Casou-se e teve filhos?
- 7) Ainda é vivo o marido?
- 8) A família apoiava-a nas suas causas?
- 9) Quando começou a trabalhar e em que profissão?
- 10) Quem eram os seus amigos da época?
- 11) Existe mais documentação privada de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu em algum arquivo?
- 12) O que fez no final de sua vida?

ANEXO 2 – Panfleto distribuído pelo Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, contendo dados biográficos de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu

Localização e Confrontações

Rua Judite Mendes de Abreu

Localização: Freguesia de Eiras – Bairro do Loreto

Confrontações: arruamento que parte do cruzamento da Rua Dr. Manuel Almeida e Sousa para poente (junto à Auto Maran), contornando para sul, até ao Largo onde se encontra o terreno para a construção da Sede da Associação de Moradores.

Rua da Associação de Moradores do Bairro do Loreto

Localização: Freguesia de Eiras – Bairro do Loreto

Confrontações: arruamento que parte da Rua Judite Mendes de Abreu para nascente, até à Rua Dr. Mário Braga.

Aprovadas em Reunião da Comissão de Toponímia em 25-02-2009 e ratificadas pelo Executivo Municipal em 16-03-2009.



Departamento de Cultura

DESCERRAMENTO DE PLACAS TOPONÍMICAS

Rua da Associação de Moradores
do Bairro do Loreto

e

Rua Judite Mendes de Abreu



Freguesia de Eiras

16 de Maio de 2009

Rua
Judite Mendes de Abreu
1916-2007
Presidente da Câmara Municipal de Coimbra
no mandato de 1976 a 1979

Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, nasceu na Figueira da Foz, a 16 de Fevereiro de 1916, filha de Maurício Augusto Águas Pinto, destacado republicano e democrata, e de Guilhermina Andrade Pinto. Foi a primeira autarca eleita após o 25 de Abril e, até à data (2008), a única mulher Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, nas eleições de 1976, cumprindo o mandato até 1979, como independente, numa lista do Partido Socialista.

Licenciada pela Universidade de Coimbra nos Cursos de Direito e Letras (Germânicas). Desde os

seus tempos de estudante que se manifestou em tomadas de posição contra a ditadura mas foi, principalmente, a partir do final da 2ª Guerra Mundial que a sua personalidade assumiu relevo no seio da Oposição Democrática. Integrou o M. U.D. (Movimento Unitário Democrático); o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, e participou em todas as campanhas cívicas e eleitorais, desde a candidatura do General Norton de Matos até às "Legislativas" de 1969 e 1973.

Pertenceu à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos entre 1970 e 1974. Após o 25 de Abril, foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Figueira da Foz, de Outubro de 1974 a Dezembro de 1976 e, eleita Presidente da Câmara Municipal de Coimbra de 1976 a 1979. Durante o seu mandato tiveram início obras de muita importância para a Cidade. Foi Vereadora da mesma Câmara no período de 1980 a 1982, tendo desenvolvido as relações de amizade e cooperação de Coimbra com cidades de outros países (França e Espanha). Presidiu à Assembleia Municipal de Coimbra de 1983 a 1986. Professora do Ensino Particular fundou, com outras colegas, na Rua de Tomar, o "Externato D. João de Castro", extinto em 1974.



A Dr.ª Judite Mendes de Abreu no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra

No ano de 1982, a Câmara Municipal da Figueira da Foz distinguiu-a com a "Medalha da Cidade" e o correspondente título de "Cidadã Honorária". Em 1983, S. Ex.ª o Presidente da República agraciou-a com a "Ordem da Liberdade". Em Julho de 2002, Judite Mendes de Abreu foi agraciada pela Câmara Municipal de Coimbra com a "Medalha de Ouro da Cidade". Viveu na Rua Falcão Resende tendo falecido, a 10 de Maio de 2007.

Rua
Da Associação de Moradores do Bairro do Loreto

Aos 11 de Maio de 1975 foi fundada a Comissão de Moradores do Bairro do Loreto, após terem sido convocados todos os moradores, que formaram uma comissão instaladora, dos quais foram eleitos os seguintes moradores:

Celeste Rosa de Sá – casa 54, já falecida; Magda Carneiro – casa 59, já falecida; Augusto Ningre – casa 3, já falecido; Carlos da Silva – casa 7, já falecido; José Lopes da Fonseca – casa 42; já falecido; António Rodrigues de Sousa – casa 51, já falecido; Agostinho Vieira de Campos – casa 18, já falecido; Maria do Sameiro Santarino – casa 59; Jorge Augusto Ningre de Sá – casa 47.

A homologação da Comissão de Moradores foi pedida pela Junta de Freguesia de Eiras em 15/07/1975.

Esta Comissão de moradores manteve-se no activo durante vários anos, após os quais teve uma reestruturação e passou a Associação de Moradores com assinatura de Escritura Pública e Registo de Pessoa Colectiva para legalização, sendo o actual Presidente da Direcção Jorge Augusto Ningre de Sá.

Com o apoio da Câmara Municipal de Coimbra e da Junta de Freguesia conseguiu, a Associação, realizar várias melhorias para o Bairro, nomeadamente: ruas alcatroadas, limpezas periódicas de barreiras, sinalética de trânsito; limitações de parqueamentos; cedência de terreno para sede e local de convívio (escritura a realizar brevemente); doação de plantas para ajardinar barreiras e construção de um muro de separação das ruas de entrada do Bairro, entre outros.

O Bairro foi inaugurado em 1941, englobando a mata do Loreto, toda arborizada, onde existia a Casa da Criança "JOANA de AVELAR" que funcionou como Creche de apoio aos Moradores locais, (hoje Centro de Reinserção da Segurança Social). Na mata, os moradores desfrutavam de sossego e tranquilidade. Ficaram por fazer as casas que em planta estavam implantadas desde a casa 1 até à Coimbra Importadora, antiga Fabrica do chumbo, faixa essa que delimitava a mata e confrontava com a estrada Nacional nº 1. Este terreno foi solicitado pela Associação de Moradores ao Fundo Fomento da Habitação e Junta Distrital, em 1975, assim como terreno envolvente à escola primária, para fazer mais duas salas de aula e aumento de espaço para recreio; hoje existem nesse terreno montados pré-fabricados onde estão instalados os ATL, lugar para uma futura Igreja e um campo de jogos.

ANEXO 3 – Panfleto biográfico de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu

MARIA JUDITE PINTO MENDES DE ABREU

Nascida na Figueira da Foz em 16/2/1916, filha de Maurício Augusto Águas Pinto, destacado republicano e democrata, desde os seus tempos de estudante se manifestou em tomadas de posição contra a ditadura.

Mas foi principalmente a partir do final da 2.ª Guerra Mundial que a sua personalidade assumiu relevo no seio da Oposição Democrática: fez parte do M. U. D., do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, e participou em todas as campanhas cívicas e eleitorais, desde a candidatura do General Norton de Matos até às «legislativas» de 1969 e 73.

E parece-nos muito importante salientar que a sua actividade oposicionista nunca se restringiu à tomada de posições espaçadas no tempo, com intervenção limitada aos períodos chamados de «oposição tolerada e controlada». Foi antes uma presença permanente, de primeira linha, mobilizadora e quantas vezes decisiva para o prosseguimento das mais diversas iniciativas.

Este também o caso da sua participação na Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1970/74), que lhe trouxe alguns dissabores próprios da época, ao promover uma reunião clandestina do Plenário da Comissão, nas instalações do seu Teatro Avenida, palco sempre disponível, ao longo de muitos anos, para todo o tipo de realizações de contestação ao regime de Salazar. E contavam-se pelos dedos, na altura, as salas de espectáculo de que os democratas podiam dispor para se reunirem, num País amedrontado e adormecido.

Outro aspecto da maior relevância foi o seu apoio contínuo à luta associativa dos estudantes de Coimbra, durante mais de um quarto de século, como podem largamente testemunhar dirigentes da Associação Académica, do T. E. U. C., do C. I. T. A. C., do Conselho das Repúblicas,

etc., nomeadamente os que viveram as crises académicas de 1962 e 1969.

Citamos também um facto de não menos importância, mas naturalmente pouco conhecido: foi numa casa sua que estiveram escondidos da PIDE/DGS, antes de partirem para o exílio, militantes dos Movimentos de Libertação das ex-colónias, bem como democratas portugueses, cuja fuga à prisão auxiliou.

Após o 25 de Abril a sua actividade não parou: foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Figueira da Foz (proposta por indicação do P. S., P. P. D. e MDP/CDE) de Outubro de 74 a Dezembro de 76, num período bem difícil e conturbado. Em Dezembro de 76, foi eleita Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, cargo que desempenhou até Dezembro de 79; durante o seu mandato tiveram início obras de vulto (algumas ainda em curso) decisivas para o futuro da cidade. Vereadora da mesma Câmara no período de 80 a 82, queremos chamar a atenção para o trabalho desenvolvido nas relações de amizade e cooperação de Coimbra com cidades de outros Países (França, Espanha, R. D. A., etc.). Preside à Assembleia Municipal de Coimbra desde Janeiro de 1983.

A Dr.ª Maria Judite Pinto Mendes de Abreu é licenciada em Direito e Letras (Germânicas), e sempre leccionou no Ensino Particular, pois a única tentativa que fez para ter acesso ao Ensino Oficial, solicitando ser admitida na Escola Brotero, foi de imediato rejeitada por motivos políticos.

Em 1982 a Câmara Municipal da Figueira da Foz distinguiu-a com a Medalha da Cidade e o correspondente título de Cidadã Honorária, e em 1983 S. Ex.ª o Presidente da República agraciou-a com a ORDEM DA LIBERDADE.